



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**EDILANE BEZERRA AMORIM**

**DESTERRITORIALIZAÇÃO E  
RETERRORIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA  
COMUNIDADE DEUS É AMOR COM A CONSTRUÇÃO  
DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE EM  
VITÓRIA DO XINGU.**



EDILANE BEZERRA AMORIM

**DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA  
COMUNIDADE DEUS É AMOR COM A CONSTRUÇÃO DA USINA  
HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE EM VITÓRIA DO XINGU.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Organização e Gestão do Território da Linha de Pesquisa: Dinâmicas territoriais na Amazônia.

**Orientador:** Prof. Dr. José Antônio Herrera

**ALTAMIRA, PARÁ**

**2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

B574d Bezerra Amorim, Edilane.

DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO  
DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DEUS É AMOR COM A  
CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO  
MONTE EM VITÓRIA DO XINGU. / Edilane Bezerra Amorim. —  
2021.

110 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Jose Antônio Herrera  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Geografia, Belém, 2021.

1. Amazônia. 2. Lugar. 3. Território. 4. Hidrelétrica de  
Belo Monte. I. Título.

CDD 355.4509811

---

## **EDILANE BEZERRA AMORIM**

Dissertação de mestrado apresentada para defesa junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Antônio Herrera (Orientador – PP GEO/UFPA)

---

Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel (Examinador Externo - UEPA)

---

Profa. Dr. Darlene Costa da Silva (Examinadora Externa – UNIPLAN/LEDTAM)

---

Prof. Dr. Adolfo de Oliveira Neto (Examinador Interno – PP GEO/UFPA)

Data: 20/08/2021

ALTAMIRA, PARÁ  
2021

## DEDICATÓRIA

À minha mãe Francisca Alves  
Ao meu pai Antônio Amorim

## AGRADECIMENTO

A Deus pelo dom da vida, que mesmo em meio a inúmeras dificuldades não me abandonou e me permitiu concluir esta dissertação de mestrado.

A minha mãe Francisca Alves, minha rainha que sempre me deu apoio, incentivo e conforto nas horas difíceis, e que sempre lutou para que um dia esse momento chegasse, meu maior exemplo de vida, todo o meu amor e gratidão a ti mãezinha.

Ao meu querido pai Antônio Amorim, que por mais que tenha entrado em uma sala de aula apenas umas três vezes para estudar, sempre entendeu a importância da educação, e foi um dos maiores colaboradores para o desenvolvimento desta pesquisa, a quem recorri inúmeras vezes para tirar dúvidas. Obrigada por ser esse exemplo de honestidade e perseverança e por todos os ensinamentos.

As minhas irmãs, Alderlane e Rozilane pelo companheirismo de sempre em todas as jornadas. Ao meu irmão Wanderson, a quem dedico com carinho a construção desse trabalho, sabendo o quanto a comunidade Deus é Amor é importante para você, sinto-me muito feliz em saber que deixo resgatado um pouco da história do seu LUGAR.

Aos meus sobrinhos que são os maiores amores da minha vida Davi, Maria Eduarda, Arthur Basílio e João Miguel.

Ao meu companheiro de caminhada, Thiago Santos, que tem participação tão importante nesta pesquisa, desde a submissão do projeto inicial na seleção do mestrado até o estágio final da arte desta dissertação, sou muito grata por nunca ter me permitido desistir. Seu apoio, carinho e afeto foram essências nessa trajetória. Obrigada por acreditar em mim até mais do que eu e por todos os momentos vividos ao longo dessa jornada.

Ao professor José Antônio Herrera, por ter aceitado me orientar, suas contribuições foram determinantes para a consolidação deste trabalho, sou grata por ser mais que um orientador, pela persistência e por todo acolhimento.

Ao amigo Alexandre Lobato, pelo fortalecimento da amizade em meio a tempos tão difíceis e conturbados, obrigada pela ajuda com os dados e por todos os momentos compartilhados nesse percurso.

A todos os colegas da turma do PPGEIO-2019, que foram tão importantes na caminhada.

Ao eterno amigo Ruan Silva, obrigada pelos sorrisos compartilhados, você é a eterna estrela da turma do PPGEIO-Altamira 2019.

A minha amiga Jane pelas madrugadas de conversas, pela força e incentivo a não desistir no meio do percurso, sou muito grata pela amizade que construímos nesses dois anos.

Ao amigo Genilson, a quem devo muito por ter contribuído em todos os meus trabalhos de campo.

A todos os professores do PPGEO pelo conhecimento compartilhado.

Agradeço ao amigo Wellington Alvarez, por todas as conversas de corredor, te agradeço por todas as vezes que parou para me ouvir, suas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço de forma muito especial a todos os colegas do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM).

Agradeço de forma muito especial a amiga Gleiciely (Tiely Maria), você foi um pilar importantíssimo para que eu concluísse essa dissertação, te agradeço pelas conversas que distraíam a mente dos problemas, pelas contribuições nos campos e na tabulação de dados, você foi umas das pessoas mais importantes que ganhei durante essa pós-graduação, meu carinho eterno a você.

Agradeço a minha amiga Ronicleici, por sempre me dedicar palavras de incentivo, por ser tão paciente e persistente para comigo, a você minha eterna gratidão.

A minha amiga Bárbara Teixeira, por todas as conversas trocadas e pelas orientações, minha companheira de azar e perrengues, você é genial.

Agradeço de forma muito especial a cada morador e ex-morador da comunidade Deus é Amor por me receber em suas casas com tanto carinho mesmo em tempos tão difíceis. Cada um de vocês foi importante para os resultados alcançados nesta pesquisa.

À CAPES pela concessão de bolsa de estudo nesse último ano, de grande importância para a concretização desta pesquisa.

Ao ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, por ampliar políticas públicas como a bolsa família, que durante o primeiro ano de pesquisa por vezes, foi minha única fonte de renda.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, muito obrigada.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito.  
Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”. (Marthin  
Luther King)

## RESUMO

Esta dissertação discorre a respeito das transformações ocorridas na comunidade Deus é Amor, município de Vitória do Xingu, com a construção da Usina hidrelétrica de Belo Monte, que ao aportar no território desestruturou a organização socioespacial das famílias, além de provocar a ruptura com o lugar e alterar os modos de vidas historicamente estabelecidos pelos sujeitos, contribuindo para o movimento geográfico Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) na Amazônia. A comunidade em estudo faz parte do que foi demarcado pelo empreendimento hidrelétrico através dos estudos do EIA- Rima (2009) como Área Diretamente Afetada rural, localizada no setor referente ao Reservatório dos Canais. Esta área, começou a ser ocupada por famílias no início da década de 1980, até 2011 contava com 59 famílias, e após a chegada da UHE Belo Monte restaram apenas 5 famílias remanescentes. O desenvolvimento da pesquisa possibilitou a análise de três pontos centrais sobre o objeto, o primeiro com o entendimento das ações que possibilitou a territorialidade dos sujeitos na Amazônia (1970-2012), o segundo com a saída dos sujeitos de seus lugares historicamente construído, a desterritorialização (2011-2016), e por fim, o processo atual em que as famílias se encontram inseridas com a experiência da reterritorialização progressiva.

**Palavra-Chave:** Amazônia; Lugar; Território; Hidrelétrica de Belo Monte.

## ABSTRACT

This dissertation discusses the transformations that took place in the Deus é Amor community, municipality of Vitória do Xingu, with the construction of the Belo Monte hydroelectric power plant, which, upon arriving in the territory, disrupted the socio-spatial organization of the families, in addition to causing a rupture with the place. and change the ways of life historically established by the subjects, contributing to the geographical movement Territorialization-Deterritorialization-Reterritorialization (TDR) in the Amazon. The community under study is part of what was demarcated by the hydroelectric project through the studies of the EIA-Rima (2009) as a rural Directly Affected Area, located in the sector referring to the Canals Reservoir. This area began to be occupied by families in the early 1980s, until 2011 had 59 families, and after the arrival of the Belo Monte HPP there were only 5 remaining families. The development of the research allowed the analysis of three central points about the object, the first with the understanding of the actions that made possible the territoriality of subjects in the Amazon (1970-2012), the second with the departure of the subjects from their historically constructed places, the deterritorialization (2011-2016) and finally the current process in which they are inserted, with the experience of progressive reterritorialization.

**Keyword:** Amazon; Place; Territory; Belo Monte hydroelectric plant;

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de Composição da Comunidade Deus é Amor em 2011.....	6
Figura 2: Fluxograma síntese dos processos ocasionados no lócus da pesquisa.....	9
Figura 3: Edificação da Máquina Beneficiadora de arroz.....	28
Figura 4: Escola Boa Esperança II.....	30
Figura 5: Igreja São Francisco de Assis.....	30
Figura 6: Farinheira.....	32
Figura 7- Mapa de distribuição das famílias por lote. ....	34
Figura 8- Mapa origem das famílias pioneiras da comunidade Deus é Amor. ....	43
Figura 9: 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, Índia Tuíra Kaiapó com o facão no rosto do diretor da Eletronorte. ....	46
Figura 10- Mapa da configuração prevista para a UHE Kararaô. ....	48
Figura 11- Índios atacam funcionário da Eletrobrás.....	51
Figura 12- Mapa da configuração do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. ....	54
Figura 13: Principais marcos relacionados à construção da UHE Belo Monte e a comunidade Deus é Amor.....	55
Figura 14- Síntese da relação dos grandes projetos e a comunidade Deus é Amor. ....	61
Figura 15 Dimensão espacial da comunidade Deus é Amor antes e após Belo Monte. ....	65
Figura 16- Mapa de destino das famílias da comunidade Deus é Amor após a UHE Belo Monte. ....	70
Figura 17- Campo de futebol.....	77
Figura 18- Construção de ponte pelos moradores no travessão Novo Transunião.....	78
Figura 19- Mapa com a configuração da comunidade Deus é Amor após a instalação da UHE Belo Monte. ....	79
Figura 20: Fluxograma síntese da Desterritorialização e reterritorialização na comunidade Deus é Amor.....	81

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Média da produção anual até 2010.....	37
Tabela 2: Destinação das cartas de créditos na comunidade Deus é Amor. ....	67
Tabela 3: Média da produção anual atual.....	72

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Grau de proximidade com o proprietário do lote.....	35
Gráfico 2: Quantidade de trabalhadores por lote.....	36
Gráfico 3: Tamanho da propriedade em alqueire. ....	37
Gráfico 4: Titulação da propriedade atual.....	71
Gráfico 5: Participação em organização social.....	72

## LISTA QUADRO

Quadro 1- Síntese das entrevistas realizadas.....	11
Quadro 2- Destinação das cartas de créditos na comunidade Deus é Amor. ....	67

Quadro 3- Dificuldade encontradas pelos pioneiros no processo de reterritorialização.....	75
Quadro 4- Síntese do Processo geográfico T-D-R comunidade Deus é Amor. ....	82

## LISTAS DE SIGLAS

<b>ACP</b>	Ação Civil Pública
<b>ADA</b>	Área Diretamente Afetada
<b>ANEEL</b>	Agencia Nacional de Energia Elétrica
<b>APRUPAVIX</b>	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Pakisamba de Vitória do Xingu
<b>CHBM</b>	Complexo Hidroelétrico de Belo Monte
<b>CNEC</b>	Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores
<b>EIA</b>	Estudo de Impacto Ambiental
<b>FADESP</b>	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
<b>FNO</b>	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INCRA</b>	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
<b>ISA</b>	Instituto Sócio Ambiental
<b>LO</b>	Licença de Operação
<b>LP</b>	Licença Prévia
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MPF</b>	Ministério Público Federal
<b>PBA</b>	Plano Básico Ambiental
<b>PIC</b>	Programa Integrado de Colonização
<b>PRONAF</b>	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>RIMA</b>	Relatório de Impacto Ambiental
<b>SEMA</b>	Secretaria do Meio Ambiente do Pará
<b>SONDOTEC</b>	Engenharia de Sondagens e Fundações

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
METODOLOGIA .....	4
O método.....	4
Comunidade Deus é amor – lócus da pesquisa .....	5
Etapas e procedimentos metodológicos da pesquisa .....	7
CAPÍTULO I – ASPECTOS CONCEITUAIS DE LUGAR E TERRITÓRIO PARA ENTENDER O OBJETO. ....	13
1.1. O Lugar: conceito para explicar a formação original da comunidade .....	13
1.2 Reflexões sobre o conceito de Território e as territorialidades .....	17
CAPITULO II – COMUNIDADE DEUS É AMOR NA PERSPECTIVA DO LUGAR .....	24
2.1. Deus é amor, antes da construção da UHE Belo Monte .....	24
2.2. Condições socioespaciais das famílias antes da construção da Hidrelétrica de Belo Monte .....	33
CAPÍTULO III – AS DUAS FASES DO GRANDE OBJETO ESPACIAL NA COMUNIDADE DEUS É AMOR.....	40
3.1 Programas de Integração Nacional, Projeto Integrado de Colonização.....	40
3.2. Complexo hidrelétrico de Altamira, Babaquara e Kararaô: Marcas da história.....	45
3.3. “Adequar” para construir: a nova roupagem para a construção da hidrelétrica no rio Xingu. ....	49
3.4 A comunidade Deus é Amor, organização e resistência, perante a instalação de Belo Monte no lugar. ....	56
CAPÍTULO IV – DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DEUS É AMOR.....	62
4.1 A Desterritorialização e a Reterritorialização como processos dinâmicos. ....	62
4.2. Territorialidades das famílias, na perspectiva da sobrevivência e a ineficiência das políticas de concessão de carta creditam adotadas. ....	66
4.2 Condições socioespaciais das famílias em suas novas ocupações. ....	71
4.3 Processos de des-reterritorialização das famílias da comunidade Deus é Amor.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	86
APÊNDICE 01 – Formulário de campo.....	91
APÊNDICE 02 – Termo de autorização de dados e uso da imagem.....	98

## INTRODUÇÃO

O processo de industrialização no Brasil, intensificado na década de 1950, acarretou a necessidade de investimentos nas áreas de infraestruturas básicas, argumentando ser um auxílio para o crescimento da indústria no território nacional, nesse período, o Brasil começa a privilegiar investimentos na instalação de Grandes Projetos Hidrelétricos, objetivando solucionar o problema de carência de energia elétrica do país (MARQUES, 2007).

Neste contexto de políticas desenvolvimentistas, a Amazônia passa a ser integrada de forma mais incisiva no cenário nacional, já que a região possuía potencial de recursos naturais, suscetíveis à manipulação do governo e das grandes potências interessadas em explorá-la (GONÇALVES, 2001). As políticas desenvolvimentistas, historicamente, privilegiaram os investimentos capitalistas e a valorização do próprio capital, à medida que são socializados com as populações locais os custos gerados na implantação dessas políticas.

Nessa perspectiva, com a difusão dos grandes projetos, intensificou-se sobremaneira na Amazônia a construção de obras, como: abertura de estradas, aeroportos, a exploração de minérios nas fronteiras agrícolas e exploração do potencial hídrico para produção de energia elétrica, colocados como forma de garantir o desenvolvimento regional. No entanto, a exploração dos recursos naturais para empreendimento desse gênero, além dos clássicos impactos ambientais gerados, altera as estruturas existentes no local, provocando a perda de terras por um grande contingente de famílias, aumento de fluxos migratórios, desestruturação social, econômica e ambiental das famílias. Sendo que estes são estabelecidos a partir de interesses exógenos, desconsiderando as bases materiais e imateriais dos sujeitos locais, condicionando-os a modificarem suas lógicas de reprodução, para atender demandas externas ao próprio local.

Partindo destas constatações, nesta dissertação dar-se ênfase à construção de hidrelétricas na Amazônia, em específico a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) no município de Vitória do Xingu-PA, que aporta atrelada ao discurso estabelecido de que a região é rica em recursos hídricos, possuindo condições físicas adequadas para a sua construção. Tida como fonte energética limpa, renovável e barata, mas, que se estabelece dissociada de interesses locais, colocada a partir de demandas externas, buscando atender interesses exógenos em detrimento ao local, acaba por provocar uma série de mudanças e problemas sociais e ambientais que impactam nas diversas dimensões da organização em sociedade e além disso acarreta novos significados para o lugar.

A exploração energética, com a construção de hidrelétricas na Amazônia é feita para atender as demandas principalmente das regiões sul e sudeste que são as mais industrializadas do país, são nessas regiões que se percebem os efeitos positivos da implementação dessas obras, enquanto no local, o que se nota é a desestruturação e a desapropriação das famílias com perdas irreparáveis, transformando os modos de vida local em função das demandas nacionais, provocando transformações na dimensão construída historicamente pela subjetividade da relação sociedade-espço (Silva, 2016).

Quanto aos empreendimentos hidrelétricos Santos (2013) afirma que:

(...) Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 2013, p. 107).

O empreendimento hidrelétrico Belo Monte, mais uma vez, representa o favorecimento à expansão capitalista, gerando impactos nas relações sociais e ambientais do território, provocando a desestruturação das áreas que estão sob influência deste empreendimento. Deste modo, tem-se a premissa de que a UHE Belo Monte ao chegar ao local reorganiza a paisagem, a configuração territorial, a dinâmica social, ou simplesmente o espaço geográfico (NAHUM; SANTOS 2012).

Noutros termos, tem-se que o evento é projetado verticalmente com o intuito de atender atores hegemônicos da economia, priorizando interesses externos, e ao chegar, altera o modo de vida e as relações sociais estabelecidas na localidade em estudo, os sujeitos se veem subordinados a ordens externas, e tentam se reorganizar frente a essa nova lógica. Posto isso, tem no escopo desta dissertação, compreender os processos de desterritorialização e reterritorialização das famílias da comunidade Deus é Amor com a instalação da UHE Belo Monte. Justifica-se o recorte escalar por esta comunidade ser classificada de acordo o EIA-Rima (2009) como Área Diretamente Afetada (ADA) e, por isso, delimitou-se três objetivos específicos:

- Resgatar a história das famílias da comunidade Deus é Amor e sua relação com o lugar;
- Abordar as mudanças ocorridas na comunidade Deus é Amor com a instalação da UHE Belo Monte;

- Verificar os processos de desterritorialização e reterritorialização das famílias da comunidade Deus é Amor.

Sendo assim, justifica-se a realização do estudo em função da necessidade de sistematização, elaboração e socialização de dados e informações no âmbito acadêmico que ajude a compreender as implicações na realidade vivida que a construção de empreendimentos hidrelétricos proporciona à sociedade onde são instalados, em especial, comunidades rurais que historicamente sofrem consequências por empreendimentos na Amazônia.

Na tentativa de explicitação do problema, aproximasse a realidade estudada dos conceitos centrais da geografia de lugar (CARLOS, 2008; BARTOLY, 2011) e de território (HASBAERT, 2002, 2004, 2006, 2008, 2019). Metodologicamente além do levantamento de referencial bibliográfico, a pesquisa contou com análises de documentos oficiais da UHE Belo Monte, trabalho de campo na área remanescente da comunidade Deus é Amor, dialogando com cinco (5) famílias que vivem atualmente na localidade, foram feitos diálogos com mais treze (13) famílias deslocadas compulsoriamente em virtude da instalação de Belo Monte. Além disso, foram elaborados cartografias, tabelas e gráficos que auxiliam na compreensão do tema discutido no decorrer da dissertação.

Em hipótese, a construção da Usina hidrelétrica de Belo Monte desconstruiu a organização socioespacial das famílias da comunidade Deus é Amor, além de provocar ruptura com o lugar e alterar os modos de vida historicamente constituídos por estes sujeitos, contribuindo para o movimento Territorialização- Desterritorialização - Reterritorialização (T-D-R) dos sujeitos.

A dissertação está organizada em quatro capítulos: o primeiro capítulo apresenta uma revisão teórica sobre os conceitos de lugar e o território.

No segundo capítulo expõe-se a contextualização da formação da comunidade Deus é Amor, apresentando as características socioespaciais das famílias antes da chegada do evento UHE Belo Monte, portanto tem como Lugar.

O terceiro capítulo, traz uma análise acerca dos projetos pensados e efetivados pelo Estado para a Amazônia que refletem na comunidade, entraves e acontecimentos da construção da hidrelétrica de Belo Monte desde a década de 1980 até sua efetivação. Por fim, neste capítulo, enfatiza-se sobre a organização e a resistência da comunidade face a construção da hidrelétrica.

No quarto capítulo é abordado as novas relações estabelecidas no contexto de efetivação da UHE Belo Monte, desde as políticas adotadas pela empresa para a retirada das famílias até aos processos de reterritorialização em que as famílias se encontram atualmente.

A construção da UHE Belo Monte contribui para o processo geográfico Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização na comunidade Deus é Amor. Tal projeto, ao ser colocado como necessário ao desenvolvimento econômico e social na prática aferiu não somente mudanças aos aspectos físicos, mas aos aspectos socioculturais e econômicos dos sujeitos impactados.

## **METODOLOGIA**

A construção desta pesquisa está centrada em dois principais momentos: primeiramente a construção teórica metodológica, fundamentada no materialismo histórico e dialético, e em seguida, pela pesquisa operacional com a verificação dos elementos em campo, elaboração da base cartográfica, elaboração de quadros e gráficos partindo de uma abordagem quanti-qualitativa.

### **O método**

O método é fundamental em toda pesquisa científica, segundo SPOSITO (2004, p. 23) “(...) o método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar, mas como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador (...)”. Para a leitura da realidade, necessita-se de mecanismos científicos que possibilite a interpretação dessa realidade, partindo da análise de que, a realidade social é intelectualmente construída.

Nestes termos, tem-se o estudo balizado pelo método dialético, o qual é pautado nas transformações espaciais, e construindo assim uma negação da sua existência como um fato natural, perpassando por relações e por influências de ordens distintas que podem variar conforme o tempo e objeto.

No método dialético, sujeitos e objetos são inseparáveis, assim, ao mesmo tempo em que o sujeito se constrói e se transforma acaba construindo e transformando o objeto (SPOSITO 2004). Aproximando da realidade concreta em questão, a comunidade Deus é amor, pode-se entender que os homens produziram historicamente o espaço da comunidade, tornando-o reflexo de suas ações, contudo, ao analisar o produto social, percebe-se que o espaço por vezes condicionou a ação do homem, portanto, reflexo e condicionante.

Partindo do método dialético, tem-se o entendimento da realidade como totalidade, sendo a realidade atual fruto dos acontecimentos históricos, esses possíveis de acordo as condições materiais da vida, uma vez que, no mundo material realizam as contradições entre homens, contradições históricas e sociais. As mudanças ocorridas na história são frutos das contradições que surgem a partir dos conflitos inerentes aos processos de produção social.

Considera-se deste modo, a contradição como motor da realidade real, o movimento de contradições assume formas qualitativas e quantitativas que são necessariamente ligadas entre si e tem o poder transformador, contradições que produzem elementos que podem desaparecer e elementos que podem se desenvolver. Dessa maneira, essa ligação entre os contraditórios tem um sentido importante, pois a realidade social é historicamente possível mediante a produção das contradições.

Assim, cabe ao pesquisador a análise da produção ocasionada dessa dinâmica social, levando em consideração os vários agentes sociais presente na relação tempo-espaço. Constituindo-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais (FRIGOTTO, 2001).

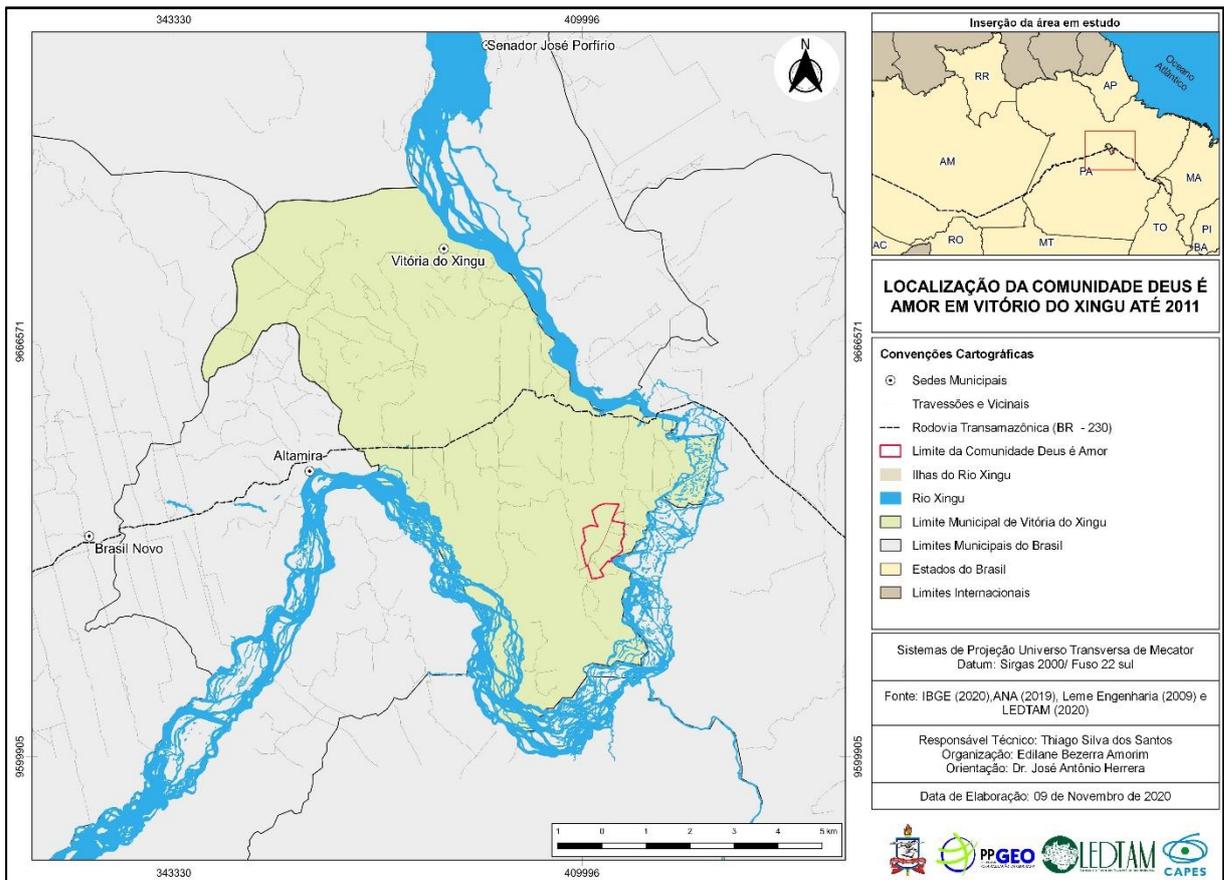
Portanto, adotou-se em pesquisa de campo e nas reflexões feitas o método científico como balizamento para possível compreensão científica dos fenômenos e das transformações ocorridos no lócus da pesquisa, ou seja, na Comunidade Deus é amor.

### **Comunidade Deus é amor – lócus da pesquisa**

A comunidade, Deus é Amor, localiza-se na vicinal Paquiçamba, no Km 55 leste da Rodovia Transamazônica. Sua ocupação iniciou na década de 1980, e até 2011, contava com 59 famílias, além das casas, a comunidade possuía uma escola que atendia alunos do ensino fundamental dos anos iniciais e finais, uma máquina de arroz, uma farinheira, a sede da associação de produtores rurais, uma igreja católica e duas igrejas evangélicas, além de um campo de futebol, e duas pequenas mercearias. Com o aporte da UHE Belo Monte restou na comunidade apenas 06 famílias e não existe mais nenhum dos espaços destacados na localidade.

A seguir, na Figura - 01, destaca-se a localização da área em estudo:

**Figura 1- Mapa de Composição da Comunidade Deus é Amor em 2011.**



A comunidade, segundo os estudos do EIA- RIMA (2009), é pertencente a Área Diretamente Afetada rural, localizada no setor referente ao Reservatório dos Canais. A Norte Energia classificou a parte central das comunidades impactadas pela hidrelétrica como Núcleo de Referências Rural, que é descrita enquanto uma localidade ou mesmo um imóvel rural onde exista infraestrutura, tal como, posto de saúde, escola, comércio, igreja – que é utilizada não só pela população que aí mora, como por aquelas que habitam em locais próximos (RIMA, 2009).

Logo, a comunidade Deus é Amor é tratada pelo empreendedor como Núcleo de Referência Deus é Amor, aparecendo por vezes nos documentos oficiais apenas a área central da comunidade, não fazendo referência as demais famílias que estão fora do círculo central da comunidade (RIMA, 2009).

Sobre os impactos socioeconômicos que o empreendimento viria a causar nos “Núcleos de Referências Rurais” o RIMA (2009) discorre que:

Perda de imóveis e benfeitorias com transferência de população; perda de renda e de fontes de sustento devido, inclusive, a impactos sobre os recursos

extrativistas vegetais e sobre áreas de agricultura e de criação de gado; perda de equipamentos sociais (escolas, postos de saúde, igrejas) e interrupção de estradas (RIMA, 2009, p.117).

Como medida mitigadora desses impactos, foi elaborado o Plano de Atendimento à População Atingida diferentes programas e projetos voltados para a negociação de imóveis e benfeitorias, para o reassentamento da população, para recomposição das atividades econômicas rurais e dos equipamentos sociais e da infraestrutura de acessos necessários.

No caso específico da comunidade (lócus da pesquisa), as medidas adotadas foram: reforma da escola (concluída apenas seis meses antes de iniciar o processo de remoção das famílias), indenização em dinheiro para os proprietários do lotes e concessão de Carta de Crédito (C/C) para os meeiros, familiares e agregados, obedecendo a critérios específicos que serão apontados no quarto capítulo da dissertação, quando apresenta-se as interpretações e críticas em função da desterritorialização vivida pelas famílias da comunidade.

Para se alcançar os resultados que se apresentam no escopo desta dissertação foram adotados os procedimentos metodológicos organizados nas seguintes etapas.

### **Etapas e procedimentos metodológicos da pesquisa**

Os procedimentos metodológicos são entendidos como os caminhos para estruturação coerente e consistente da pesquisa. Pautado nisto, foram definidos os passos que conduziram a leitura teórica e empírica do estudo. Destaca-se há necessidade de estruturar a pesquisa em função do contexto da comunidade, pelas suas transformações acometidas ao longo da história. De modo que a pesquisa foi conduzida de acordo com as etapas sistematizadas a seguir:

Etapa 1 - Revisão bibliográfica (estudos teóricos) sobre os conceitos abordados na pesquisa, principalmente acerca do Lugar e do Território. O lugar, tendo como base analítica nas contribuições de autores como Bartoly (2011), em que o lugar é produzido a partir da afetividade, do pertencimento e do modo como nos adaptamos e nos apropriamos das realidades globais que se introduzem no local, dando sentido a distribuição objetiva das coisas e das pessoas em determinada porção do espaço geográfico e Carlos (2007), para quem a análise do lugar através da ideia de uma construção tecida por relações sociais realizadas no plano do vivido, que gera uma rede de significados e sentidos, tecidos pela história e pela cultura que produz a identidade homem lugar. Ao estudar os sujeitos que fizeram parte da comunidade Deus é Amor se evidencia o apego e o sentimento de pertencimento que os mesmos construíram e mantêm com o lugar, através das experiências ao longo dos tempos e de suas intencionalidades com este.

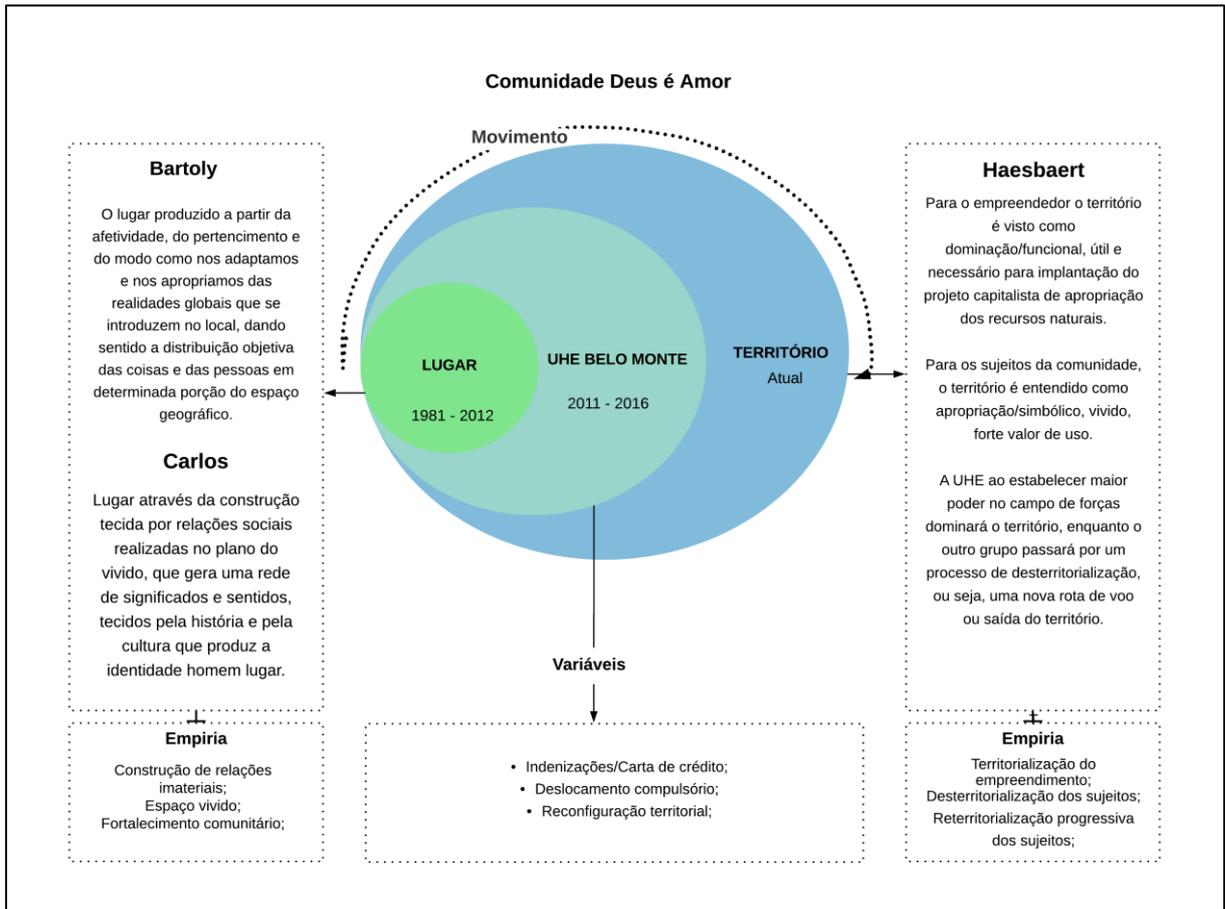
Posteriormente, com o evento (Santos, 2013) de Belo Monte aportado, assume-se, a comunidade como um Território, uma vez que, com a especulação das primeiras projeções do empreendimento, a psicosfera (Santos, 2000) gerada estabelece relações de resistência e de disputa frente a materialização de tal projeto hidrelétrico, que objetiva o lugar como recurso necessário para ampliação da reprodução capitalista.

Para o empreendedor, o lugar, a comunidade Deus é Amor, é visto como território funcional, útil e necessário para implantação do projeto capitalista de apropriação dos recursos naturais, no entanto, para os comunitários, sujeitos da comunidade, através da adoção de práticas mais sustentáveis e a manutenção de relações menos capitalistas, homem-natureza, o território é entendido como simbólico (Haesbaert, 2005).

Importante destacar que esta etapa percorreu todo o processo de pesquisa e de elaboração do texto que se apresenta, não sendo estanque e não necessariamente em busca de esgotar a literatura existente, reconhecendo os limites e os esforços que não caberiam nesta etapa da formação.

Corroborando no entendimento desses processos, que serão explicitados no decorrer do trabalho e que promovem a transformação da comunidade Deus é Amor- lócus da pesquisa, elaborou-se o fluxo abaixo:

**Figura 2: Fluxograma síntese dos processos ocasionados no lócus da pesquisa.**



Organizado pela autora, 2021.

O esforço do fluxograma é apontar de forma sintetizada, a conduta adota na pesquisa, onde inicialmente se tinha um lugar construído pelos comunitários ao longo dos anos, através da afetividade na relação homem-natureza, nas relações sociais, e que posteriormente com a inserção do objeto espacial, conduzido pelas políticas de estado para construção de projetos hidrelétricos houve uma alteração na forma de reprodução dos sujeitos, ondes estes passam a ser subordinados a ordens externas, levando aquele lugar a condição de território explorado, e com isso a inserção de novas ações, que ocasionam aos sujeitos a desterritorialização e a busca por novas territorialidades.

Etapa 2 - Análise de documentos oficiais do empreendimento hidrelétrico como, Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), Plano Básico Ambiental (PBA), estes documentos são subsídios para ter maior compreensão da viabilidade da obra e dos impactos que o empreendimento geraria, e as medidas mitigatórias que o empreendedor foi determinado a cumprir. Posteriormente, foi possível confrontar na práxis, aproximando o apreendido nos documentos da realidade vivida pelas famílias (a empiria), e

com isso, verificando os que foram cumpridos ou não na comunidade, checando com o estudo as prerrogativas e as determinações que estes documentos tinham como compensações planejadas.

Etapa 3 - O trabalho de campo, foi norteado pela pesquisa participante, que “(...) caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas pesquisadas” (MATOS; VIEIRA, 2001, p.46). Do universo de cinquenta e nove (59) famílias, que constituíam a comunidade antes do empreendimento hidrelétrico, foram entrevistadas dezoito (18) famílias, representação de um pouco mais de 30% do todo amostral. Sendo, cinco (5) destas famílias, as que ficaram na área da comunidade, ou seja, mesmo com a execução do empreendimento, permaneceram no território – desterritorialização na i-mobilidade. As outras, treze (13) famílias entrevistadas, compõem o coletivo de famílias que foram deslocadas compulsoriamente da comunidade – desterritorialização na mobilidade, sendo que, destas as famílias foram entrevistadas: duas (2) famílias no espaço rural do município de Anapu-PA; três (3) no espaço urbano do município de Altamira-PA; e oito (8) no espaço rural do município de Senador José Porfírio-PA. Importante destacar, que devido a relação muito próxima entre as 59 famílias que existiam na comunidades, e ao fato das mesma passarem por processos semelhantes e dialogarem entre si, ajudando umas as outras, através das entrevistas foi possível obter informações sobre as demais famílias que não foram entrevistas, em determinados momentos apresentam-se informações referente a todo o contingente de famílias e não apenas as 18 entrevistas.

Ressalta-se que apesar de ter encontrado as demais famílias deslocadas, não foi possível entrevistar, pois as mesmas estão distribuídas nos espaços rurais e urbanos dos municípios: Medicilândia; Vitória do Xingu; Brasil Novo e Pacajá. A impossibilidade ocorreu devido ao agravamento da crise sanitária com a proliferação do vírus Sars-Cov 2 na região, reflexo da Pandemia da Covid-19.

Nesse sentido, as entrevistas foram realizadas entre janeiro de 2020 a fevereiro de 2021. Para realização das entrevistas foi usado o formulário de entrevistas (**apêndice 01**) contendo questões que permitiam respostas subjetivas e objetivas acerca das variáveis consideradas importantes para realização e alcance dos objetivos delimitados no estudo. Durante as entrevistas, pauto pela naturalidade e a autonomia dos entrevistados, não sendo realizadas interferências na maneira como narram os fatos e suas experiências. Mas, durante a elaboração do texto, além de usar os relatos na íntegra, foram feitas interpretações das questões levantadas e expostas pelos entrevistados, impressão do pesquisador, durante todas as etapas do estudo.

O reconhecimento e a valorização das narrativas das entrevistas foram ressaltados pelo fato de não ter sido encontrados outros estudos e/ou documentários que retratassem a história de ocupação e formação da comunidade, apesar da existência da comunidade possuir mais de trinta (30) anos. Logo, as narrativas dos sujeitos foram necessárias e importantes como construtores da própria história e para que fosse possível delimitar o processo de formação socioespacial da comunidade. A seguir tem-se um quadro síntese sobre as entrevistas realizadas.

**Quadro 1- Síntese das entrevistas realizadas.**

<b>Identificação</b>	<b>Ano que chegou à comunidade</b>	<b>Nível de representação e posição na comunidade</b>	<b>Localização atual/ realização da entrevista</b>	<b>Data entrevista</b>
1. José. Felix	1983	Proprietário/Pioneiro/ Líder comunitário	Anapu	02/01/2020
2. Antônio Amorim	1990	Proprietário/Pioneiro	Anapu	02/01/2020
3. Antônio Dórico	1982	Proprietário/Pioneiro	Altamira	13/01/2020
4. Ana Silva	1983	Proprietária /Pioneira	Altamira	18/01/2020
5. Edimilson Castro		Familiar	Senador José Porfirio	21/08/2020
6. Djaime Ribeiro		Familiar	Senador José Porfirio	22/08/2020
7. Maria de Fatima	1987	Agregada/Pioneira	Senador José Porfirio	22/08/2020
8. Ivan Silva		Familiar	Senador José Porfirio	22/08/2020
9. Gilberto Ferreira	1991	Proprietário/Pioneiro	Senador José Porfirio	22/08/2020
10. Diva Ribeiro	1981	Proprietária /Pioneira	Senador José Porfirio	22/08/2020
11. Adeilson Castro		Proprietária	Senador José Porfirio	23/08/2020
12. Juscelino Ribeiro		Familiar	Senador José Porfirio	23/08/2020
13. Leomar Moreira		Familiar	Área Remanescente VTX	25/11/2020
14. Lindomar Ribeiro		Familiar	Área Remanescente VTX	25/11/2020
15. Divino Diniz		Familiar	Área Remanescente VTX	25/11/2020
16. Cleidiane Moura		Familiar	Área Remanescente VTX	25/11/2020

17. Alcires Mendonça	1990	Proprietário/Pioneiro	Área Remanescente VTX	25/11/2020
18. Osvaldo Dias	1982	Proprietária /Pioneiro	Altamira	15/02/2021

Organizado pela autora, 2021.

Importante destacar que durante a realização das entrevistas presou-se pela ética profissional, desta forma, todos os entrevistados assinaram termo de autorização de uso de dados e imagem, conforme modelo no apêndice II.

Após as entrevistas classificou-se os entrevistados em três grupos, a saber:

**Pioneiros:** Classificou-se como famílias pioneiras aquelas que foram as primeiras a abrir caminho e ocuparem a comunidade, e que participaram de forma direta do processo de construção de todos os espaços coletivos da comunidade.

**Familiar/Agregados:** São os familiares dos pioneiros e os sujeitos que participavam do convívio familiar como se fosse membro da família, ambos não tinham a posse sobre a terra.

**Remanescentes:** Faz-se referência as famílias que ficaram nas Áreas Remanescentes da comunidade após a desmobilização e enchimento do lago.

Etapa 4 - Destinada a realizar a tabulação, o tratamento e a produção de tabelas, de gráficos e de quadros com base nos dados e nas informações obtidas nas entrevistas, nos documentos oficiais e nos órgãos públicos, dando suporte para o alcance dos objetivos e redação com os resultados de pesquisa. Para interpretações feitas, foram elaboradas cartografias próprias para localizar a área de estudo, explicitar os mapas de fluxos para dimensionar para onde as famílias foram deslocadas e os mapas com a localização atual das famílias que permaneceram na área da comunidade. Por fim, foi realizado a finalização da redação, tratamento gráfico e visual da dissertação.

Destaca-se que, a pesquisa e os resultados apresentados nesta dissertação foram possíveis devido pertencer a equipe de pesquisadores do Laboratório de Estudo das Dinâmicas Territoriais da Amazônia – LEDTAM/UFPA<sup>1</sup>, o qual durante toda a realização da mesma, contou-se com a estrutura do laboratório e o apoio logístico para realização das atividades de campo, tratamento dos dados e produção das cartografias apresentas nesta dissertação.

---

<sup>1</sup>ledtam.ufpa.br/index.php/pt-br/.

## **CAPÍTULO I – ASPECTOS CONCEITUAIS DE LUGAR E TERRITÓRIO PARA ENTENDER O OBJETO.**

Neste capítulo, primeiramente apresenta-se os conceitos lugar e território, que serão usados no escopo deste texto, visto que há uma diversidade de usos e abordagens que contribuirá na acepção acerca da realidade vivida pelas famílias no estudo. A discussão teórica fundamenta a dissertação com o propósito de delimitar os elementos que subsidiam o entendimento das questões centrais colocadas no estudo. O cuidado está nos ajustes e arranjos teóricos, por ter ciência que os autores podem não compartilharem da mesma perspectiva de análise e das mesmas bases epistemológicas, mas mesmo assim permitiram a constituir as fundamentações do estudo, respeitando os limites e as abordagens em cada um dos autores trazidos na elaboração própria da autora deste texto.

O marco analítico encontra-se na apresentação dos conceitos Lugar e Território pautada nas ciências geográficas, entendendo e respeitando os nexos das demais ciências na consolidação de uma leitura ampla e complexas dos fenômenos. A fundamentação nestes conceitos se dá pela capacidade de explicar as relações, percebidas no trajeto da pesquisa, das famílias na comunidade, desde sua chegada até o momento de consolidação do empreendimento.

A questão central colocada, neste capítulo, é a construção teórica que permite compreender que os processos levaram a comunidade a se deslocar da condição geográfica de Lugar, em função das rupturas geradas com a construção da UHE-Belo Monte, para condição de Território, entendemos aqui, a complexidade posta pela contradição revelada pelos distintos vínculos e intencionalidades estabelecidas na leitura de território simbólico e território funcional, representação do momento em que a lógica capitalista cerca a comunidade com a construção da UHE Belo Monte.

### **1.1. O Lugar: conceito para explicar a formação original da comunidade**

O conceito de lugar tem sido interpretado de diversas maneiras ao longo dos tempos, mas, para a geografia foi a partir da década de 1970 que o mesmo passa a ser reconhecido como um conceito-chave, sendo possível identificar duas correntes em destaques nos estudos geográficos, a primeira relacionada a geografia humanística, ligada a fenomenologia, lugar enquanto espaço vivido e subjetividade, ao qual considera o lugar como centro de significados construídos pela experiência (TUAN, 1983). Nesta perspectiva, Leite (1998) corrobora destacando:

Para os seguidores da corrente humanística, o *lugar* é principalmente um produto da experiência humana “(...) lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (RELPH, 1979. Apud LEITE, 1998, p. 10).

Assim, na corrente humanística, o espaço se torna lugar a partir da experiência humana que é estabelecida através de raízes, que passam a ter significados para as pessoas que aplicam suas experiências nos lugares. Porém, ressalta-se que essa relação de afetividade que os indivíduos desenvolvem com o lugar só ocorre porque estes se voltam para ele providos de interesses pré-determinados, dotados de uma intencionalidade humana sobre o cenário físico que possibilita realizar as atividades para os propósitos humanos (LEITE, 1998).

Nessa perspectiva, Tuan (1983) caracteriza o lugar por três palavras-chaves: percepção, valor e experiência, sendo que este guarda e é núcleo de valor, podendo ser totalmente apreendido através de uma experiência total – que engloba relações íntimas, próprias e relações externas. Nesta perspectiva, soma-se a ideia que o lugar se estrutura na relação do “eu” com o “outro”, sendo o palco da nossa história, em que se encontram as coisas, os outros e nós mesmos (MOREIRA; ESPANHOL, 2008).

O lugar, produto da experiência pessoal vivida, permeado de dimensões simbólicas, culturais, políticas e sociais, só adquirem uma identidade e significado através das intenções humanas atribuídas a ele (LEITE, 1998).

As reflexões feitas, neste texto, estão pautadas também na concepção de lugar de acordo com a corrente da geografia radical, conhecida como dialética marxista, não no sentido de dizer que tal corrente é mais importante que a outra, mas por entender o lugar tanto como um produto de uma dinâmica única, resultante de características históricas e culturais próprias ao seu processo de formação, quanto como uma experiência da globalidade, sendo sua especificidade advinda do papel que este lugar representa na dinâmica capitalista, não sendo necessário que este, desfrute de uma longevidade para ser considerado relevante, isto é, que desempenhe função importante, o diferenciando dos demais espaços (BARTOLY, 2011), o autor completa que:

(...) À medida que o lugar apresenta uma estrutura funcional adequada, tem-se a impressão de que o mundo necessariamente passa pelo lugar, de que os fluxos globais não só atravessam-no, como estabelecem com ele uma relação dialética. Neste sentido, é exatamente essa relação dos fluxos globais com as condições locais que produz o lugar na geografia crítica. Assim, o lugar é definido a partir das relações que mantém com a totalidade, a qual seria

manobrada pelo movimento histórico do capitalismo. (...) (BARTOLY, 2011, p. 68).

Para Santos (2014), na mesma perspectiva, aponta que o lugar não pode ser visto como passivo, mas como globalmente ativo, sendo que no lugar a globalização não deve em hipótese alguma ser enxergada como fábula, ou mera fantasia.

O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente (...). Assim, cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional (SANTOS, 2014, p.158).

O lugar mantém uma relação que Santos (2014) considera indissociável com o tempo histórico, metamorfoseando-se à medida em que o capitalismo se transforma. E por isso, é importante trazer a contribuição de Staniski; Kundlatsch; Piechowski (2014), para quem os lugares são singulares, mas, possível perceber que eles se comunicam entre si, criando redes de interesses e de influências, os lugares se “mundializam”, estes mesmos autores trazem a leitura de Santos (2014) quando assumem que quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, ou seja, únicos.

Corroborando com a leitura de que os lugares recebem influências globais, encontra-se em Bartoly (2011), que o lugar é produzido a partir da afetividade, do pertencimento e do modo como nos adaptamos e nos apropriamos das realidades globais que se introduzem no local, dando sentido a distribuição objetiva das coisas e das pessoas em determinada porção do espaço geográfico.

Nesse sentido, Santos (2014, p. 162) robustece essa relação do lugar com as redes globais colocando que “(...) cada lugar, através de sua estrutura técnica e de sua estrutura informacional, acolhe uma fração, maior ou menor, das redes globais. No lugar, elas (as redes) presidem ao trabalho e ao capital (vivo) e determinam a sua natureza”. O autor completa que as redes são mistas, incluem materialidade e ação, sendo instrumento da produção, circulação e informação mundializadas, as redes são globais e transportam o universal ao local. Mas, as redes também são locais, constituindo as condições técnicas do trabalho direto, se dissolvendo e integrando ao trabalho coletivo, resultando um esforço solidário dos atores locais.

Na análise da interferência da globalização no lugar, há concordância com Carlos (2007, p. 21), quando ressalta que:

As comunicações diminuem as distâncias tornando o fluxo de informações contínuo e ininterrupto; com isso, cada vez mais o local se constitui na sua

relação com o mundial. Nesse novo contexto o lugar se redefine pelo estabelecimento e/ou aprofundamento de suas relações numa rede de lugares. A primeira consequência é a necessidade de se relativizar a ideia de situação. É evidente que o lugar se define, inicialmente, como a identidade histórica que liga o homem ao local onde se processa a vida, mas cada vez mais a “situação” se vê influenciada, determinada, ou mesmo ameaçada, pelas relações do lugar com um espaço mais amplo.

Neste sentido, percebe-se que o lugar, em sua atuação adquire características próprias: afetivas, simbólicas, de pertencimento, espaço vivido, e que não está isolado, mas numa rede geográfica, constituindo um ponto de ligação, conexão da construção socioespacial (STANISKI, KUNDLATSCH E PIREHOWSKI, 2014).

Para Relph (1979) citado por Leite (1998), os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas.

O conceito de lugar é fundamental nesta pesquisa, pois, ao estudar os sujeitos que fizeram parte da comunidade Deus é Amor, evidencia-se o apego e o sentimento de pertencimento que os mesmos mantêm com o lugar, fruto das relações sociais que estabeleceram com o meio, mantendo uma relação com o global, sendo a oportunidade do evento. Na área delimitada para o estudo passa a se estabelecer de forma mais direta esse acontecer, os sujeitos se veem inseridos em uma dinâmica que ultrapassa o local, sendo o lugar condição e suporte de relações globais, o depósito final dos eventos. (SANTOS, 2006).

Partindo desse pressuposto, para Buttimer (1982), citado por Moreira; Espanhol (2008) a identidade cultural está intrinsecamente relacionada à identidade com o lugar. As dimensões culturais, emocionais, políticas e biológicas permitem ao indivíduo possuir redes de interações baseadas no lugar. Mesmo diante das transformações no lugar, para o indivíduo e para a comunidade, a sensação de que as características antigas permanecem, reforçam a identidade com o lugar.

Sendo assim, com a pesquisa empírica foi possível verificar o apontado pelos autores supracitados, pois, os ex-moradores da comunidade Deus é Amor quando questionados se têm vontade de retornar às antigas localidades, para observar as mudanças em decorrência do processo de dominação pelo empreendimento, ou seja, como hoje está (des)configurado o lugar, os mesmos relatam, que preferem permanecer com as lembranças do que era o lugar, do que vê a comunidade totalmente transformada e sem os traços que guardam na memória. Os indivíduos guardam na memória o passado e preservam o sentimento de pertencimento ao lugar. Assim,

com a mobilidade, tornara-se praticamente uma regra, o lugar também pode ser concebido enquanto memória se torna como quadros de vida (SANTOS, 2006).

Diante do exposto, entende-se que o lugar é produto da complementação das dimensões propostas pela corrente da geografia humanista e pela corrente da geografia crítica, essas duas perspectivas teórico-metodológico abordam o lugar com características diferentes. No entanto, nem por isso, uma anula a outra, elas são entendidas nesta pesquisa como complementares. Sendo o lugar fruto da tensão entre subjetividade e a objetividade, composto ainda pela dimensão material – localização dos objetos, sua distribuição no espaço e a relação do lugar com a totalidade e pela dimensão abstrata – tratando dos símbolos e dos significados que são atribuídos pelos indivíduos ao lugar (BARTOLY, 2011).

Assim, ratifica-se o conceito lugar, na sua complexidade, como conceito que permite a compreensão dos laços afetivos que ligam as pessoas a uma determinada porção do espaço, bem como interpretar as conexões advindas da globalização que reflete nas formas espaciais e econômicas que influenciam e por vezes modificam as formas de ser e viver das pessoas no espaço geográfico afetivo, isto é, no lugar.

Com a chegada de Belo Monte o lugar, comunidade Deus é Amor, é esfacelado enquanto representação coletiva e aspirações sociais semelhantes, passando a pesar a diferentes estratégias de territorialização como forma de resistência e de garantia da própria sobrevivência dos sujeitos.

## **1.2 Reflexões sobre o conceito de Território e as territorialidades**

Etimologicamente, a palavra *território* deriva do latim *territorium*, que significa área ou extensão de terra delimitada, derivada diretamente do vocábulo latino *terra*, como um pedaço de terra apropriado, um fragmento do espaço onde se constroem tanto relações de base materialista quanto base idealista. No entanto, várias concepções são estabelecidas quando se trata do conceito de território, devido as influências históricas ligadas a corrente de pensamento de cada intelectual que discuti o conceito.

Percebe-se que os debates a respeito do território superam as análise geográficas, como aponta Haesbaert (2019), embora o território seja um conceito central para a geografia, por se referir as espacialidades humanas é também investigado em outras áreas da ciência. Por exemplo, Haesbert (2019) destaca que na a ciência política enfatiza sua construção a partir das relações de poder, relacionadas ao Estado; na economia como fonte de recursos/

força produtiva; na antropologia destaca sua relação simbólica, sobretudo no estudo das sociedades tradicionais; na sociologia destaca o seu papel de interventor nas relações sociais. Por fim, destaca que na psicologia o caráter da subjetividade ou identidade pessoal, refletindo a identidade dos sujeitos (HAESBERT, 2019). Além disso, as interpretações a respeito dessa categoria são diversas mesmo na geografia. “Mas não pensemos que essa polissemia acaba quando adentramos a seara da Geografia” (HAESBERT, 2019, p. 39).

Na geografia, a primeira aproximação do conceito de território foi realizada por Friedrich Ratzel, inserido na proposta de geografia política, onde diz que o território é um espaço caracterizado pelo domínio de um determinado grupo humano sendo definido pelo controle político de um âmbito espacial, espaço no qual se exerce soberania, existindo a necessidade de um território comum e unificado, destacando o caráter político do território, vinculado às relações de poder, sobretudo estatais (HAESBERT, 2019).

As abordagens de território a partir das relações de poder são ainda evidenciadas, nas concepções de muitos autores e até no próprio âmbito social em geral, no senso comum, como destacado, “(...) o território geralmente é percebido, mesmo no âmbito do senso comum, como espaço político (...) (SOUZA, 2013, p. 78)”.

Para Castro (2005) ao falar nas relações de poder, diz que onde o poder está presente haverá resistência e que as correlações de poder só podem existir em função de múltiplos pontos de resistências, que nas relações de poder representam o papel de adversário, de alvo, de apoio, estando presente em toda a rede de poder.

Porém Souza (2013) ressalta que a concepção de território como poder deve ser apenas uma primeira aproximação, embora necessária é insuficiente. Conforme o autor: “Tomá-la como se ela fosse, a um só tempo, o início e o fim da tarefa de conceituação, significa substituir o esforço de reflexão conceitual pela memorização de uma definição preparatória (...)” (SOUZA, 2013, p. 78)”.

Já Souza (2013), coloca ainda que não é somente a dimensão política que deve ser considerada na análise do território, pois existem outros aspectos da vida social que interfere sobre essa categoria, como é o caso da cultura e da economia. Nas palavras do autor:

Mais uma vez: o que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, *o poder*. Ou, em outras palavras, o que determina o “perfil” do conceito é a *dimensão política* das relações sociais, compreendendo essa dimensão no sentido amplo de *o político* (...), e não no sentido de *a política* (...). Isso não quer dizer, de jeito nenhum, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as

identidades...) ou a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não sejam “contemplado” ao se lidar com o conceito de território (...) (SOUZA, 2013, p. 88, grifos do autor).

Para este autor, o território está presente em todas as espacialidades, pois os territórios não são matérias tangíveis e palpáveis, mas sim, campo de forças que só existe porque existem relações sociais e só existem enquanto durarem as relações.

Neste sentido, são importantes as colocações de Santos e Silveira (2006) que entendem o território como uma construção social, ou seja, o território como uma porção do espaço, apropriado e utilizado das mais diversas formas pela sociedade a partir de sua organização, em diferentes contextos históricos, onde a historicidade tem marcas na construção social do território.

Ademais, Santos (2000) utiliza a conceituação de território usado, onde este constitui-se como um todo complexo, onde são produzidas relações complementares e ao mesmo conflitante, distinguindo o território recurso e território abrigo, onde para atores hegemônicos da sociedade o território usado é um recurso, para garantir a realização de interesses particulares, e para os hegemonzados trata-se de abrigo, onde os sujeitos buscam garantir estratégias que garanta a sobrevivência nos lugares.

Na mesma perspectiva, Haesbaert (2019), destaca que o território é um espaço apropriado pelos grupos, não apenas politicamente, mais economicamente e culturalmente e constituído por um jogo de complexas relações, entre grupos que ora domina, ora passam a ser dominados por grupos mais forte ou mais bem articulados, assim:

(...) devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja etc. Os objetivos de controle social através de suas territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes com o próprio indivíduo (HAESBAERT, 2014a, p. 59).

Na visão deste autor, o território pode ser entendido como uma manifestação de poder sobre o espaço e, quando determinados grupos ou indivíduos da sociedade estabelecem essas relações, acabam por revelar um processo de territorialização, caracterizado pela identidade e pelo sentimento de pertencimento a esses espaços. Quando outro grupo exerce uma relação de poder superior a um grupo que já pertence ao território, podem ocorrer conflitos: o grupo que estabeleceu maior poder no campo ficará definitivamente no território, enquanto o outro grupo

passará por um processo de desterritorialização, ou seja, uma nova rota de voo ou saída do território.

Já em Raffestin (1993), verifica-se a existência de uma compreensão múltipla de território e territorialidade humana, para este autor, o “território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Sendo o território um produto dos atores sociais, pois, são estes que produzem o território, partindo de uma realidade inicial o espaço. “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...), o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Ainda na visão de Raffestin (1993) o território é um espaço onde foi projetado um trabalho e que revela relações marcadas pelo poder, o poder está em todas as relações sociais. Assim, pode se entender que se o poder está em todas as relações e o espaço é anterior ao território a conclusão é “O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem pra si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O autor propõe tendo como embasamento o território produto da apropriação do espaço estabelecido por relações de poder, pois, já que o espaço se apresenta como matéria-prima, o território resulta da sua apropriação e dominação. Podendo evidenciar o resultado da ação conduzida por distintos atores, não representando necessariamente os anseios da coletividade, mais de uma minoria, representada por grupos hegemônicos dominantes, que apropriam e utilizam o território de acordo com os seus únicos e exclusivos anseios. Nesta perspectiva, território dos indivíduos e grupos sociais.

A partir das colocações de Raffestin, compreende-se que os territórios organizados pelos grupos sociais são marcados por relações muitas vezes conflitantes, principalmente na disputa pelos recursos naturais, quase sempre sendo agravado quando os interesses dos grupos hegemônicos divergem aos interesses das populações locais.

Para Saquet (2010) há limitações na concepção de espaço na análise de Raffestin. O autor coloca que na medida em que Raffestin idealiza o espaço como palco, pré-existente ao território ele reduz o entendimento do Espaço à natureza, recursos naturais. Ainda para Saquet (2010) “o espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações, substrato, ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis” (SAQUET, 2010, p. 77).

Ademias, a abordagem feita por Fernandes (2009) sobre o território, é importante no sentido de construir uma tipologia do território com o objetivo de superar a ideia de território apenas como espaços de governanças. Nas palavras do autor:

Recentemente, surgiram diversos trabalhos que se referem às perspectivas, desenvolvimentos, enfoques, abordagens territoriais, entre outras denominações. Esses textos são propostas de políticas ou análises de projetos em implementação ou implantados, que envolvem diferentes instituições: multinacionais, governos nacionais, estaduais e municipais, movimentos socioterritoriais, sindicatos, igrejas, etc. para compreender os interesses, ações, relações e conflitos entre as instituições e os diferentes territórios, consideramos insuficiente a compreensão do território apenas como espaço de governança (FERNANDES, 2009, p.198).

Para o referido autor, a definição de território por órgãos governamentais e agentes multilaterais não consideram as conflitualidade das diferentes territorialidades contidas no território e o aprofundamento sobre a concepção de território evidenciam que há conflitos e contradições entre as diferentes classes sociais existentes no território, por isso estas definições são insuficientes para a definição da referida categoria, acabando por escamotear os interesses e os conflitos existentes entre as diferentes classes sociais.

Ainda em Fernandes (2009), o autor propõe uma tipologia do território ao qual ele divide em: primeiro território, segundo território e terceiro território. O primeiro território é o espaço da governança da nação, a delimitação de um país e suas unidades internas contendo estados, províncias e municípios instituídos pela jurisdição político-administrativa. O segundo território está relacionado com as propriedades privadas, sejam elas capitalistas ou não capitalistas. A diversidade do território e os processos pelo meio do qual os mesmo são produzidos, demonstrando a multiterritorialidade e deixando explícito o movimento de conflitualidade, sendo que este segundo território está intrinsecamente ligado ao primeiro, porém com movimento de produção diferenciado. Por fim, o terceiro território é relacional, envolvendo todos os demais territórios, a forma de uso desses territórios vai determinar o terceiro território, este podendo ser material ou imaterial, fixo e fluxo unido pela correlação de forças.

O referido autor ainda deixa suas contribuições a respeito do território material e imaterial, estando estes representados em primeiro segundo e terceiro território (fixo e fluxos) onde se entende os territórios como espaço de governanças, como propriedade e como espaço relacional. Sendo que o território material é produto do imaterial, onde o imaterial se formar como resultado do produto das intencionalidades, interesses e todo propósito estratégico

de um planejamento que correlacionem ideias que possa subsidiar as ações do poder.

Nessa perspectiva a análise territorial está intrinsecamente ligada à formação do território construído historicamente na comunidade Deus é Amor, dada a multidimensionalidade das relações estabelecidas naquele local, e, sobretudo nas novas relações que surgem a partir da busca de novas territorialidades quando as famílias são submetidas ao processo de deslocamento compulsório para a construção do Grande Objeto Espacial (Santos, 2013), a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Entende-se, que as relações estabelecidas na comunidade, aproximam sua realidade ao proposto por Haesbaert (2019), para os comunitários muito mais no sentido de uma área-abrigo e para o empreendedor como fonte de recursos, em nível de domínio local (área), com funcionalidade enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global.

Quanto à distinção entre território e territorialidade Saquet (2015, p.83) aponta “(...) que o território é produto da organização social e a territorialidade corresponde a ações de influência e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares”. Ou seja, a territorialidade se dá pelo poder estabelecido das relações econômicas e culturais, do indivíduo ao grupo de um determinado território, mesmo que seja num curto espaço de tempo.

(...) a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (Sack, 1986:6. Apud Haesbaert, 2004, p, 03).

Nessa circunstância, a territorialidade humana reflete a multidimensionalidade da experiência territorial dos membros coletivos, e se reflete em todos os espaços e escalas sociais, e é consubstancial com todas as relações socioespaciais.

De acordo com Raffestin (1993, p. 158), a territorialidade adquire uma importância bem característica, “[...], pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas”.

Assim, as dimensões das relações sociais vivenciadas no território formam uma identidade coletiva, a territorialização. Na concepção de Saquet (2015, p. 87), “No território,

há desigualdades, desterritorialização e reterritorialização, a partir da combinação de fatores econômicos, políticos e culturais, que substantivam ao mesmo tempo a *identidade coletiva*. O território é fruto dessa *lógica identitária* e combinatória existencial e regional” (grifos do autor). Outrossim, Saquet (2017) nos revela que:

As temporalidades e as territorialidades precisam ser consideradas nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, movimentos que acontecem no mesmo lugar e/ou entre lugares diferentes, no mesmo período e/ou entre períodos históricos distintos. O estudo desses elementos e processos perdem importância e significado se for feito separadamente, ou seja, todos estão relacionados e precisam ser considerados simultaneamente (SAQUET, 2017, p. 68).

Nessa perspectiva, a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que temporária) pela desterritorialização, e pela sua recriação, a partir dos processos de reterritorialização, estamos diante do processo geográfico Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização (T-D-R). Exemplificando este processo geográfico tem-se o caso da comunidade Deus é Amor, onde num primeiro momento os sujeitos constroem territorialidades com o aporte da UHE Belo Monte tais sujeitos são desterritorializados e num terceiro momento estão se reterritorializando, à medida que passam a se organizar (mesmo de forma inicial e distintas), nos novos espaços em que se encontram atualmente.

Desse modo, compreender o território e as territorialidades é um exercício que dá possibilidades de entender as diversas relações socioespaciais que se estabeleceram com os sujeitos da comunidade Deus é amor, buscando compreender essas múltiplas territorialidades, sobretudo a partir da inserção do alheio no território, passando os sujeitos a se reinventar e criar diversas estratégias para permanência e/ou reconstrução de suas territorialidades.

## **CAPITULO II – COMUNIDADE DEUS É AMOR NA PERSPECTIVA DO LUGAR**

Para falarmos sobre o lugar dos sujeitos da comunidade Deus é Amor, faz-se necessário retornar ao passado, resgatando a história de vida dessas pessoas, não no sentido de impor que estes sujeitos não sofressem influências das dinâmicas do capitalismo globalizado, mais sim que, mesmo com o advento de processos de reprodução capitalista os sujeitos foram construindo histórias particulares do lugar, articuladas em suas relações com a terra, com os outros sujeitos, determinando os modos de vida próprio do local.

Neste capítulo, dividido em duas partes, faz-se a interpretação acerca da formação do lugar a partir das narrativas registradas na pesquisa de campo, bem como apresenta as características socioespaciais das famílias no lugar.

### **2.1. Deus é amor, antes da construção da UHE Belo Monte**

A comunidade Deus é Amor tem seu histórico de fundação ligado ao processo de colonização da Amazônia, seus sujeitos locais chegam em grande parte da região Nordeste, no início da década de 1980, e começam a se fixar no travessão do Km 55 leste, da recém-criada Rodovia Transamazônica (BR 230), adentrando uma distância aproximada de 20 km da rodovia, foram se estabelecendo inicial com a produção de lavoura branca<sup>2</sup>.

Os moradores da comunidade Deus é Amor, ao chegarem, foram se estabelecendo em lotes resultantes da ineficiência do processo de colonização do INCRA, onde os primeiros ocupantes desistiram e venderam os seus lotes a baixo custo para os sujeitos, ou seja, o processo de ocupação ocorre espontaneamente, por aqueles que vieram para a região em busca de garantir a continuidade da vida e a reprodução familiar.

As ocupações espontâneas, em geral, forma como manchas de óleo, a partir de um ponto central, foram se espalhando como um circuito, nesse sistema se constroem mais facilmente relações de pertencimento e de maior proximidade entre os sujeitos, contando geralmente com uma igreja, uma escola, um lugar para as reuniões, uma pequena mercearia, padre e pastores, e, geralmente na ocupação espontânea fala-se de “comunidade”, as quais os habitantes atribuíram nomes significativos, essas denominações refletem por vezes a nostalgia dos lugares de origem, ou o sentimento de uma vida nova e a fé de um futuro melhor (HÉBETTE, 2004).

---

<sup>2</sup> Lavoura que não é perene, precisa ser plantada todos os anos, tais como, arroz, feijão, milho etc.

É o caso da comunidade Deus é Amor, pois, o que fez com que as pessoas se fixassem na localidade, além da terra foi a possibilidade de reprodução da família, mediados pelos laços de fortalecimento como comunidade. O processo de consolidação, mesmo que inicialmente precário, permitiu constituir um lugar, à medida que foi se estabelecendo valores resultantes da relação dos moradores com o próprio espaço, passando à condição geográfica de lugar. Lugar de acolhida, de produção, de trocas materiais e espirituais.

Os primeiros moradores, com suas práticas e relações, metamorfoseiam o espaço em lugar, “as interfaces do espaço social com as diferentes dimensões das relações sociais emergem os conceitos de território, *lugar* e muitos outros, que podem ser vistos como conceitos derivados” (SOUZA, 2013, p.32), assim de espaço social produzido a área da comunidade vai se metamorfoseando em lugar, os sujeitos começam a se organizar para resistir, aumentando assim esse vínculo inicial, mesmo em meio aos inúmeros problemas estruturais que o espaço possuía e a falta de assistência à colonização.

Nos primeiros anos de ocupação os moradores enfrentaram muitas dificuldades em permanecer na localidade, não recebiam o apoio do INCRA e de nenhum outro órgão para produzir, mais apesar de todas as dificuldades as terras que possuíam permitiam uma boa produção, além disso, não se tratava de um lugar com foco de doenças, como era comum na época em áreas próximas, devido serem recém-abertas.

A seguir, no fragmento de entrevista, retrata-se sobre o momento de formação da comunidade, e algumas das dificuldades encontradas nos primeiros anos.

A estrada quem fez foi a SONDOTEC, nesse tempo essa empresa trabalhava lá, mais era assim, ela ia só fazer pesquisa, mais a estrada era uma estrada que não tinha tráfego de carro, de nada né, só o pessoal da firma mesmo, era muito ruim sabe, tinha ladeira demais. Quando nós precisava de comprar alguma coisa a gente vinha pra Altamira de pé, até lá em casa era 26 km, e lá era ladeira menino! Sabe o quê que nós fazia? Pegava, nós viajava naqueles caminhão tanque, era uma coisa triste, aqueles caminhão era duro demais, aí nós pegava uma galinha trazia pra faixa, o caminhão tanque passava carregado de óleo, ou pra buscar óleo, aí eles já sabiam, já paravam quando via o colono na beira da estrada, aí nós já dava a galinha pra ele, aí nós ia com ele, ia pra Altamira comprava as coisinhas, pouquinho né? Que ninguém lá tinha quase renda de nada, aí pegava outro caminhão de volta e já ficava devendo uma galinha pro caba que trazia, aí ele trazia nós e deixava na entrada do travessão. Eu cansei de sair de lá 4 horas da tarde, da transamazônica - da beira da entrada lá, com um saco nas costas com 30 kg de rancho, eu chegava em casa meia noite, era 26 km, aí eu viajava as vezes 3 km e arriava aquilo, eu já vinha pra não aguentar mais, arriava em uma sombra, descansava um pouco, jogava nas costas e vazava de novo (...) era assim, mas eu chegava (...). Quando adoecia, quando dava tempo ia pra Altamira, quando não dava morria igual o menino

do (...) morreu (...) o INCRA nunca deu nada de assistência pra nós lá, lá foi na marra mesmo (...) (Entrevistado, José Felix, 2020).

Percebe-se, que assim como em outras áreas da colonização na Amazônia, estes moradores encontraram inúmeras dificuldades iniciais, porém o que fez a diferença para a permanência destes sujeitos na localidade é a organização coletiva que começou a ser desenvolvida, dando formatação ao lugar.

No fragmento de entrevista a seguir, é possível verificar como estes, começam a se organizar e criar condições de permanência no lugar, através da organização coletiva já que “a força própria do lugar vem das ações menos pragmáticas e mais espontâneas, frequentemente, baseadas em objetos tecnicamente menos modernos (...)” (SANTOS, 2006, p.152).

Fizemos a primeira escola pro nossos filhos estudar na beira da estrada lá onde nós morávamos antigamente né? Nós mesmo que fizemos, derrubemos castanheira, fizemos cavaco, tiremo madeira com aqueles serrotão, pra fazer essa escola, fizemos banco tudo nós mesmo. Aí conseguimos a professora que era de lá mesmo, era mulher de colono lá, (...) ela deu aula uns 10 ano, foi uma boa professora ela. Essa escola foi nós que fizemos nós mesmo (...) (Entrevistado, José Felix, 2020).

Na fala do entrevistado, há construção de um espírito comunitário pelos sujeitos e, um elemento importante nessa construção foram os fixos consolidados, ao construírem a primeira escola os moradores já iniciam uma organização primária, que viria a dar subsídio para a (re)existência dos sujeitos no lugar, pois, conforme aponta Santos 2006:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 2006, p.38).

Assim, como afirma Santos (2006), as ações coletivas dos moradores ao se organizarem fez com que o lugar começasse a ser definido, fazendo sentido e tendo condições de existência e permanência no lugar. Notadamente que a ação primeira de construção de um fixo vai desencadeando processos que culminaram na construção de outros elementos fixos estratégicos para o cotidiano da comunidade e, conseqüentemente foram estabelecendo os fluxos que estabelecem as redes que dão força ao lugar. Mostrando que desde o início a comunidade começa a construir redes que darão sentido ao apego e valorização dos espaços de coletividade construídos pelos próprios sujeitos, assim,

(...) a análise do lugar envolve a idéia de uma construção, tecida por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a constituição de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizatória que produz a identidade homem — lugar, que no plano do vivido vincula-se ao conhecido - reconhecido (CARLOS, 2007, P. 22).

Sendo assim, a organização existente na comunidade possibilitou que o lugar fosse se conformando, a partir das trocas entre os diferentes sujeitos, essas relações que impulsionaram o desenvolvimento da comunidade e o surgimento do pertencimento ao lugar, estes começam a interagir e recriar o espaço.

A fixação do primeiro objeto construído pela comunidade de forma coletiva despertou o interesse daqueles moradores em se organizar ainda mais, já que foram percebendo os benefícios que a construção da primeira escola acarretou, à possibilidade de seus filhos estudarem, e segundo, com a construção da escola, passou a existir maior contato entre os próprios moradores que passaram a ter um local para celebração de missas e os encontros festivos que começaram a ser organizados a partir daí, atrelado ao papel da escola em realizar momentos de celebração, datas comemorativas e atividades recreativas.

Era direto tinha festinha, agora já pro final a gente fazia torneio de futebol, tudo lá na parte central, naquele trequinho da escola, da igreja, e era um pessoal unido, moço! Não tinha encrenca de ninguém, sabe? Assim, boca de noite, antes de ter energia, nós ia pras casas conversar, bater papo (Entrevistado, José Felix. 2020).

Diante do exposto, percebe-se que os sujeitos da comunidade tiveram seus laços de afetividade intensificados a partir da construção da escola, que servia como espaço de lazer. Os sujeitos começaram então a almejar outros espaços de socialização. Destaca-se neste momento o papel da igreja católica, com as visitas no lugar para realização de missas e o processo de conscientização com os sujeitos acerca da importância de se organizarem para a criação de uma comunidade para que possam ter maiores possibilidades de conquistas em sociedade.

Com isso, um grupo de 16 famílias se organizou, e mediados pela igreja, formam a comunidade Deus é Amor (nome da escolinha construída pelos moradores), passando a buscar mecanismo para a instalação da primeira usina beneficiadora de arroz. Inicialmente, cada um dos 16 membros contribuiu com 10 sacas de arroz, tornando-se sócios da beneficiadora, e conseguiram a aprovação do primeiro projeto para a comunidade, através da prelazia do Xingu, que financiou a compra da máquina beneficiadora de arroz com todos os equipamentos.

Conforme relato dos moradores, foram eles próprios que tiraram a madeira e construíram o barracão, instalaram a máquina e começaram a trabalhar na beneficiadora, para conseguir pagar o projeto, e com pouco menos de um ano, o financiamento já havia sido pago.

A seguir na figura 3, pode ser observado as edificações da máquina beneficiadora construída com o esforço coletivo das famílias.

**Figura 3: Edificação da Máquina Beneficiadora de arroz**



Fonte: Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica Censitária. Ago/2007 a Fev/2008

Após a conquista da máquina de arroz os moradores criam a APRUPAVIX – Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Paquiçamba de Vitória do Xingu. Com a criação da associação de produtores muitas conquistas foram possíveis. Os sujeitos tornaram-se mais articulados coletivamente e pautavam suas demandas e encaminhamentos.

A construção de elementos de usos coletivos e que possibilitam melhoria na qualidade de vida para as famílias do lugar fortalecem os laços de reciprocidade destas, parafraseando Matos (2012), caracterizando o uso da primeira pessoa do plural, “nós”, o que é comum de se ouvir nas falas dos sujeitos, sempre fazendo menção às conquistas como coletivas. Com a organização social e comunitária o percebido é que,

(...) ao contrário do sujeito individual, o sujeito social (coletivo) não se define a partir de um substrato orgânico que lhe garantiria a integridade. É apenas uma organização, uma unidade postulada, construída, que pretende se garantir

a si mesma, para estabelecer a lei que especifica o social (BARUS-MICHEL, 1987, apud MATOS, 2012).

Assim, a comunidade foi se fortalecendo enquanto coletivo, e o lugar se tornando o centro das paixões e das ações comunitárias e comunicativas, da resistência, sendo uma referência dos significados da transformação do espaço (Silva, 2016), e de adequação deste em função das demandas dos sujeitos e em momentos à demandas do próprio capital, “o Lugar - não importa sua dimensão - é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, (...)” (SANTOS, 2006, p.174).

Através da associação veio à conquista dos primeiros financiamentos nas terras dos produtores, primeiro acontece a construção de projeto para conseguir a implementação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) destinados a criação de gado bovino e cultivo de cacau, esses primeiros financiamentos deu aporte para que as famílias conseguissem uma estabilidade, melhorando a fonte de renda, pois, além da já trabalhada (lavoura branca), passaram a diversificar a produção com a criação de gado e cacau para comercialização e consumo.

Outra conquista importante dos moradores foi a parceria com a prefeitura municipal de Vitória do Xingu para a construção de uma escola mais ampla, a escola construída pelos próprios moradores já não era suficiente para a demanda da comunidade. Importante destacar, que assim como outros ganhos da comunidade a construção não foi fácil. A seguir apresentam-se fragmentos de entrevistas que expressam um pouco o processo, para a construção da escola:

(...) nós fomos brigar com a prefeitura de Vitória, isso foi uma briga feia nossa com o prefeito mode ele construir aquela escola lá de alvenaria, ele queria fazer de madeira nós não aceitamo, ai fizemo greve, viremo o trem lá na prefeitura, aí conseguimos aquela escola lá construída, mas foi um trabai ó! Eles queria fazer a escola na metade da viagem, pra dividir pros aluno, pra não ficar muito longe pra uns. A metade da viagem dava justamente lá no meu lote, aí eu doei o terreno pra prefeitura pra fazer a escola (...) (Entrevistado, José Felix, 2020).

A gente construiu depois a outra escola em parceria com a prefeitura de Vitória, ela deu o material e entrou com o pedreiro e a gente entrou com a mão de obra, a gente mesmo que ia ajudando a construir. Meu tio cansou de ir buscar água de cavalo lá no garapé pra bater massa pro pedreiro, todo mundo ajudava um pouquinho, aí a gente ia revezando, porque a gente precisava trabalhar também né? (...) (Entrevistado, Antônio Amorim, 2020).

A imagem a seguir (figura 4) apresenta a escola da comunidade construída pela prefeitura municipal de Vitória do Xingu com o apoio dos moradores, conquista celebrada, pois garantia a permanência dos jovens no lugar.

**Figura 4: Escola Boa Esperança II.**



Fonte: Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica Censitária. Ago/2007 a Fev/2008.

Ao mesmo tempo em que os moradores iam ajudando na construção da escola, mobilizaram para a construção da igreja católica, além dos espaços de socialização que a escola possibilita, construíram outros símbolos que daria mais sentido e apego ao lugar. Tudo isso, de forma espontânea e organizada pelas próprias famílias do lugar. Na imagem seguinte, figura 5, é apresentada a igreja católica construída pelos comunitários, sujeitos da própria história e responsáveis pela constituição do lugar.

**Figura 5: Igreja São Francisco de Assis.**



Fonte: Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica Censitária. Ago/2007 a Fev/2008.

Quando o próprio sujeito constrói, o rompimento se torna mais doloroso, no caso da comunidade Deus é Amor, as famílias participaram de forma direta da construção de todos os espaços e todos os avanços da comunidade, foram de fato sujeitos do lugar. Desde a conquista da primeira escola a ganhos mais técnicos como a energia elétrica, como pode ser observado no fragmento de entrevista a seguir, os moradores participaram desse processo:

“A energia foi um projeto que antecipemo, surgiu um negócio que se nós fizéssemos um financiamento pelo banco saía mais rápido, aí depois nós retornava pra Celpa, a Celpa pagava o financiamento, aí nós conseguimos (Entrevistado, Antônio, Amorim, 2020)”.

Nesse sentido, advindo da organização da associação, os moradores conseguiram a aprovação de um projeto pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para construção de uma farinheira coletiva e recurso para as primeiras plantações de mandioca. Nesse mesmo processo através de lutas coletivas conseguiram com emenda parlamentar um caminhão para a associação, ao qual utilizavam para fins de apoio ao processo de transformação da mandioca em farinha.

Com esse PRONAF que nós fumo embora um pouco, ele melhorou a nossa vida, nós tava ruim, aí com o financiamento pegamo em um dinheirinho, além da mandioca, nós plantemo um poquinho de cacau né? porque era assim, a gente arrumava a terra pra plantar a mandioca aí depois dava pra plantar o cacau né? (Entrevistado, Antônio Dórico, 2020).

A figura 6, a seguir, expressa a conquista de construção da farinheira, com muita perspicácia da associação foi possível contemplar o lugar com melhores condições para produção de farinha.

**Figura 6: Farinheira.**



Fonte: Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica Censitária. Ago/2007 a Fev/2008.

Com o sucesso da associação, em pouco tempo essa, passa a ganhar novos associados, até mesmo moradores das comunidades vizinhas, nos últimos anos a APRUPAVIX já contava com mais de 260 associados e com isso conseguiu ampliar sua área para dois lotes com uma sede da associação para encontros e reuniões.

O exposto até aqui sobre a comunidade, permite aproximar da compreensão de Carlos (2007), quando afirma que:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida. (CARLOS, 2007, p. 21).

Com o avanço da frente capitalista a partir do setor energético, o lugar e a vida dos sujeitos da comunidade Deus é Amor foram modificados. Mesmo antes do processo de construção da UHE Belo Monte a comunidade já percebia as implicações, com avançar da obra

ocorrem as rupturas entre os moradores e seu lugar. Foram colocados diante de um processo novo, que altera de forma abrupta a vida e as redes de significados estabelecidos na comunidade. “É evidente que o lugar se define, inicialmente, como a identidade histórica que liga o homem ao local onde se processa a vida, mas cada vez mais a “situação” se vê influenciada, determinada, ou mesmo ameaçada, pelas relações do lugar com um espaço mais amplo” (CARLOS, 2007, p. 21).

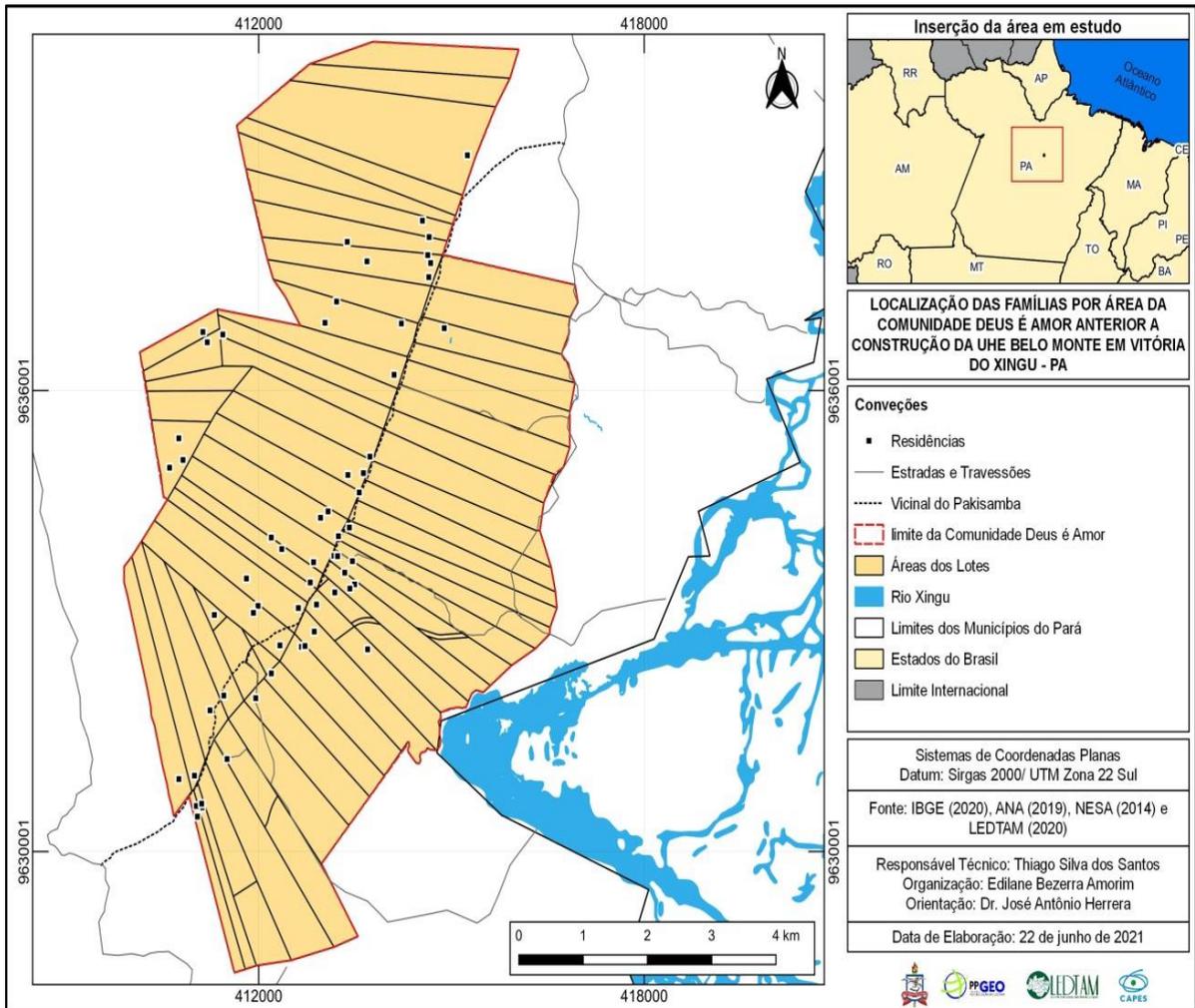
Antes do início das obras da UHE Belo Monte a comunidade vivia a dinâmica dos laços familiares, do parentesco e da vizinhança, mas, com a chegada do evento, o lugar recebe o processo de interferência do outro, agora os sujeitos se veem diante de uma nova lógica, pautada na intenção da reprodução capitalista, cercados, acontece a desconstrução das relações pré-estabelecida e os laços existentes entre os sujeitos do lugar da espaço para garantia da reprodução ampliada do capital por meio da transformação dos recursos hídricos em energia e, neste processo as comunidades, como o caso de Deus é Amor, são subsumidas por determinações exógenas que desconsideram as lógicas e os interesses locais.

## **2.2. Condições socioespaciais das famílias antes da construção da Hidrelétrica de Belo Monte**

As famílias que residiam na comunidade Deus é Amor, até 2011, estavam organizadas espacialmente aos laços de parentescos, o que representa uma estratégia de reprodução da condição dos sujeitos do campo. Segundo Woortmann (1995, p.39 e 40) (...) “a comunidade é um entrelaçamento de relações de parentesco (...) a reciprocidade entre famílias é um componente central dos valores culturais e expressa sempre relações de parentesco”.

Desse modo, os lotes com o passar dos anos foram ocupados por vários membros de uma mesma família. Hora o ocupante pioneiro convidava os parentes distantes a virem para a região, hora os filhos criavam entrelaço matrimoniais, com isso os familiares continuam morando “juntas”, com a reprodução familiar ampliada. Como observado no mapa figura (7), a qual mostra a espacialização das famílias por lotes. Os polígonos na cor preta representam as residências existentes por lotes, nota-se que em alguns lotes não existiam residências, estes eram áreas ocupadas por fazendeiros, que tinham residências fora da comunidade.

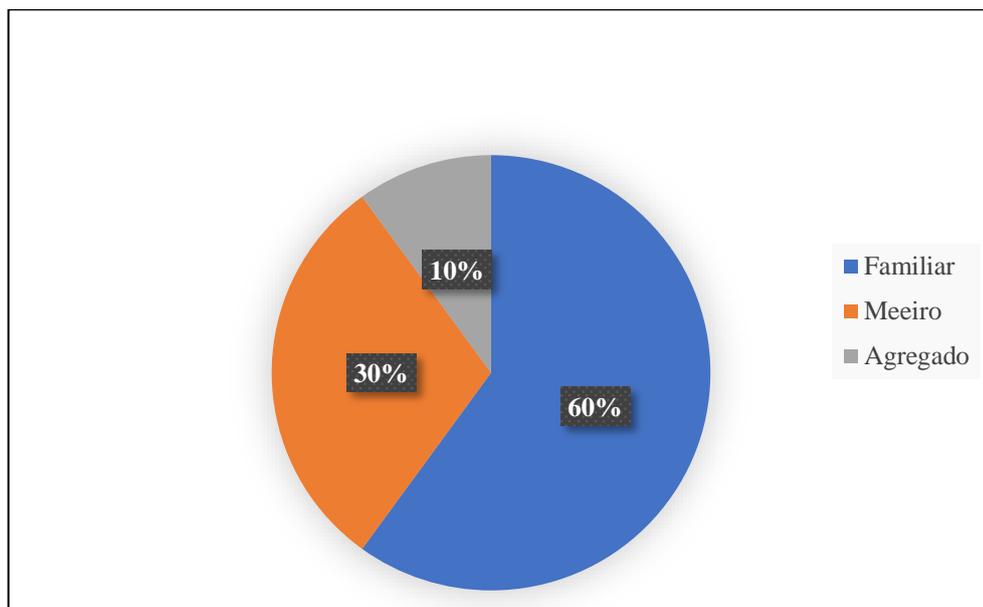
**Figura 7- Mapa de distribuição das famílias por lote.**



Essa situação de ligação por laços de parentesco ficou evidenciada nas entrevistas, pois quando questionados, 56% dos entrevistados relataram que não eram propriamente donos dos lotes. Dos entrevistados que não eram proprietários dos lotes 60% eram familiares dos proprietários, 30% eram meeiros/familiar e 10% eram agregados<sup>3</sup>, conforme pode se observar no gráfico 01 a seguir:

<sup>3</sup> Pessoa que participa do convívio familiar como se fosse membro da família.

**Gráfico 1: Grau de proximidade com o proprietário do lote.**

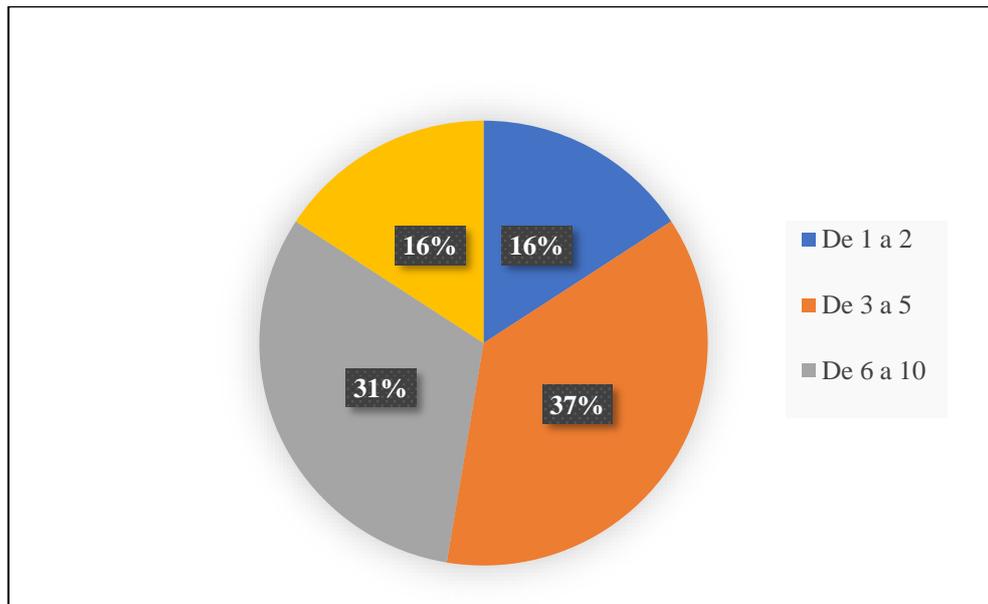


**Fonte:** Pesquisa de campo, 2020/2021.

Diante do exposto, a condição apresentada acontece principalmente, como consequência pela forma que são estabelecidas as ocupações na região da transamazônica, apesar da vasta disposição de terras na região, estas, não estão ao acesso de quem realmente precisa, muitas vezes está concentrada nas mãos de grandes proprietários, sem uso ou apenas sendo usado para pastagem. Na comunidade, o estabelecimento se faz com uma porção de terra por um membro da família, e aos poucos os demais membros familiares passaram a compor o núcleo familiar permanente, e ao passar dos anos se consolida uma comunidade com a maioria pertencente a um grupo familiar.

As famílias em média são numerosas, sendo que do total de entrevistados 22% possuíam acima de 7 pessoas, 45% possuíam entre 4 e 6 pessoas e 33% de 2 a 3 pessoas. Com isso o número de pessoas que trabalhavam no mesmo lote era expressivo, pois, como já mencionado, em uma mesma propriedade residiam várias famílias. O gráfico 2 a seguir evidencia essa informação, ao apresentar a quantidade de pessoas que trabalhavam diretamente em um mesmo lote.

**Gráfico 2: Quantidade de trabalhadores por lote.**

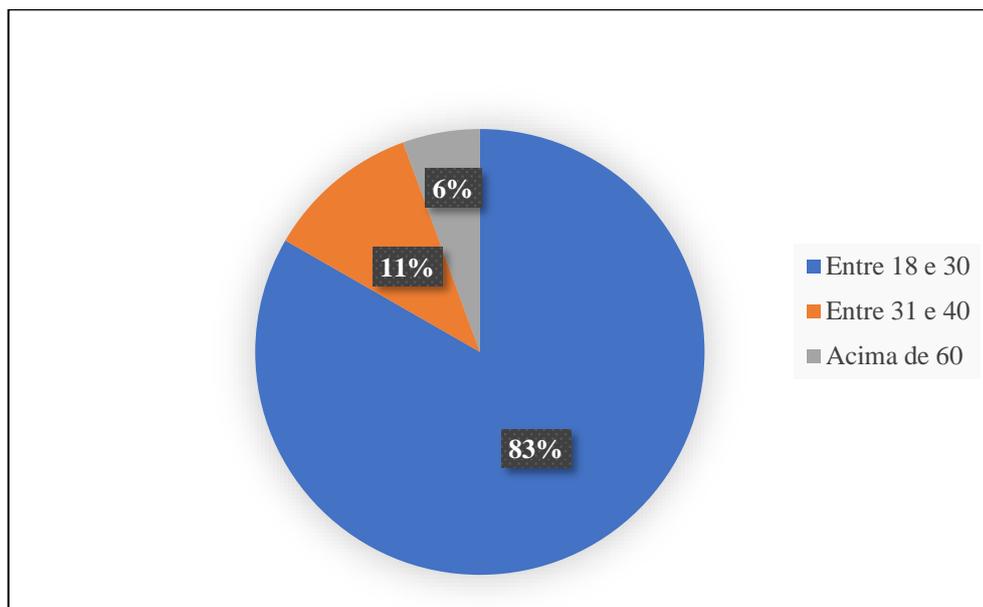


**Fonte:** Pesquisa de campo, 2020/2021.

Nessa perspectiva, Woortmann (1995, p.51) já apontava essa lógica ao afirmar que “em regiões de fronteira, como a Amazônia brasileira, podemos encontrar organizações comunitárias endogâmicas onde cada casal reside em sua casa, mas onde o trabalho envolve a cooperação de toda a parentela”.

Nesse sentido, as propriedades em geral eram pequenas, sendo que do total de entrevistados 83% tinham menos que dois módulos fiscais da região, 11% tinham 02 módulos fiscais e apenas 6% tinham 04 módulos fiscais, apresentação no gráfico 3. A comunidade era ocupada basicamente por proprietários que viviam da agricultura familiar, sem a necessidade de concentrar grandes extensões de terras, assim como os proprietários que não tinham interesses em se desfazerem de suas propriedades, devido a organização existente, o que dificultava a concentração da terra.

**Gráfico 3: Tamanho da propriedade em alqueire.**



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2020/2021.

A dinâmica produtiva das famílias era baseada na agricultura familiar, com a produção de lavoura branca, cacau e em alguns casos criação de gado. A tabela 1, a seguir, foi elaborada com base no formulário socioeconômico aplicado com as 18 famílias, representa uma média da produção anual de culturas até 2010.

**Tabela 1: Média da produção anual até 2010.**

<b>Produto</b>	<b>Consumo kg</b>	<b>Venda kg</b>	<b>Quant. Total kg</b>
Feijão	605	960	<b>1.565</b>
Arroz	6.330	3.000	<b>9.330</b>
Milho	8.140	7.500	<b>15.640</b>
Farinha	240	9.840	<b>10.080</b>
Cacau	0	38.620	<b>38.620</b>
Pimenta	5	1.495	<b>1.500</b>
Macaxeira	200	0	<b>200</b>
Cupu	100	4.000	<b>4.100</b>
Café	0	1.000	<b>1.000</b>
<b>Produto</b>	<b>Consumo un.</b>	<b>Venda un.</b>	<b>Quant. Total cabeça</b>
Gado	-	-	<b>637</b>
Galinha <sup>4</sup>	320	120	<b>440</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2020/2021.

<sup>4</sup> A quantidade de gado e galinha é representada em cabeça e não em kg.

As famílias apresentavam culturas diversificadas, em maioria culturas perenes servindo para a subsistência, trocas locais e comercialização do excedente. Essa base produtiva apresentava também pequena criação de gado e cultivo de cacau, subsidiadas por políticas de financiamentos que começam a surgir a partir de 1989 como Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e a partir de 1995 com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Ressalta-se, que essa lógica de produção pertence a um processo desde a chegada dos primeiros ocupantes, onde a terra foi sempre utilizada para subsistência e para obtenção da renda familiar através da comercialização do excedente produzido. Essa segunda vem representada na produção de lavoura de cacau e pequena produção de gado.

Ademias, a lavoura do cacau se estabeleceu na região como uma das principais fontes de renda, onde as famílias motivadas pela pouca valorização das culturas temporárias e incentivadas pelo Estado, sobretudo no papel da CEPLAC potencializaram a adesão a cultivo do cacau. Passando a ser posteriormente, a principal fonte de renda dos agricultores da comunidade.

Do total de entrevistados, 78% já receberam algum tipo de financiamento na terra, sendo que os financiamentos foram subsidiados pelo PRONAF com investimentos na agricultura familiar e para fomento a criação de gado e cultivo de cacau pelo FNO.

Desse modo, a comunidade se consolida e permanece pelo processo de organização, pois desde o estabelecimento dos pioneiros partiu da organização comunitária a busca por políticas que subsidiassem a permanência com organização para acesso ao crédito e a garantia de direitos mínimos ofertados pelo poder municipal, como vias de acesso e escola. Fato que pode ser comprovado através das entrevistas, nas quais 89% dos entrevistados afirmam que participavam de alguma organização social na comunidade, e as reconheciam como importante mecanismo para a sobrevivência no lugar.

Diante disso, a comunidade alcança por um período a estabilidade, representada pela afirmativa de Woortmann, sobre a necessidade para além da terra. Segundo a autora, “sendo o camponês um pai de família, daí resulta ainda outro ponto fundamental: a terra não é apenas um fator de produção, mas é carregada de valores simbólicos (Woortmann 1995, p.47)”. Posto que aquele lugar se consolida através desta interação homem-natureza, passando a adquirir identidade e significado, ratificando assim a importância entre o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas, garantindo àquele Lugar identidade e significado. O que nos ajuda a entender o apego e o sentimento de pertencimento que as famílias que pertenceram a comunidade

mantêm com o lugar, fruto das relações sociais que estabeleceram ao longo do tempo com o meio.

### **CAPÍTULO III – AS DUAS FASES DO GRANDE OBJETO ESPACIAL NA COMUNIDADE DEUS É AMOR**

Neste capítulo, discutem-se os grandes projetos planejados e efetivados pelo governo para a Amazônia que refletiram no lugar de estudo, apresentando desde as políticas de colonização ao processo histórico de construção da hidrelétrica de Belo Monte que foi interrompido por várias vezes, tendo iniciado a construção em junho de 2011, sobre a desaprovação de movimentos sociais e de boa parte da sociedade civil organizada, mas como entusiasmo por parte dos poderes municipais e de empresários da região que a viam como oportunidade para impulsionar o desenvolvimento da região. Por fim, tem-se um tópico que versa sobre a organização e resistência da comunidade perante a instalação de Belo Monte.

#### **3.1 Programas de Integração Nacional, Projeto Integrado de Colonização.**

A Amazônia passa a ser centro de um conjunto de políticas e ações ordenadoras, principalmente a partir da década de 1970, entre elas destaca-se com notoriedade o Programa de Integração Nacional (PIN) criado pelo decreto Lei nº 1.106/70, com o objetivo de integrar a região amazônica ao restante do país, prevendo-se a sua localização numa faixa de 10 km de cada lado de cada rodovia federal, junto a uma política nacionalista de proteção territorial o Estado brasileiro, na figura do governo militar, lança um programa de colonização, que figurava principalmente na ocupação dirigida de suas terras e abertura de estradas, nesse contexto surge a rodovia Transamazônica (BR-230) (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1970).

Tendo como objetivo de integrar por via rodoviária, o Nordeste à Amazônia e promover a colonização da área de influência da estrada com o aproveitamento dos excedentes populacionais principalmente nordestinos. Sendo adotado como slogan à época: “Homens sem terra para terra sem homens” e “integrar para não entregar”. A rodovia Transamazônica é considerada uma estrada pioneira, devido sua construção não obedecer a nenhum parâmetro econômico, porém, caracterizando-se como um instrumento de desenvolvimento das áreas por ela percorrido (VENTURIERI, 2003).

Além disso, a região apresentava antes da abertura da rodovia, uma dinâmica de exploração extrativista, prioritariamente a coleta do látex, para a produção da borracha (HERRERA; GUERRA, 2006). Sendo assim, com a abertura da estrada, possibilitou-se a implantação e desenvolvimento de projetos oficiais e particulares de colonização direcionada em suas margens.

De acordo com o planejamento, cada trecho da Transamazônica detinha um projeto de colonização, denominado de Projeto Integrado de Colonização (PIC) – em que o INCRA se encarregaria de organizar todo o assentamento, inclusive dá assistência financeira e técnica aos colonos (BECKER, 1997). No sudeste do Pará, foi criado o PIC Marabá, no sentido Leste-Oeste se estendia da cidade de Marabá até o rio Xingu. Seguindo o rio tem-se o PIC Altamira, compreendendo a região do rio Xingu e se estende até a cidade de Itaituba, correspondendo aproximadamente 500 km de extensão ao longo da BR-230 (SOARES, 2019).

(...) a criação do PIC Altamira foi um marco na definição de um modelo de colonização no qual a ação do Estado inova ao definir um padrão de ocupação de fronteira a partir da facilidade de acesso livre aos recursos. A alteração sucessiva da dinâmica regional reflete a relação conflituosa que decorre desta ação e a emergência de mobilizações, em especial na fronteira agrícola do PIC Altamira (ALONSO E CARLOS, 2006, p 167).

Conforme destacado por Miranda Neto (2016) a primeira fase do PIC Altamira, tinha como objetivo o assentamento em três módulos de mil colonos cada, através de um sistema pautado no urbanismo rural, onde o colono poderia trabalhar no lote e residir na área urbana ou trabalhar e residir no próprio lote. Os módulos de colonização se estendem cada um, por 50 km ao longo da Transamazônica, com estradas vicinais a cada 5 km e penetração de 10 a 12 km. As unidades seriam, em primeiro nível, nucleadas por agrovilas, e em segundo nível centralizadas por uma cidade- suporte (Agrópolis ou centro urbano de apoio).

Contudo, contrariando as hipóteses de desenvolvimento dos militares, a colonização dirigida no PIC Altamira não prosperou como planejado, sobretudo pela falta de coordenação entre os órgãos responsáveis pela emissão de títulos de terra e os responsáveis pelo fornecimento de créditos bancários. Outro fator relacionado ao equívoco, está em relação a qualidade dos solos das áreas sob influência do projeto de assentamento, que ao contrário do que se pensava não eram naturalmente férteis em toda sua extensão, o que acarretou custos adicionais a serem arcados pelo próprio colono assentado. Assim, a maioria dos núcleos agrários planejados nunca conferiu condições de viabilidade, pelo menos, não na velocidade e na qualidade objetivada pelo Governo Militar. De modo geral, estes não conseguiram fixar suas populações devido à falta de recursos para o armazenamento e o transporte da produção, além da ausência de serviços básicos como: infraestrutura viária adequada, assistência técnica, saúde e educação (MIRANDA NETO, 2016).

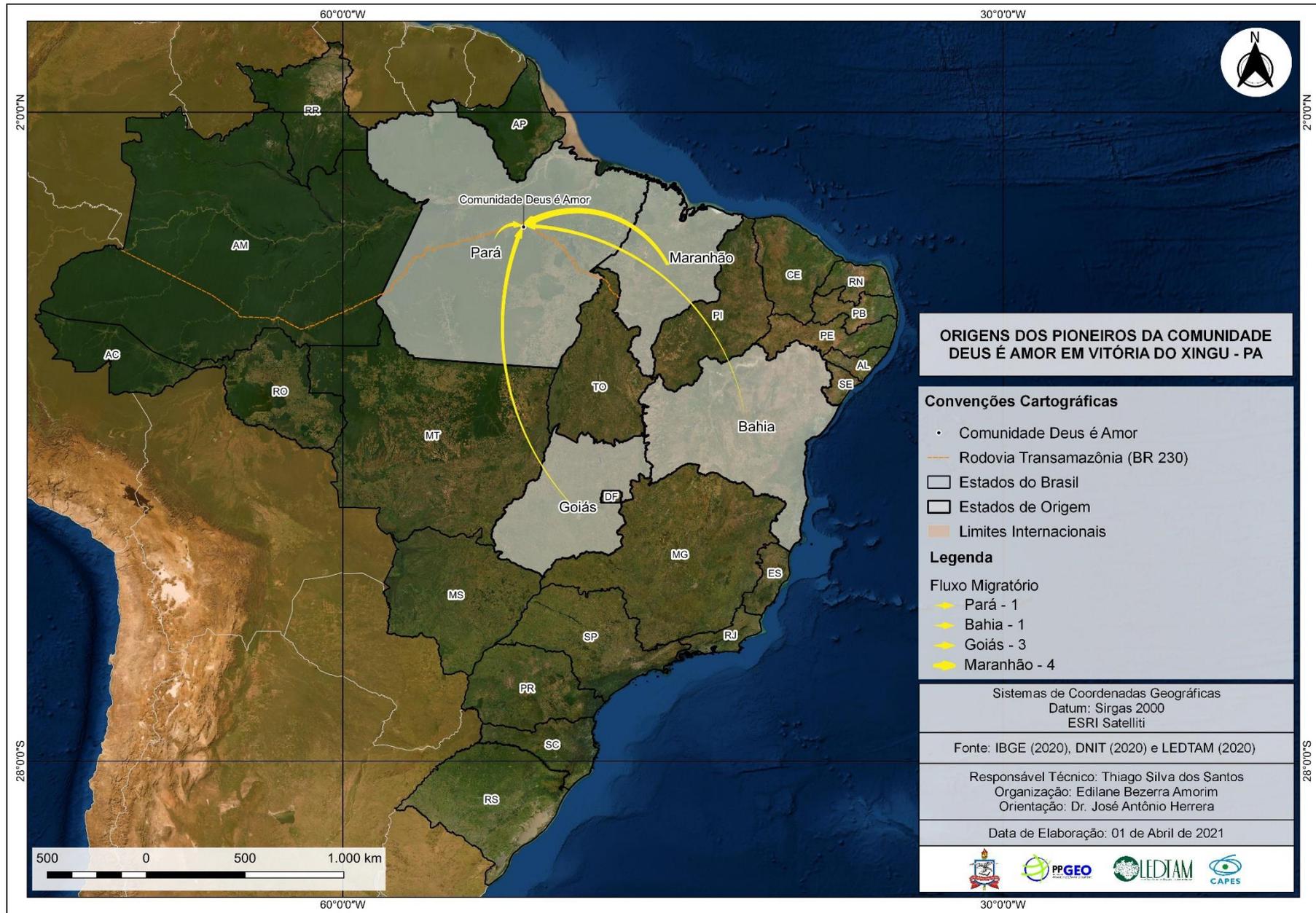
Partindo do exposto, a política de integração nacional e de colonização, ao contrário do que se propunha, não melhorou o nível de vida da população, não fixou o homem no campo e não promoveu o verdadeiro desenvolvimento da região. Não foram dadas as condições necessárias aos assentamentos. As ações do governo federal favoreceram a instalação das grandes empresas agropecuárias em detrimento aos pequenos produtores que foram estimulados a adentrarem a Amazônia, mas, na prática não houve políticas de incentivo ao pequeno produtor.

É nesse contexto, que os primeiros ocupantes da comunidade Deus é Amor começam se deslocar para a microrregião de Altamira, os sujeitos vêm de forma espontânea do Nordeste e centro-oeste do Brasil, conforme pode ser observado na figura 08 a seguir. Esses sujeitos vêm em busca de terra e trabalho, motivados pelas propagandas que eram divulgadas pelo governo Federal. Esses sujeitos ao chegarem, foram se estabelecendo ao longo da rodovia, inicialmente muitos começaram a trabalhar para os fazendeiros que já haviam se estabelecido na região. Posteriormente, com a ineficiência das políticas de colonização, as famílias passaram a adentrar a faixa da Transamazônica abrindo os chamados “picadões” a procura de terras para dá continuidade à reprodução familiar, como pode ser observado na fala da entrevistada:

Em 1980 eu vim para o Pará, para o km 20 da Transamazônica, vim eu meu marido e meus dois filhos mais velho, a gente veio trabalhar em uma fazenda dos nossos patrões lá do Tocantins. Mais ai uns seis meses depois meu marido ficou sabendo de umas terras no Cnec que estavam abandonadas, ai a gente foi pra lá, quando chegamos lá só tinha dois moradores, tudo era mata, e um picadão aberto pela firma (...) essas terras era de um soldado e a gente foi e entrou pra dentro, todo mundo chamou nós de doido, porque era de gente do governo, mais mesmo recebendo ameaça a gente não saiu e ficamos com essa terra lá até sair em 2011 por causa da barragem. A terra era muito boa a gente chamava de terra preta. (Entrevistada, Diva Ribeiro, 2020).

Conforme ilustrado no mapa, figura 8, os sujeitos pioneiros da comunidade Deus é Amor vieram de vários lugares, trouxeram suas diferenças culturais e experiências e escolheram por destino a comunidade em estudo para estabelecimento, e lá fizeram sua história e construíram pelo exercício diário suas memórias e símbolos.

**Figura 8- Mapa origem das famílias pioneiras da comunidade Deus é Amor.**



Os programas de colonização ofertados pelo governo federal a partir da década de 1970 serviram como uma primeira frente de abertura e estruturação das políticas territoriais seguintes, pois, a exploração dos recursos naturais era apontada como única forma de integração da Amazônia à economia nacional. Intensificando-se assim, a exploração de mineral nas fronteiras agrícolas e exploração do potencial hídrico para produção de energia elétrica, colocados como forma de garantir o desenvolvimento regional.

Para que os projetos agrominerais fossem possíveis de se estabelecerem na Amazônia, as políticas passam a se voltar para a criação de programas que deem condições iniciais a expansão desse mercado criando o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) 1974-1980, para assim promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais na Amazônia. Isso provoca uma série de impactos aos ecossistemas e a sociedade local, sendo a principal razão para a construção da hidrelétrica de Tucuruí no estado do Pará (CALVI, 2019).

Nesse sentido, por esses polos industriais serem altamente demandadores de energias, o Estado brasileiro é tencionado a ampliar a sua matriz de geração e distribuição de energia e também para suprir a defasagem de energia no país, sendo a Amazônia novamente destaque para a instalação de hidrelétricas devido ao potencial hídrico ao qual dispões (CALVI, 2019). Neste contexto, iniciam-se no ano de 1975, com ações da Eletronorte, os primeiros estudos de inventários hidrelétricos da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, onde se constatou um potencial hidrelétrico de grandes proporções, nessa época foi realizado o primeiro mapeamento do rio o projeto de localização de barragens, prevendo 05 barragens ao longo do rio Xingu e uma no rio Iriri (NORTE ENERGIA, 2020).

Através desses estudos, ocorreu a facilitação para adentramento as terras do que posteriormente consolidou-se comunidade Deus é Amor, pois, as empresas CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores) e SONDOTEC (Engenharia de Sondagens e Fundações) que fizeram os estudos de viabilidades da construção das barragens no rio Xingu, realizaram a abertura das estradas de acesso para prospecção na área, possibilitando em seguida que as famílias buscassem ali estruturas para suas reproduções.

### **3.2. Complexo hidrelétrico de Altamira, Babaquara e Kararaô: Marcas da história.**

Os estudos do Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do rio Xingu iniciaram em 1975, sendo concluída em 1979, indicando um potencial hidrelétrico estimado em 20.270 MW (NORTE ENERGIA, 2020), na época a estimativa era que tal potencial era equivalente a pelo menos 67% do total de toda capacidade de energia elétrica do Brasil (CALVI, 2019). O inventário propôs cinco grandes barragens ao longo do rio Xingu e uma no rio Iriri. Tais barragens, trariam grandes consequências ambientais e sociais para a região, alagando aproximadamente 18.365 km<sup>2</sup> de floresta amazônica e atingiria sete mil índios, de 12 Terras Indígenas, além dos grupos isolados da região (FEARNSIDE, 2018).

Foram iniciados em 1980, pela Eletronorte, os Estudos de Viabilidade do Complexo Hidrelétrico de Altamira, composto pelos aproveitamentos de Babaquara e Kararaô. Os estudos desse Complexo concentraram-se inicialmente no desenvolvimento do primeiro aproveitamento, cujo eixo era previsto para o rio Xingu, a cerca de 10 km a montante da cidade de Altamira. No entanto, a partir de 1986 estudos realizados pelas Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) indicavam que a entrada em operação comercial da UHE Kararaô era a melhor opção para o momento, direcionando-se todos os esforços para o projeto da UHE Kararaô (ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAL, 2009).

Em 1987, a Eletrobrás elaborou o “Plano 2010” listando barragens que deveriam ser construídas até o ano de 2010 no território brasileiro, o relatório foi lançado somente depois que ele havia sido vazado para o público, dentro desse plano Kararaô foi indicada para construção até 2000 e a hidrelétrica de Babaquara até 2005, esse plano de barragens provocou uma série de críticas por membro de organizações sociais e estudiosos da área, tais críticas fez com que o governo brasileiro nunca mais lançasse seus planos completos para projetos de barragens na Amazônia, liberando, apenas planos decenais para as barragens a ser construída nos 10 anos subsequentes e planos ocasionais de médio prazo (FEARNSIDE, 2018).

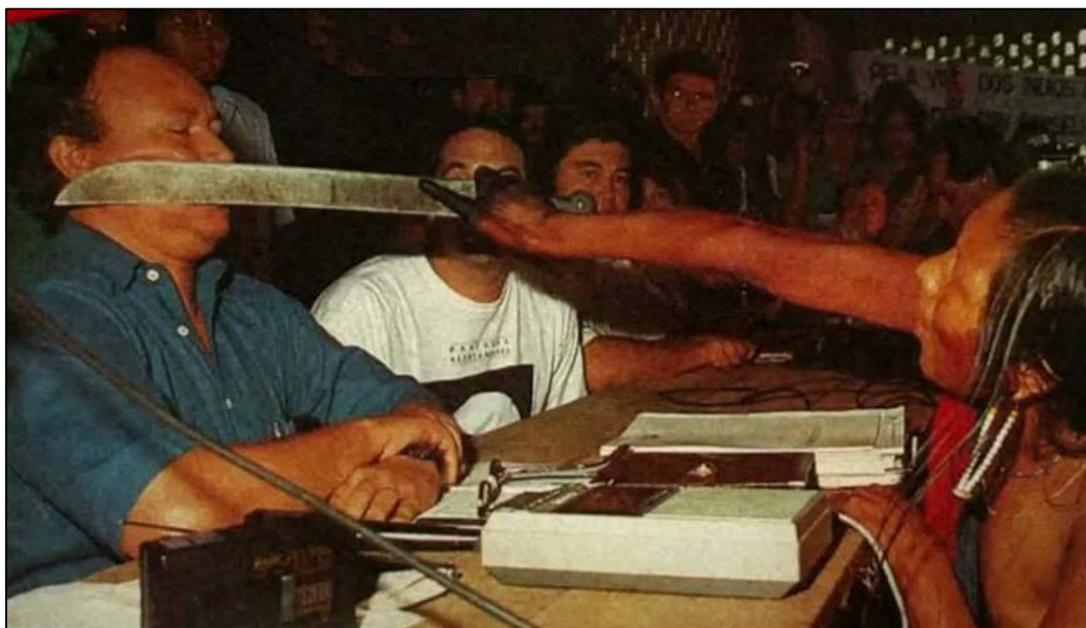
Sendo assim, em 1989 acontece a conclusão dos primeiros estudos de viabilidade da Hidrelétrica de Kararaô, neste período que os povos indígenas tomaram conhecimento da proposta que estava em curso do barramento do rio para a instalação do complexo hidrelétrico, e começam a se articular e fazer mobilizações para impedir que esse projeto tivesse continuidade. Todas essas mobilizações resultaram no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido ainda em 1989, protestando contra as decisões tomadas sobre a Amazônia sem a participação dos povos indígenas, em especial posicionando contrário à construção do

complexo hidrelétrico no rio Xingu. O evento reuniu mais de três mil pessoas, entre representantes da população local e povos indígenas (HERRERA; MOREIRA, 2013).

O evento foi marcado pela jovem índia Tuíra, do povo Kaiapó, encostando a lâmina de um facão contra o rosto de José Antônio Muniz Lopes, à época, diretor de Planejamento e Engenharia da estatal Eletronorte (figura 9). As cenas deste episódio percorreram o mundo, tornando-se símbolo da resistência social na luta contra a construção de barragens.

Assim, o encontro se tornou um marco na luta de resistência contra a construção de hidrelétricas na Amazônia, levando a suspensão do financiamento da obra. Durante o evento, a denominação Kararaô, que significa “grito de Guerra” foi substituída por Belo Monte, na tentativa de minimizar o conflito com os povos indígenas.

**Figura 9: 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, Índia Tuíra Kaiapó com o facão no rosto do diretor da Eletronorte.**

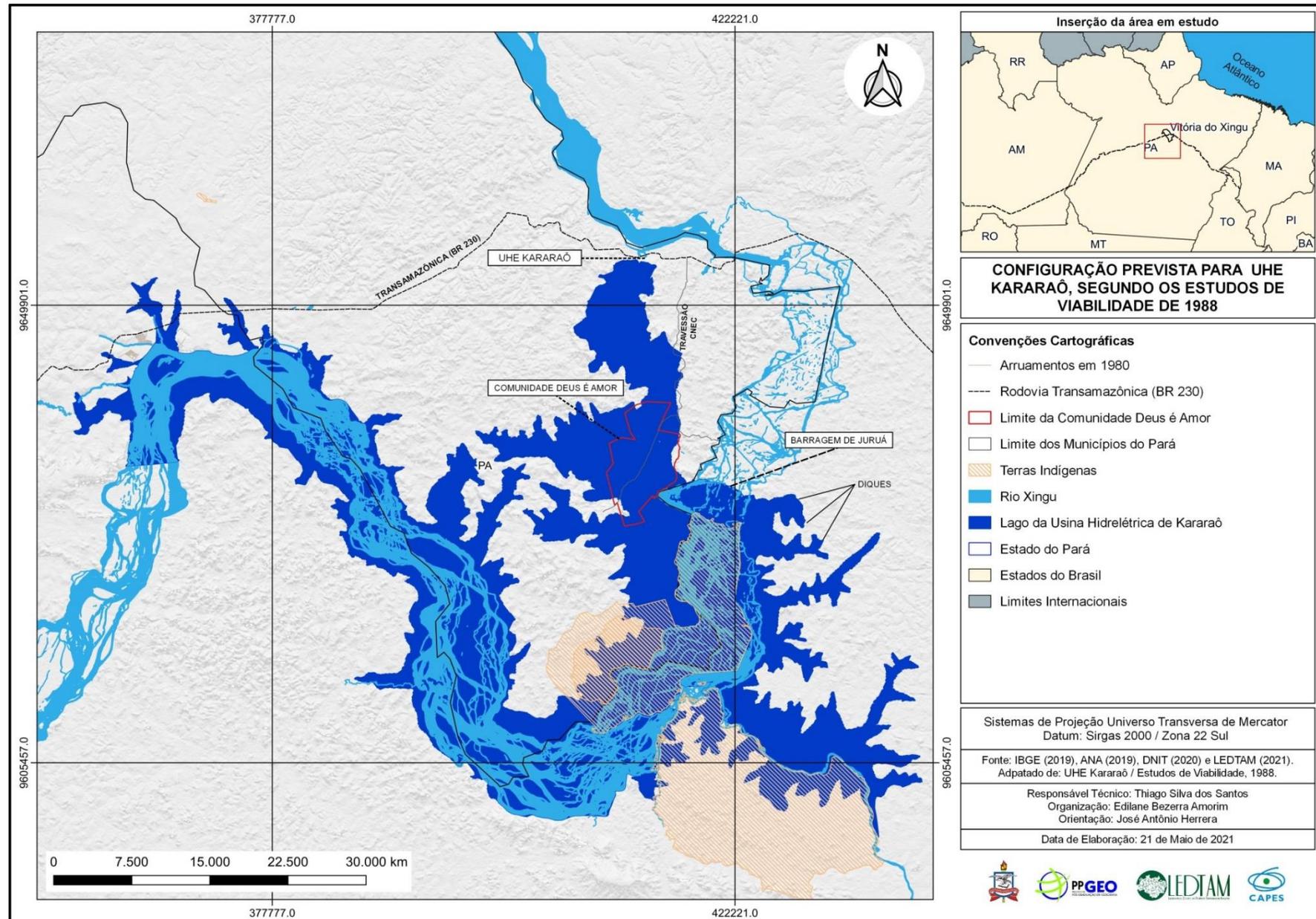


Fonte: <https://www.museudeimagens.com.br/india-tuira> (acesso em 19/05/2021).

A hidrelétrica Kararaô (agora renomeada para “Belo Monte”) teria uma área alagada de 1.225 km<sup>2</sup> nas duas alternativas estudadas. Os deplecionamentos previstos seriam de 19,3 a 23,3 m para Babaquara, e de 1,0 m para Kararaô. Inundaria as terras indígenas Paquiçamba e parte da terra indígena Arara da volta grande do Xingu, além de grande parte do vale do rio Bacajá, conforme pode ser observado na figura 10, mais adiante.

Os estudos de viabilidade técnica e econômica da UHE Kararaô concluíram pelo aproveitamento de 11.000 MW, distribuídos em 20 unidades de 550 MW cada, com motorização progressiva e sequencial, a ser concluída em um prazo de cinco anos após o início de operação da primeira unidade. O arranjo do empreendimento incluía o barramento do rio no sítio Juruá, onde se situava o órgão extravasor, já a Tomada d'Água e Casa de Força – situava-se 22 km ao norte, no sítio Kararaô. A adução até a área da usina se dava por um sistema de canais criado pelo reservatório na margem esquerda do rio. Completavam o conjunto de estruturas do aproveitamento 20 diques de terra dispostos entre os sítios Kararaô e Bela Vista, cuja função era conter o reservatório na margem esquerda, formando um sistema de canais de adução até a Tomada d'Água (ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAL, 2009).

Figura 10- Mapa da configuração prevista para a UHE Kararaô.



Ao analisar o mapa, é possível perceber que a comunidade Deus é Amor ficaria totalmente imersa pela construção da usina hidrelétrica. Nesse sentido, os estudos de viabilidade de Kararaô que serviu como impulso para as famílias adentrar as terras, logo seria o responsável pela remoção dessas famílias que acabará de chegar em busca de estabelecer novas territorialidades em busca de suas sobrevivências, então, as famílias passam a se organizarem e resistirem ao processo de implantação desse empreendimento.

Caso a hidrelétrica tivesse sido efetivada em tal época, como era previsto, o término da obra em 2000, os impactos as famílias da comunidade possivelmente teriam sido ainda mais danosos, tendo em vista que ainda não existia uma organização social consolidada na busca de minimização dos impactos e na garantia do respeito aos direitos mínimos, assim como o processo produtivo da terra ainda não estaria consolidado, o que gerava incertezas quanto a permanência no lugar pelas famílias, mas, que sempre estiveram dispostas a se organizar e resistir para manutenção do lugar.

### **3.3. “Adequar” para construir: a nova roupagem para a construção da hidrelétrica no rio Xingu.**

Depois de inúmeras pressões dos povos indígenas e organizações sociais locais, que resistiam bravamente contra a construção da hidrelétrica no rio Xingu, em 1994, novos estudos foram feitos na região, constatando a viabilidade de diminuição da área de inundação e uma “garantia” de não inundação das terras indígenas. Como resultado teve-se a redução da área de 1.225 km<sup>2</sup> para 516 km<sup>2</sup>, com a previsão de criação de dois canais de derivação.

Nos anos seguintes, até 1999, a Eletronorte fez modificações geográficas e técnicas relevantes no projeto, e renomeando o para CHBM (Complexo Hidroelétrico de Belo Monte), somente com as obras da primeira usina na Volta Grande, tendo ocorrido considerável redução da dimensão original do projeto (MOREIRA, 2018).

Em 2000 ocorreu uma “crise” energética, ocasionado por insuficiência de água nos reservatórios da região Centro-Sul do país, afetando a oferta de energia elétrica em algumas regiões, devido à dificuldade de transmissão e as condições hidrológicas desfavoráveis de grande parte das regiões Sudeste e Nordeste (FAINGUELERNT, 2016). Isso fez com que o complexo hidrelétrico planejado para a região do Xingu voltasse a ser foco do Estado brasileiro, passando a ser apresentado como a solução para problemas energéticos que o país enfrentava. Neste mesmo ano, a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) foi

contratada pela Eletronorte para elaborar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Belo Monte.

Em 2001, o MPF movimentou uma Ação Civil Pública (ACP) para suspender o EIA de Belo Monte por vários motivos, alguns estando relacionados à obrigatoriedade de consultar os indígenas que seriam afetados e obter autorização do congresso nacional (FAINGUELERNT, 2016). Além disso, o Ministério Público Federal (MPF) foi acionado por diversas vezes por movimentos sociais, com isso o MPF alega que havia problemas quanto ao local do licenciamento, emitido pela Secretaria do Meio Ambiente do Pará (SEMA) sendo que este licenciamento deveria ser emitido por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) já que se tratava de um rio federal (MOREIRA, 2018).

Desse modo em 2002, foi apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) novos levantamentos, mas, o EIA é novamente paralisado a pedido do Ministério Público Federal, alegando que a Eletronorte esperava que o processo de estudos para concessão do licenciamento fosse feito pela FAPESP e não pelo IBAMA, que é o órgão competente, assim, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) não pôde ser concluído.

No ano de 2005 o Ministério de Minas e Energia, oficializa ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no mesmo ano o Congresso Nacional autoriza a Eletrobrás completar o EIA, e é assinado o acordo de cooperação técnico entre a Eletrobrás e as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht para a conclusão dos estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental da UHE Belo Monte (NORTE ENERGIA, 2020).

No ano seguinte, 2006, a Eletrobrás solicita ao IBAMA a abertura do processo de licenciamento ambiental prévio, e começa a ser elaborado o EIA, poucos meses depois o licenciamento ambiental de Belo Monte foi mais uma vez suspenso, impedindo que os estudos sobre os impactos ambientais avançassem, já que alegavam que os povos indígenas atingidos deveriam ser ouvidos pelo Congresso Nacional (FAINGUELERNT, 2016). Ainda em 2006 o IBAMA realizou a primeira vistoria técnica na área do projeto.

Depois de diversos entraves judiciais, o EIA do UHE de Belo Monte foi autorizado a continuar e são realizadas vistorias técnicas pelo IBAMA e reuniões públicas nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu para discutir a respeito do Termo de Referência para o EIA. No ano seguinte, 2008, o Conselho Nacional de Políticas Energéticas define que o único potencial hidrelétrico a ser explorado no rio Xingu será o da UHE Belo Monte, e a ANEEL aprova a

atualização do Inventário apenas com essa usina na bacia do rio Xingu. Em março de 2009 é solicitado a Licença Prévia (LP) e em abril o IBAMA realiza nova vistoria técnica na área do projeto, em maio do corrente ano são entregues ao IBAMA o EIA e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). (NORTE ENERGIA, 2020).

Na linha histórica de resistência à construção de barragens no rio Xingu, após dezenove anos do I Encontro de Povos Indígenas em Altamira, foi realizado o Encontro Xingu Vivo para Sempre (2008), reunindo representantes das principais populações atingidas, movimentos sociais, Instituto Socioambiental (ISA), Prelazia do Xingu, organizações da sociedade civil, pesquisadores e ambientalistas.

Estiveram presente nesta ocasião, mais de 800 indígenas da bacia do rio Xingu, agricultores, ribeirinhos e moradores das cidades de influência da UHE Belo Monte. O encontro uniu todos os povos envolvidos na defesa de direitos históricos, culturais e naturais do território, passando a agregar além da resistência propostas para que se tenham um desenvolvimento sustentável das populações em concomitância com os recursos naturais do território (HERRERA; MOREIRA, 2013).

Na ocasião, um grupo de indígenas, revoltados com a afirmação de que o governo iria construir Belo Monte, custasse o que fosse necessário, entrou em confronto com o funcionário da Eletrobrás, Paulo Fernando Rezende, que recebe socos e cortes no braço.

Mais uma vez aparece em cena a lâmina do facão como símbolo de resistência dos povos indígenas, como apresentado em destaque na figura 11.

**Figura 11- Índios atacam funcionário da Eletrobrás.**



Fonte: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil> (acessado em 24/05/2021).

O encontro possibilitou a organização da rede Xingu Vivo para Sempre (que passou a articular importantes ações e denúncias contra as possíveis irregularidades na construção da obra) e esclarecimentos do projeto hidrelétrico. O resultado foi a elaboração da Carta “Xingu Vivo para Sempre” que teve como objetivo apresentar uma nova proposta de desenvolvimento para a região do Xingu às autoridades públicas (FAINGUELERNT, 2016).

Senso assim, no início de 2010 o IBAMA concede a Licença Prévia da obra, com pelo menos 40 exigências de adequação, em abril do referido ano o Governo Federal realiza o leilão de concessão para construção e operação da UHE Belo Monte, com prazo de 35 anos, tendo como grupo vencedor o Consórcio Norte Energia S.A.

Em junho de 2011, o IBAMA, emite a Licença de Instalação nº 795/2011, que permite o início das obras da UHE Belo Monte. Nesta mesma data, as obras são iniciadas. Em novembro de 2015 o mesmo órgão concede a Licença de Operação (LO) nº 1317/2015 da UHE Belo Monte.

Como destacado por Herrera; Pragana (2013) ao entrevistar uma das lideranças do movimento Xingu Vivo para Sempre a mesma apresenta a angustia vivenciada pela instalação de Belo Monte no território e o não cumprimento das condicionantes necessárias para a continuidade da obra:

Esse projeto representa a morte, foi colocado de goela abaixo, até hoje não foi atendida nenhuma condicionante se quer e eles trabalham, mentindo, ameaçando e fazendo pressão no povo (Liderança do Movimento em agosto de 2012) (Herrera; Pragana p. 145 2013).

Conforme apresentado no fragmento de entrevista, a hidrelétrica de Belo Monte continua a ser inserida no território mesmo com as inúmeras alegações por parte da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais e até do Ministério Público Federal que ajuizou algumas ações civil pública pedindo a paralização emergencial da continuidade da obra até que se cumprir as condicionantes. Porém mesmo com os inúmeros entraves a obra deu prosseguimento.

Mais tarde, com a obra quase concluída, em abril de 2016 tem se o início da operação comercial do empreendimento, sendo liberadas ainda no mesmo ano várias unidades geradoras tanto da casa de força principal como complementar. Em 2017 o potencial instalado para operação comercial da UHE Belo Monte já chegava ao montante de 4.510.87 MW, seguiu

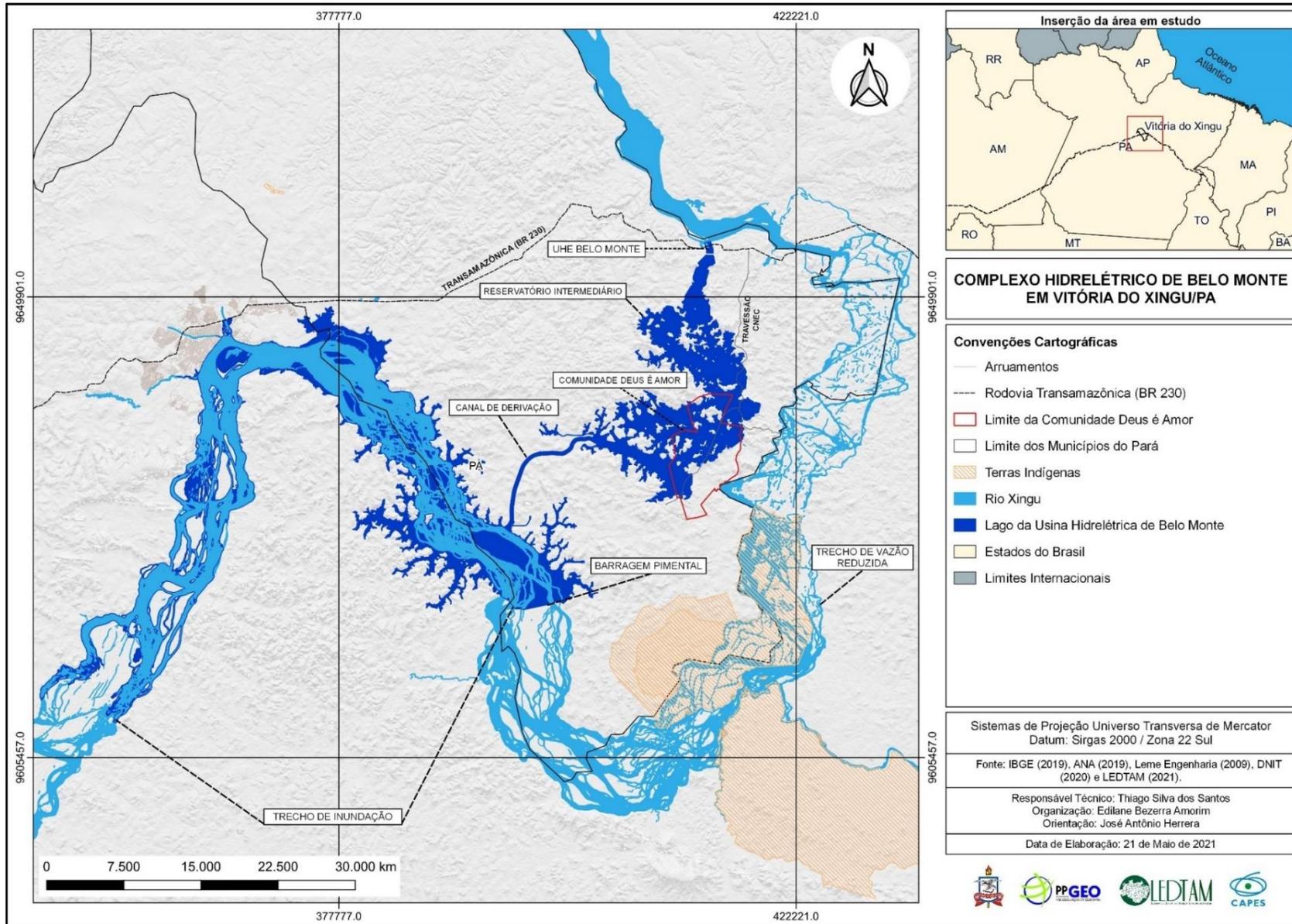
crescendo nos dois anos posteriores e no fim de 2019, iniciou-se a operação comercial da última unidade geradora da casa de força principal, levando a UHE Belo Monte a alcançar um total de 11.233,1 MW de potência instalada, sendo estas distribuídas em 11.000 MW na casa de força principal e 233,1 MW da casa de força complementar no sítio Pimental. A UHE Belo Monte está totalmente concluída e pronta para operação, se tornando a maior hidrelétrica 100% brasileira, foi inaugurada oficialmente em 27 de novembro de 2019 (NORTE ENERGIA, 2020).

O arranjo geral configurado no projeto do complexo hidrelétrico de Belo Monte pode ser observado na figura 12, mapa em que é apresentando sítios distintos e distantes entre si, desde as obras do barramento propriamente dito do rio Xingu, no sítio denominado Pimental, até o sítio denominado Belo Monte, onde se encontra a Casa de Força Principal. Entre estes dois sítios estão construídos o sistema de adução à Casa de Força Principal, constituído pelo Canal de Derivação e pelo Reservatório Intermediário (formado por diques e canais de transposição).

O Sítio Belo Monte fica na margem esquerda do rio Xingu, localizado a 52 km da cidade de Altamira pela rodovia Transamazônica, já o Sítio Pimental a jusante da cidade de Altamira, quanto à ocupação de territórios municipais, o Sítio Belo Monte situa-se inteiramente dentro dos limites do município de Vitória do Xingu, enquanto que o Sítio Pimental ocupa áreas em Vitória do Xingu e em Altamira, com seu eixo de barramento posicionado na calha do rio Xingu (ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAL, 2009).

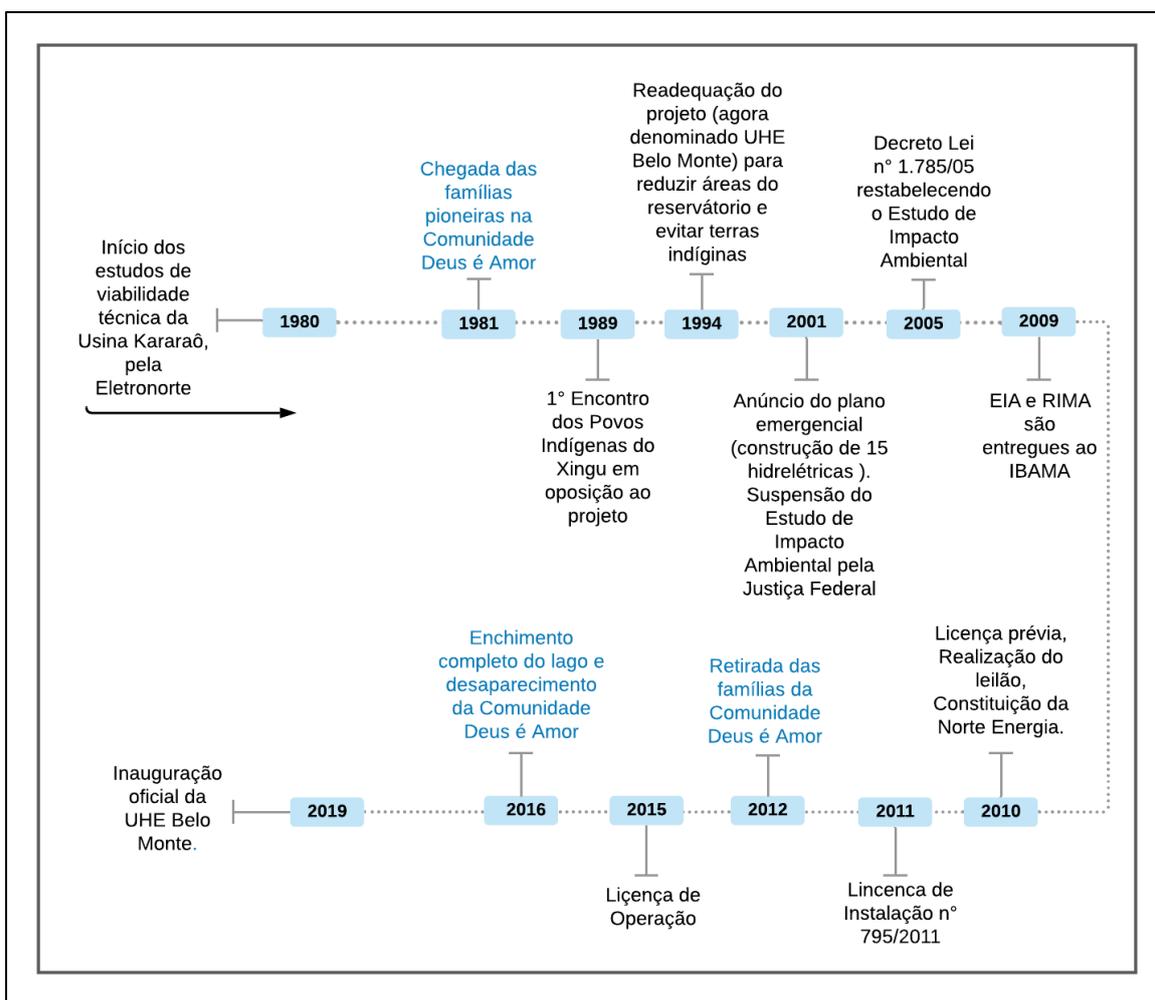
Destaca-se a significativa redução de área inundada e o aumento do trecho do rio Xingu com vazão remanescente, ao comparar com o mapa 10 do arranjo geral da UHE Kararaô.

**Figura 12– Mapa da configuração do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte.**



Diante do exposto, a UHE Belo Monte até se concretizar 100% concluída, foi palco de várias lutas e resistência da população local contra esse modelo de desenvolvimento que é posto verticalmente na região amazônica. “Eles trazem desordem às regiões onde se instalam porque a ordem que criam é em seu próprio, exclusivo e egoístico benefício (Santos, 2014, p. 144)”. Tal afirmação já comprovada no caso da implantação da UHE-Belo Monte, quando Alvarez (2020) explicita sobre a ordem e a desordem no território em virtude das políticas de ordenamento do território tecidas para a Amazônia.

**Figura 13: Principais marcos relacionados a construção da UHE Belo Monte e a comunidade Deus é Amor.**



Fonte: Autora, 2021. Inspiração: Indicadores de Belo Monte – FGV, 2016.

O contexto revela diversos desafios comuns às populações e ao desenvolvimento regional, ao que parece no que compete a construção de grandes projetos na Amazônia, existe uma repetição do padrão de políticas públicas, que seguem desrespeitando os direitos e as vozes das populações tradicionais, indígenas e de todos os moradores que são atingidos por estes

eventos, que por vezes são colocadas como “entraves” ao próprio desenvolvimento econômico regional.

Desse modo, mesmo com as modificações e as reduções do nível de alagamento da UHE Belo Monte, a comunidade Deus é Amor foi totalmente afetada pelo empreendimento, pois parte do lago de Belo Monte no setor de reservatório dos canais adentra o lugar da comunidade e a pequena área que não foi inundada passou incorporar a Áreas Remanescentes-

Sendo assim, o empreendimento antes mesmo de se consolidar já promoveu rupturas nas histórias, os laços construídos ao longo de mais de vinte anos pelos sujeitos. Mais uma vez, as famílias são lançadas à incertezas, assim como na chegada da maioria na região da Transamazônica no fim da década de 1970. Neste caso, não só os pioneiros que ocuparam aquelas terras e produziram o lugar, mas, junto com eles seus filhos e netos vivenciaram esse processo. O empreendimento é impiedoso com o que há de mais subjetivo, arranca todas as condições que fazem dessa comunidade um lugar, tornando-a apenas memória. Esses sistemas técnicos que servem aos atores hegemônicos têm a mesma composição sempre, e, não levam em consideração as dinâmicas dos lugares aonde chegam e se instalam (SANTOS, 2013).

Os sujeitos na Amazônia têm por gênese a migração como destino, seja ela por uma necessidade para reprodução da vida, condicionado pela contraditória realidade brasileira ou pela mobilidade do capital. A comunidade sofre esses processos migratórios, outrora pela necessidade de ocupar para explorar, agora novamente exigidos a sair e dar lugar às estruturas espaciais capitalistas, tendo suas histórias marcadas por rompimentos em suas territorialidades.

O papel da Amazônia no desenvolvimento do país deveria implicar a garantia de direitos dos povos e a proteção ambiental dos territórios. No entanto, um dos maiores desafios ainda presente na região se relaciona à consideração dos conhecimentos e do bem-estar dos povos amazônicos (FAINGUELERNT, 2016).

### **3.4 A comunidade Deus é Amor, organização e resistência, perante a instalação de Belo Monte no lugar.**

Como medida mitigadora aos impactos de Belo Monte, foi proposto o Plano de Atendimento à População Atingida, com diferentes programas e projetos voltados para a negociação de imóveis e benfeitorias, o reassentamento da população, a recomposição das atividades econômicas rurais e dos equipamentos sociais e da infraestrutura de acessos que fossem prejudicados em virtude da inserção de Belo Monte.

No caso da comunidade, as medidas tomadas pelo empreendedor conforme descrito pelos entrevistados na pesquisa empírica, foi a indenização em dinheiro as famílias que eram titulares propriamente das terras e concessão de carta de crédito no valor fixo de R\$ 131.902,37 aos moradores arrendatários e ou meeiros que se enquadrassem dentro dos critérios do empreendedor.

As primeiras reuniões com a comunidade para debater sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte iniciou em meados de 2007, sendo tais reuniões ampliadas e tornadas constantes a partir de 2010. Os entrevistados relatam que nas reuniões que ocorriam os representantes apresentavam o projeto e descreviam que as coisas iriam mudar para melhor, que aquela região iria ser beneficiada financeiramente e que as estruturas sociais se ampliariam. Mas, segundo os próprios entrevistados, a realidade foi bem diferente da discursada.

No fragmento de entrevista que se segue apresenta um pouco da narrativa que era apresentada pelo empreendedor:

Quando eles iam pra lá eles avisavam o presidente da associação, que reunia o pessoal, logo no começo ninguém queria. Ai eles iam faziam as reuniões explicando ne, tudo, como é que ia ser, diziam que as coisas iam mudar tudo, Altamira ia ficar muito boa, ia correr muito dinheiro, o colono não ia se dá mal, o colono ia se dá bem. Ai todo mundo tinha aquela dúvida. Vinham as inquietações, mas nós vamo sair daqui, pra onde nós vamo? Mas eles sempre com aquelas promessas, né? Quando sair daqui, se alguém quiser o dinheiro e quiser comprar outra terra ele compra aonde ele quer, ele pode escolher, onde ele se agradar e quem não for indenizado a Norte Energia dá o jeito dela pra colocar o colono que não tem terra no lugar apropriado. Aí eles abriam o espaço pro pessoal perguntar. Aí o pessoal perguntava e se eu não for indenizado? Aí eles diziam a se não tiver a terra a Norte Energia vai colocar vocês para morar em um lugar dignamente. Ai todo mundo se conformava ne. Eles explicavam muita coisa, mais nunca foi a realidade do que aconteceu no final, no final foi diferente (Entrevistado, José Felix, 2020).

Diante disso, a fala transcrita do entrevistado remete ao discurso comum na construção de todo grande empreendimento, o do convencimento que tais empreendimentos impulsionam o desenvolvimento local e regional, sendo colocado como bem necessário para ampliar as possibilidades da sociedade. Na prática, o empreendimento hidrelétrico Belo Monte representa em sua ideologia desenvolvimentista, o favorecimento à expansão capitalista, gerando impactos nas relações sociais e ambientais do território e criando a desestruturação das áreas que estão sob influência deste empreendimento.

A reprodução do capital por meio da hidrelétrica de Belo Monte desencadeia uma série de transformações no modo de vida e perspectivas dos sujeitos da comunidade. Quando questionado aos ex-moradores, qual o sentimento da comunidade em relação a Belo Monte,

eles deixam claro que não era o desejo da comunidade que a hidrelétrica fosse construída e que lutaram para que esse projeto não se materializasse.

Um pouco dessa resistência pode ser observado no trecho de entrevista a abaixo:

O pessoal tinha muito medo de não dá certo, porque o pessoal falava muito mal desse negocio de barragem, né? Aí vinha gente de Tucuruí da palestra que eles não pagava, aí tinha outros que vinha dava apoio. A gente fica naquela incerteza né, o certo mesmo era continuar lá na nossa terrinha, que a gente já tinha tudo construído (...). Mais quando eles iam lá fazer as reunião, nós também se mobilizemo, quando eles vinha com uma proposta, nós botava a da gente também né? Inclusive nós fizemo muita greve lá quando já tava no quente da barragem, a gente fechamo estrada, fizemo eles rever o caderno de preço, porque eles tavam pagando muito barato no pé de cacau na primeira proposta, e o que ia poder da um dinheirinho a mais pra gente era o cacau né, que era o que a maioria dos colonos da região plantava. (Entrevistado, Antônio Amorim, 2020).

Conforme relato dos entrevistados, estes tentaram criar estratégias para garantir a permanência dos mesmos na comunidade, pois, não tinham o interesse de deixar suas terras. Mas tais estratégias nunca se concretizaram, era planejado uma ação e o empreendedor desconstruía, como pode ser observado no trecho de entrevista a seguir:

Nós comêssemos assim, nós fazíamos reunião nós mesmo com o presidente da associação e os líderes da comunidade, nós dizia: nós não quer, nós vamos botar o pé na parede, mas nós não sai. Aí o sindicato dos trabalhadores rurais de Vitória do Xingu vinha e dizia: Rapaz é o seguinte, vocês podem fazer greve e tudo, mas vocês não vão conseguir, não vão conseguir porque isso é coisa do governo, como é que nós vamos vencer o governo? E nós não conseguiríamos mesmo não, né? A Barragem tá aí. (Entrevistado, José Felix, 2020).

Deixar suas terras, mais do que isso, sair de seu lugar, para essas famílias significaria a perda da identidade, do pertencimento, dos laços de afetividades construídos ao longo de décadas, e além, significaria o surgimento de incertezas, pois é um deslocamento compulsório, forçado sem um planejamento prévio, conforme pode se observar nas falas dos ex-moradores:

Nós sempre falava, nós não quer, nós não quer sair, porque nós não sabe pra onde vai, aqui é um local bom, sadio, criei minha família todinha lá, os colono tudo criou as famílias lá, e ninguém quase nem adoecia, e ai pra Norte Energia tira nós e, nós ficava com aquela preocupação pra onde nós ia ne? E justamente foi isso que aconteceu, quando eles tirou nós, eu mesmo não sabia pra onde eu ia. Eu fui pra Altamira passei um tempo lá, sem rumo (Entrevistado, José Felix, 2020).

Foi muito difícil pra gente conseguir uma terra e se localizar né, ia pra um lado, ia pra outro e não achava uma terra do agrado, e outros comprou de qualquer jeito, né? (Entrevistado, Antônio Dórico, 2020).

Nesse sentido, os entrevistados relataram que mesmo com as inúmeras reuniões feitas pela Norte Energia, não ficou claro sobre como iria funcionar o processo de retirada das famílias, o que gerava ainda mais incertezas para os sujeitos.

Como forma de desestruturar a organização comunitária o empreendimento adotou a estratégia de retirar primeiramente os líderes da comunidade, com indenizações com o valor além do esperado por estes.

Em 2011 nos saímos, nós fomos às primeiras famílias a sair, porque a Norte Energia invadiu nossas terras, a minha e a do meu irmão que era o presidente da associação (Entrevistada, Ana Silva, 2020).

Ao adotar essa estratégia o empreendedor causa nas famílias certo temor, eles relataram que já ouviram falar que se não aceitassem a primeira proposta teria que ir para a justiça, um processo que se penduraria e que tenderia a diminuir ainda mais o valor da indenização. Os ex-moradores entrevistados optaram por aceitar a proposta indenizatória sem questionar reajuste, os mesmos acrescentam que não se sentiram insatisfeito com a quantia recebida, ressaltando que a questão não é o valor da indenização em moeda brasileira, mas os desgastes físicos e psicológicos que foram submetidos com o processo de saída forçada do território.

No relato dos entrevistados fica evidente o sentido de permanecer, o saudosismo do lugar, um deles relata:

Lá pra mim foi o melhor lugar que eu já morei ô. Não existe um lugar tão bom como aquele no Estado do Pará todinho (risos). Eu sinto saudade dos amigos, do rio, da fartura, dos peixes de tudo (Entrevistado, José Felix, 2020).

Com a narrativa dos sujeitos, sobressai-se a compreensão de que há coisas que o dinheiro não pode comprar, como as relações sociais que foram estabelecidas ao longo dos anos naquele lugar. Como explicitado na fala do entrevistado:

Na terra que eu tinha lá eu conseguir terra para quase todos os filhos, eu conseguir 5 lotes em cima só desse lote lá. Por esse lado ai foi muito bom, só o que eu achei mais ruim foi porque eu sair de lá eu nunca me dei em canto nenhum, eu não gosto daqui, eu fui pra altamira eu não conseguir também, vim pra cá comprei isso daqui, eu nunca acostumei aqui, e não vou acostumar porque eu não gosto daqui. Se fosse pra mim voltar pra lá, se eles me dessem vamos supor, um alqueiro de terra lá, eu voltava pra lá. Eu ainda voltava pra lá sabia? Porque eu gosto de lá, eu fui lá uma vez só, eu não fui nem onde nós morava, porque eu não quis ir lá lembrar. Aqui não tem comunidade, tem uma igreja católica aí, mas não é organizada não, aqui é tudo muito desorganizado. (Entrevistado, José Felix, 2020).

Desse modo, aquele lugar que existia antes na comunidade Deus é Amor era fruto de um processo continuado de distintas territorialidades, um processo de construção de um lugar que é a representação íntima das experiências e das necessidades atuais e futuras não só do eu, mais também dos companheiros – familiares, amigos e compadres. Ou seja, pessoas ligadas por laços de amizade que tem aspirações sociais semelhantes e lutavam para que aquele lugar alcançasse o desenvolvimento desejado pelas pessoas que contribuíram para sua consolidação.

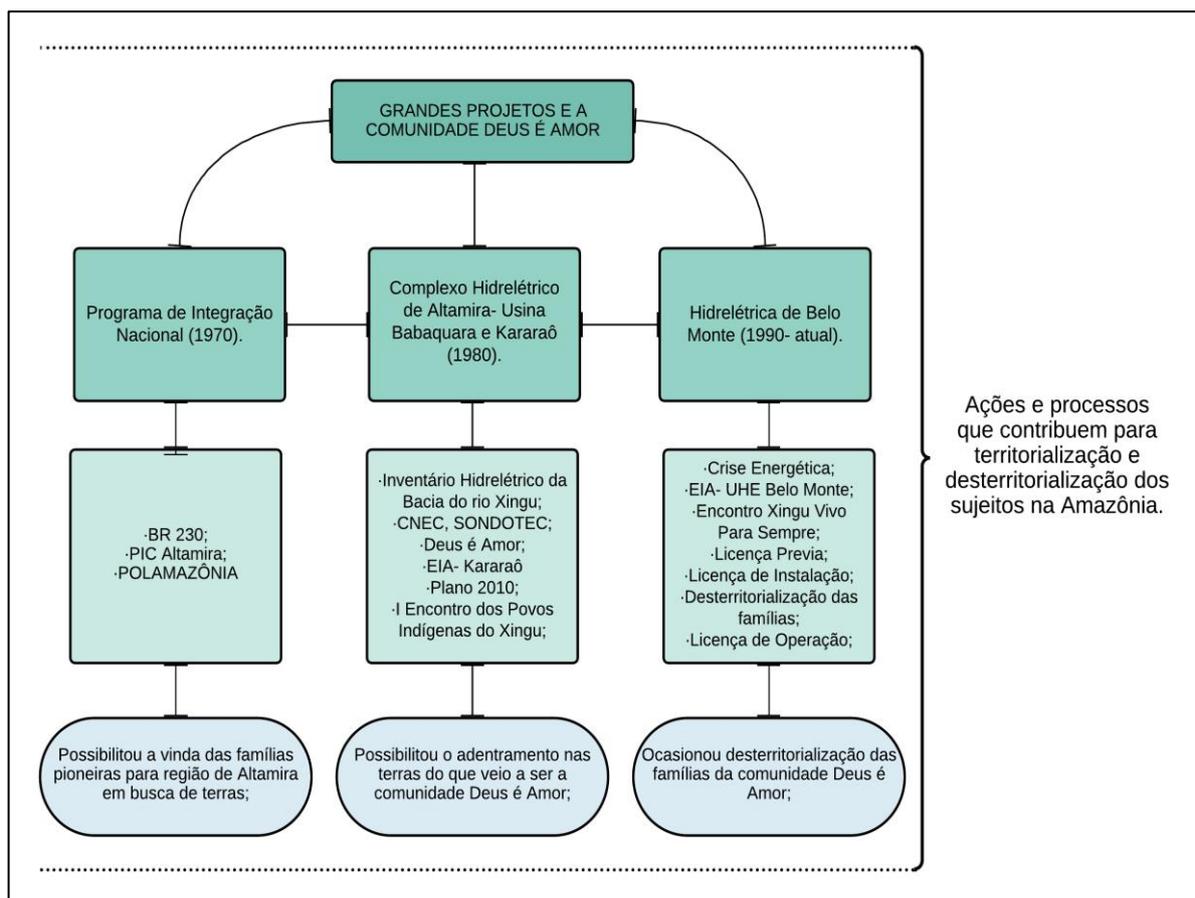
Os sujeitos se importaram uns com os outros, de tal modo que eles definiam uma estratégia para resistir ao posicionamento do empreendedor, entretanto, a força hegemônica do capital por ser mais forte, os desarticula e esfacela a lógica de organização estabelecida. Assim, há concordância com Herrera (2016), quando aponta que:

A transformação da terra feita pelo capital é sem dúvidas uma das mais perversas mazelas do capitalismo, pois no momento em que a terra deixa de ter seu valor social e passa ter valor como mercadoria, a desestruturação social é algo marcante, ocorrendo a expropriação de inúmeras famílias. (...) (HERRERA 2016, p. 142).

Partindo disso, um fator presente na transformação da Amazônia em face da expansão do capitalismo é a alteração no sistema exploratório, onde a exploração dos recursos naturais passa a se intensificar, o que acaba por contribuir para além da devastação dos recursos naturais, a desapropriação de famílias de suas terras, como é o caso das famílias da comunidade Deus é Amor.

Em síntese, três grandes projetos marcam a história da comunidade Deus é Amor, história sistematizada na figura 14 a seguir. Em destaque, deve ser frisado que os objetos não são ações por si só, mas associadas ao conjunto de fatores em diferentes escalas, passando a determinar o ritmo das ações, mobilizando fluxos, pessoas, relacionamentos e formas de usos do espaço.

**Figura 14- Síntese da relação dos grandes projetos e a comunidade Deus é Amor.**



Organizado pela autora, 2021.

Esses processos nos levam a compreender o movimento de territorialização e desterritorialização na Amazônia a partir da comunidade Deus é Amor, onde as políticas orquestradas pelo Estado ora possibilita com que famílias cheguem a Amazônia e lutem por territorialidades, hora o Estado através de novas políticas desterritorializa essas mesmas famílias.

## **CAPÍTULO IV – DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DEUS É AMOR.**

Este capítulo versa acerca dos processos de desterritorialização e reterritorialização dos sujeitos que faziam parte da comunidade Deus é Amor. Primeiramente apresenta-se uma breve abordagem a cerca destes conceitos, posteriormente faz-se análise da política de concessão de cartas de créditos que interferem nas territorialidades e nas condições socioespaciais das famílias em busca de novos espaços. Por fim, é apontado os três processos de reterritorialização percebido na pesquisa.

### **4.1 A Desterritorialização e a Reterritorialização como processos dinâmicos.**

De um modo amplo, a desterritorialização pode ser entendida como rompimento com as formas tradicionais, cujas estruturas de expressão permanecem “gastas” pelo uso incerto, ao passo que a reterritorialização possui o efeito oposto, ou seja, ela simboliza o retorno às estruturas anteriores (Bottos Junior, 2014). Ratificando que as estruturas anteriores não necessariamente significam voltar ao que era, pois o processo é dinâmico.

Neste sentido, a desterritorialização promovida por Belo Monte descrita por Herrera; Santana (2016), ao explicitar os impactos gerados às famílias ribeirinhas, repete-se na comunidade Deus é Amor. As contradições, as múltiplas territorialidades dos sujeitos que lutaram pela não inserção do evento no território e pela garantia de direitos mínimos respeitados no decorrer do processo de incorporação desse evento no território.

Esse processo de desterritorialização e, por conseguinte reterritorialização (Haesbaert, 2019) trouxe consigo uma série de conflitos aos sujeitos, desde aspectos materiais e imateriais, pois trata de uma remoção forçada. Nesse sentido, há concordância com Herrera; Santana (2016, p. 5) ao afirmar que a desterritorialização causa aos sujeitos “ruptura de suas referências na relação com a natureza e nas próprias interações sociais entre os sujeitos”.

Sobre a desterritorialização são importantes às colocações apresentas por Haesbaert (2004; 2006; 2019), pois, afere a compreensão de desterritorialização como um mito, o autor afirma que toda desterritorialização implica em uma reterritorialização, espacialmente descontínuo, sumamente complexo e frequentemente desigual (HAESBAERT, 2019).

Desterritorialização, se é possível utilizar a concepção de uma forma coerente, nunca ‘total’ ou desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo

controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido *de apropriação simbólico-cultural*” (HAESBAERT, 2004, p.312).

Já para Deleuze e Guattari (1997), citados por HAESBAERT (2019), apontam essa relação indissociável entre desterritorialização e reterritorialização, pois o movimento de desterritorialização é sempre acompanhado do movimento de reterritorialização, em razão de não ser possível ocorrer uma desterritorialização total de indivíduos ou grupos sociais. Só seria possível se o processo fosse tratado como uma situação estanque, neste caso apenas uma parte do movimento seria analisada, não todo o fenômeno, que, na verdade, todo fenômeno se desenvolve continuamente.

Ainda segundo Haesbaert (2019), a desterritorialização pode ser analisada sobre três dimensões, a saber: dimensão econômica, política e cultural, conforme destaca o autor:

Para alguns, a problemática que se coloca é a mobilidade crescente do capital e das empresas – a desterritorialização seria um fenômeno sobretudo de natureza econômica; para outros, a grande questão é a crescente permeabilidade das fronteiras nacionais –, e a desterritorialização seria assim um processo primordialmente de natureza política; enfim, para os mais “culturalistas”, a desterritorialização estaria ligada, acima de tudo, à disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre um determinado território e uma identidade cultural que lhe seria correspondente (HAESBAERT, 2019, p. 172).

Partindo das afirmações do autor, entende-se que a desterritorialização apresenta diversos sentidos a depender dos agentes territoriais e da forma como estes se apropriam de determinado território. Contudo, apesar das múltiplas dimensões da desterritorialização em alguns casos podem ocorrer as três dimensões concomitantemente.

Desterritorialização, antes de significar desmaterialização, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Corroborando com a análise de Haesbaert (2006) tem-se o exposto por Medeiros (2007):

De certa forma, o processo de desterritorialização apresenta um viés econômico muito forte à medida que nega a reprodução de um determinado grupo em uma porção específica do território, fazendo com que ocorra seu deslocamento e a tentativa de re-territorialização (econômica, política, social, cultural) em outro lugar. Em ambos os processos (desterritorialização/reterritorialização), forças sociais, econômicas, políticas atuam como

elementos de manutenção, expulsão ou atração (quando no processo de reterritorialização) de grupos envolvidos (MEDEIROS, 2007, p.5).

Correlacionando as afirmações dos autores com a realidade empírica nota-se que a força econômica do empreendimento ao aportar no território nega a continuidade da reprodução dos sujeitos, gerando processos extremos de exclusão social, forçando esses sujeitos a se deslocarem ou se readaptarem. Causando o sentimento de perda, pois, o território antigo era rico em símbolos, que configurava identidade territorial.

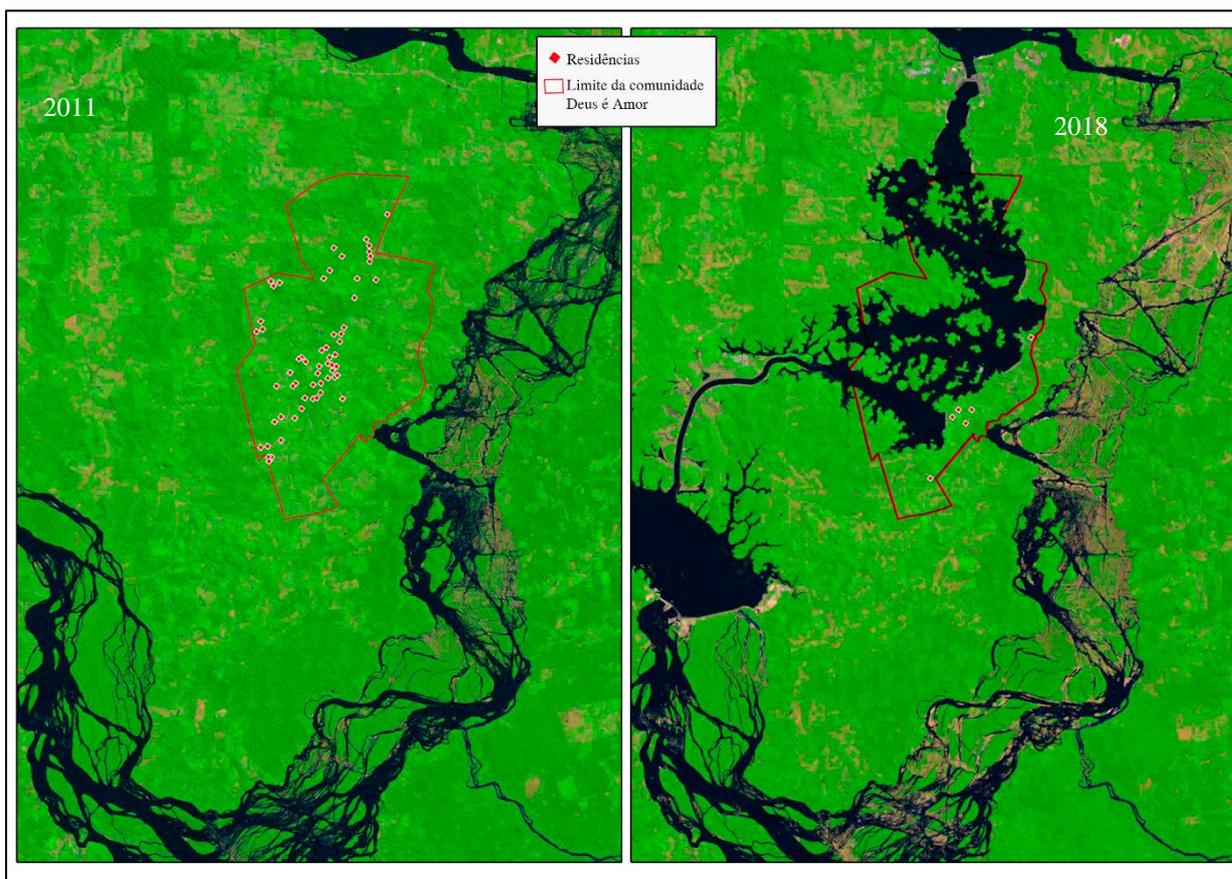
Assim, Saquet (2015) ao interpretar as colocações de Ianni (1992), aponta que o território é entendido como o enraizamento, ponto de referência e desterritorialização, como fluxo, rompimento de fronteiras, relações, deslocalização, movimento, o que reflete em uma concepção eminentemente areal do território.

Decorrente desse processo de desterritorialização Haesbaert (2019, p. 236) discorre sobre os processos de desterritorialização na mobilidade e na i-mobilidade. “Colocando em xeque a ideia preconcebida de que mobilidade é sinônimo de desterritorialização, da mesma forma que estabilidade ou pouca mobilidade significaria obrigatoriamente, territorialização”. Haesbaert (2019) acrescenta que assim como a territorialidade pode ser construída no movimento, a desterritorialização pode ocorrer através da “imobilização”.

A desterritorialização pode ocorrer pela deterioração socioespacial, seja pela mobilidade de um indivíduo ou grupo social ou mesmo pela imobilidade, quando se operacionaliza modificações materiais ou imateriais da relação sociedade-espço (SILVA; MOREIRA; HERRERA, 2014). Assim, desterritorialização transpassa a mobilidade física.

No caso específico deste trabalho, entende-se que a mobilidade não foi um processo de “escolha”, mais sim um processo acarretado pela política do Estado brasileiro ao implementar a UHE Belo Monte, causando a mobilização de diversos sujeitos do território, para a concretude de tal política – a construção da hidrelétrica. Bem como, compreende-se que a desterritorialização não se vincula somente ao movimento, mas também a inércia junto a deterioração socioespacial e simbólica do território (desterritorialização na i-mobilidade) que ocorreu com a modificação do que era aquela porção do espaço. Essa deterioração pode ser percebida na figura abaixo.

**Figura 15 Dimensão espacial da comunidade Deus é Amor antes e após Belo Monte.**



Fonte: Landsat 5 e 8 (usgs explorer), organização: Thiago Santos; David Alves, 2021.

Tanto a desterritorialização na imobilidade quanto na mobilidade ocasiona modificações nas dinâmicas socioespaciais dos sujeitos, e como a desterritorialização acontece com ou sem mobilidade, as constantes reterritorializações também, a medida que ocorre a modificação das características materiais e imateriais do território, os processos, sucessivamente, acontecem (SILVA; MOREIRA; HERRERA, 2014).

Nesse sentido, a concordância com Cornélio; Neves; Amaral, (2019) ao afirmarem que o processo de construção de empreendimentos hidrelétricos ocasiona o processo de desterritorialização forçada e reterritorialização injusta, tendo em vista todas as relações sociais, econômicas e afetivas que são desconstruídas para a efetivação desses empreendimentos no território.

Dessa forma, o processo de desterritorialização, mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, significa discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização, nos quais estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando mais complexa nossa multiterritorialidade

(HAESBAERT, 2004). Acrescenta-se que a atuação do capital na Amazônia contribui para os processos de desterritorialização que se vivencia nesta região, a exemplo, tem-se a construção da UHE Belo Monte, assim, não tem como desassociar a alteração do modo de vida dos atores hegemônicos em vista da ação de atores hegemônicos.

#### **4.2. Territorialidades das famílias, na perspectiva da sobrevivência e a ineficiência das políticas de concessão de carta creditam adotadas.**

Como mencionado no capítulo três deste trabalho, os ex-moradores da comunidade Deus é Amor, obtiveram como medidas de compensação pela desapropriação de suas terras indenização em dinheiro e a realocação assistida via carta de créditos, sendo que as cartas de créditos foram concebidas para aquelas famílias que tinham algum vínculo de trabalho e moradia em um determinado lote, mas que não era o proprietário da terra. Para a aquisição de imóveis via essa política de carta de crédito a empresa construtora de Belo Monte adotou critérios específicos.

De acordo com o Relatório da Missão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) em relação à população atingida pela implementação da UHE Belo Monte, os critérios determinados para adquirir imóveis via carta de crédito e os incentivos a esses beneficiários seria:

Preferencialmente, área igual ou maior ao módulo fiscal rural da região (75 hectares), não havendo limite superior, caso haja disponibilidade técnica e econômica de imóveis na região que ultrapasse este quantitativo. A possibilidade de a Área de Reserva Legal (ARL) ser implantada na mesma bacia hidrográfica é objeto de análise, conforme prevê o Código Florestal e, ainda, em condomínio quando se tratar de mais de um lote na mesma propriedade (em bloco). No caso de aquisição de imóvel com valor inferior ao estabelecido na Carta de Crédito, a diferença desta será utilizada para investimentos no imóvel, destinados à adequação da infraestrutura e da moradia e à aquisição de equipamentos e insumos para a produção, entre outros investimentos necessários. Aos beneficiários é fornecido o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATES) para produção agropecuária e extrativista por um período de três anos, podendo ser prolongado por mais dois anos, contados a partir da mudança da família para a nova propriedade, desde que a propriedade escolhida esteja em um raio de até 200 km da propriedade de origem. Adicionalmente, é ofertado ao beneficiário um pacote de incentivos para optar por essa modalidade de Realocação Assistida, compreendendo material necessário para a construção de casa com 63,00 m<sup>2</sup> (caso o imóvel seja desprovido de uma casa) e de cerca de arame liso com quatro fios para cercamento perimetral do novo imóvel; apoio à produção para a primeira safra agrícola; execução pela Norte Energia, quando necessário, de serviços necessários ao parcelamento do imóvel; e abertura, a todos os novos imóveis parcelados, de acesso que permita o trânsito e o deslocamento de veículos dos usuários durante todo o ano (CNDH, 2015, p. 132 e 137).

O Público alvo para recebimento da carta de crédito era proprietário/posseiro de um único imóvel rural, abaixo de 4 módulos fiscais, morador e dependente economicamente da área, sem interesse pelo reassentamento rural oferecido pelo empreendedor (PLANO BÁSICO AMBIENTAL, 2011).

Os optantes pela relocação assistida selecionariam o seu imóvel, sendo vistoriado e analisado as características físicas e a legalidade da documentação, que em caso de conformidade aprova à compra. Após a aprovação e liberação inicial do recurso a Norte Energia, realiza a mudança do beneficiário para a área adquirida.

Ainda conforme descrito no relatório consolidado plano de atendimento a população atingida, capítulo 2 do PBA, para os imóveis adquiridos por Carta de Crédito, a transferência de titularidade aos beneficiários ocorrerá de forma direta - do vendedor para o comprador (beneficiário), cuja operação será de inteira responsabilidade da Norte Energia, interveniente no processo.

Na busca de garantir novas territorialidades e como estratégia de sobrevivência as famílias estudadas, beneficiadas com as cartas de créditos adotaram estratégias diferentes para conseguirem ter acesso à terra, assim como aponta Oliveira (2005, p.74) “O território e a territorialidade proporcionam a formulação de estratégias de controle/poder de um grupo social sobre um determinado espaço através do fortalecimento de forças econômicas, políticas e culturais”.

Sendo assim, com informações obtidas através da pesquisa de campo, foi constatado que das 30 cartas de créditos concedidas aos moradores da comunidade, apenas um (01)<sup>5</sup> beneficiário conseguiu comprar terra com o valor exclusivo da carta, dois (02) beneficiários realizaram a compra de terras consociada e os demais favorecidos enquadram-se nos outros dois destinos apresentados no quadro 2, a seguir, o que representa apenas 7% do total de beneficiários. Os outros 93% tiveram que adotar estratégias diferentes. Os destinos das cartas de créditos distribuídas na comunidade Deus é Amor estão representados no quadro a seguir:

**Quadro 2- Destinação das cartas de créditos na comunidade Deus é Amor.**

---

**Destino das cartas de crédito (CC)**

---

---

<sup>5</sup> As informações colhidas em campo apontam que pouco tempo após a compra da terra o beneficiário vendou e posteriormente no ano de 2015 foi assassinado em contexto de conflito no campo no município de Anapu-Pa.

Compra de terra exclusivamente com o valor da carta de crédito.	Compra de terra consociada com outro beneficiário.
Compra de terra com complementação do valor pelo beneficiário.	Pseudo compra de terra.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2020/2021.

A Pseudo compra de terras foi uma estratégia adotada pelos sujeitos por não ter conseguido adquirir terra nas especificidades exigidas pelo empreendedor, e nem terem recursos financeiros para complementarem o valor da carta crédito. Nessa estratégia, os sujeitos adquiriam uma propriedade que obedecesse aos critérios da Norte Energia, era feito a vistoria da área e quando enquadrada dentro dos critérios a terra era transferida para o nome do beneficiário, seguindo todos os tramites legais, junto a isto, sem o conhecimento da empresa, eram feitos contratos reconhecidos em cartório devolvendo a terra ao antigo proprietário, tão logo quando o dinheiro entrava na conta do antigo proprietário era devolvido para o então beneficiário da carta de credito com o desconto de uma porcentagem que girava em torno de 20 mil reais.

Entende-se que os sujeitos que adotaram essa estratégia, como um mecanismo de territorialidade na perspectiva da sobrevivência, uma vez que, os critérios adotados pela empresa para a aquisição dessas áreas não condizem com a realidade da região, que tem seu histórico marcado por irregularidades fundiárias, onde em geral, as terras que são regularizadas e produtivas, têm um custo muito superior ao valor disponibilizado pelas cartas de créditos.

Ressalta-se ainda, que com a construção da UHE Belo Monte, ocorre amplo processo de especulação fundiária na região, o que dificultou ainda mais a aquisição de terras. “Desse modo, a territorialidade é também uma estratégia que estabelece diferentes níveis de acesso a pessoas, recursos e poder e, assim, pode ser colocada dentro do contexto das motivações humanas (SOARES JR.; SANTOS, 2018, p. 12).”

Ainda na busca por garantir novas territorialidades as famílias passam a se deslocar para áreas de instabilidades fundiárias, pois essas áreas podem garantir o acesso a terra por um menor custo financeiro. Conforme exposto no mapa (figura 16), a maior parte das famílias localizadas se deslocou para o município de Anapu, que conforme apontado por Amorim; Herrera; Neves (2020) tem seu histórico marcado por intensos conflitos por terra que impulsionaram relações extremamente violentas dentro desse território prevalecendo uma gestão territorial baseada na ilegalidade, gerando processos de intimidações e embate aos menos favorecidos.

Ocupando a segunda posição no índice de migração tem-se o município de Senador José Porfírio, especificamente para uma frente de ocupação nova denominada “Novo Transunião”, que começou a ser ocupada por famílias de camponeses em meados de 2007 e que antes disso era área de concentração fundiária inutilizada na mão de grandes proprietários de terras da região, essas áreas por serem ocupações novas ainda não são tituladas e em geral, são vendidas a preço abaixo do mercado de terra da região, facilitando desta forma a aquisição pelos recém desterritorializados por Belo Monte na comunidade Deus é Amor.

Assim, há concordância com Saquet (2015) ao afirmar que:

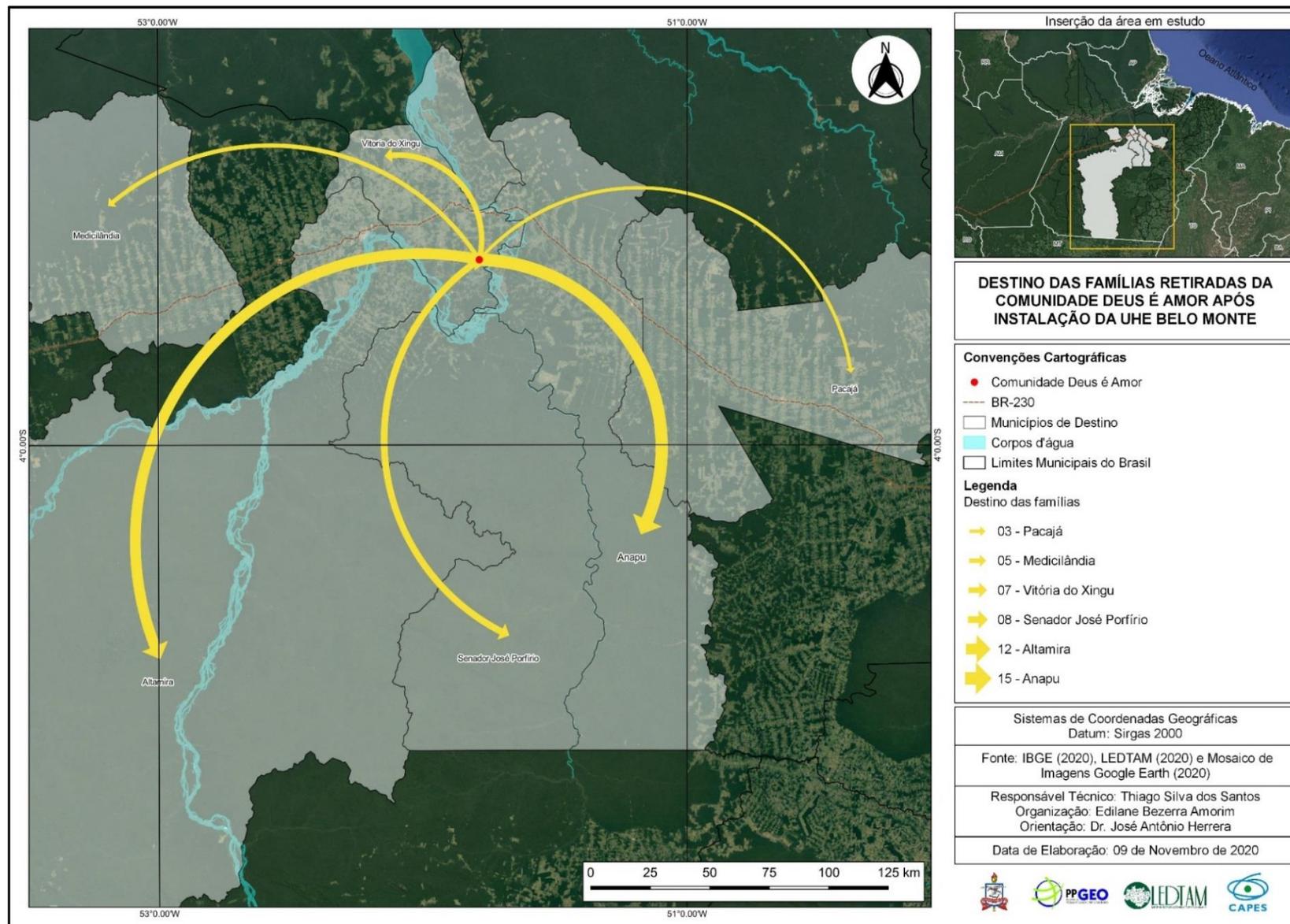
A territorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais. Dessa forma, a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, os processos econômicos centrados em seus agentes sociais (...) (SAQUET, 2015 p. 164).

O que impulsionou as famílias se deslocarem para os territórios que ocupam hoje, foram os processos sociais e econômicos, traduzindo o que se vive cotidianamente, nas relações com o trabalho, e com a terra onde os sujeitos amazônidas para conseguirem acesso à terra e estabelecer mecanismo de dominação e sobrevivência são condicionados pelo meio em que se encontram inseridos.

Compreende-se, que o empreendedor ao estabelecer os critérios para a compra de terras provenientes das cartas de créditos não levou em consideração as peculiaridades próprias da região em que aporta o empreendimento, inviabilizando os processos desejados pelas famílias e com isso submetendo as mesmas em situação de constrangimentos e dificuldades na busca de novas territorialidades.

Na prática, a política de carta de crédito mostrou ser uma forma de transferência da responsabilidade do empreendedor de localizar áreas para realocar os atingidos e a insuficiência do valor autorizado, somado a exigência de regularidade dominial para a utilização da Carta de Crédito, mais à velocidade que a empresa impôs às negociações, transferem ao atingido o ônus de um problema fundiário que é notório na região, a gerar uma situação limítrofe de desespero e de grande sofrimento (CNDH, 2015).

**Figura 16- Mapa de destino das famílias da comunidade Deus é Amor após a UHE Belo Monte.**



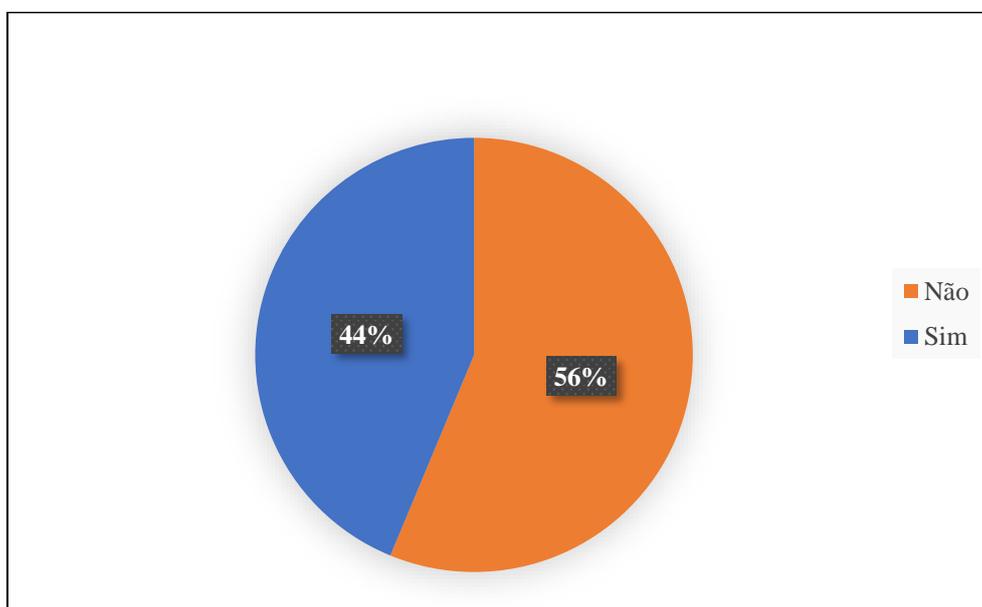
## 4.2 Condições socioespaciais das famílias em suas novas ocupações.

A partir das entrevistas e observações de campo foi possível verificar as transformações ocorridas no modo de vida, nas condições econômicas e nas identidades territoriais estabelecidas pelos sujeitos no processo de desterritorialização sofrido a partir da instalação da UHE Belo Monte.

Uma característica marcante percebida na nova organização das famílias é que houve um aumento no número de famílias que adquiriram propriedades, enquanto no antigo território, apenas 44 % eram proprietários das terras em que moravam. No cenário atual 89% das famílias entrevistadas se consideram proprietários das terras ou casas em que moram e, apenas 11% se enquadram enquanto agregados ou familiar.

Porém, as terras adquiridas são em maioria sem titulações, o gráfico 04 evidencia essa realidade. Uma das obrigações da Norte Energia com os beneficiários de cartas de crédito era a entrega do título definitivo da propriedade em nome do favorecido no prazo máximo de cinco anos, porém, até o momento da realização das entrevistas nenhum dos entrevistados beneficiados por essa política de carta de crédito haviam recebido o título definitivo da terra, mesmo já passados mais de oito anos do processo inicial de aquisição das propriedades.

**Gráfico 4: Titulação da propriedade atual.**

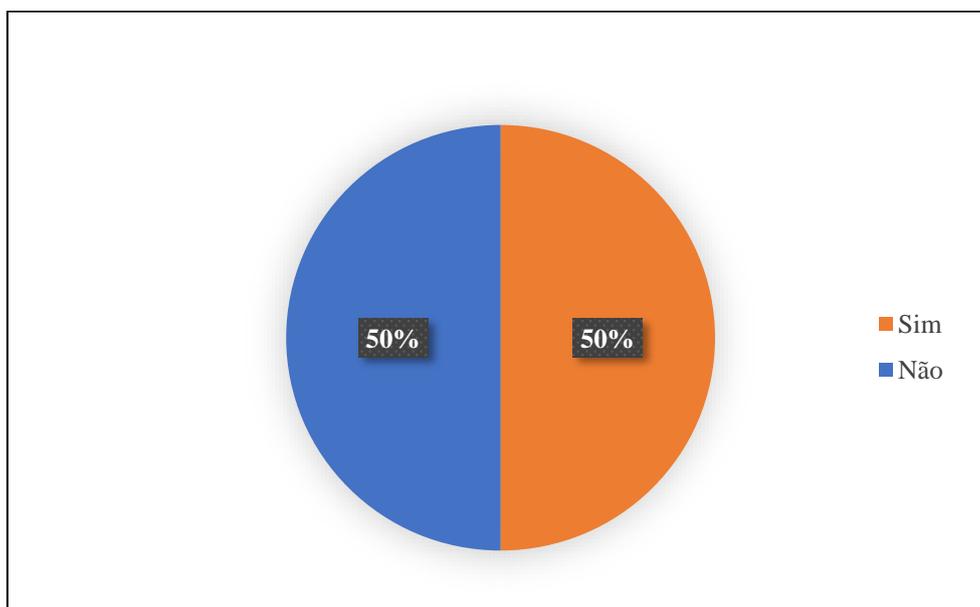


**Fonte:** Pesquisa de campo, 2020/2021.

Com relação à obtenção de financiamento nas terras, nenhum dos entrevistados havia auferido qualquer tipo de renda em suas propriedades proveniente de financiamentos. Uma possível motivação para não aquisição de financiamentos estar relacionado a organização

social, pois conforme pode ser observado no gráfico mais adiante, apenas 50% dos entrevistados, atualmente, participam de alguma organização social e, destes, muitos relatam que ainda é organizações que foram construídas a pouco tempo e que ainda não estão consolidadas.

**Gráfico 5: Participação em organização social.**



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2020/2021.

Em relação ao processo produtivo das terras, 19% dos entrevistados relataram que o processo produtivo da terra está excelente, 62% avaliam bom, 13% disse que está regular e apenas 6% consideram que o processo produtivo de suas terras está ruim.

A dinâmica produtiva das famílias continua baseada na agricultura familiar, com algumas alterações, pois houve o desaparecimento de alguns produtos cultivados, tais como macaxeira, cupu e café. Houve mudanças em relação a quantidade da produção com a diminuição no volume de lavouras branca e o crescimento na produção de cacau e gado.

As produções atuais têm no cacau o seu carro forte, mas, outras atividades também predominam, como milho, feijão, mandioca, arroz e pimenta. Há um processo inicial de criação de gado, ligado à pecuária. No entanto, a criação de gado ainda se resume ao gado leiteiro, especificamente para consumo próprio. Essas informações são evidenciadas na tabela a seguir que apresenta uma média da produção anual de culturas atualmente.

**Tabela 2: Média da produção anual atual.**

Produto	Consumo kg	Venda kg	Quant. Total kg
---------	------------	----------	-----------------

Feijão	300	0	<b>300</b>
Arroz	3.600	0	<b>3.600</b>
Milho	6.600	0	<b>6.600</b>
Cacau	0	56.600	<b>47.600</b>
Pimenta	30	1.050	<b>1.080</b>
Macaxeira	150	0	<b>150</b>
<b>Produto</b>	<b>Consumo un.</b>	<b>Venda un.</b>	<b>Quant. Total cabeça</b>
Gado	-	-	<b>890</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2020/2021

A comercialização do cacau que é atualmente uma das principais fontes de renda das famílias acontece na própria propriedade, sendo vendido aos atravessadores que compram dos agricultores e revendem aos cerealistas da região. Há a hipótese de que os agricultores são explorados nesse processo, tendo em vista que vendem o cacau por um preço abaixo do mercado.

#### **4.3 Processos de des-reterritorialização das famílias da comunidade Deus é Amor.**

Pela ótica de (Haesbaert, 2019) a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território (neste caso abandono forçado) e a reterritorialização é o movimento de construção do território, segundo o autor, sempre que existir um processo de desterritorialização concomitantemente haverá o processo de reterritorialização. Porém, ressalta-se que esse processo não acontece da mesma forma pelos diferentes sujeitos, estes têm trajetórias diferentes, logo a lógica não será a mesma, somando a isto, tem-se o agravante de algumas famílias terem sido desterritorializadas na imobilidade, pois, entende-se que tanto as pessoas que deixaram suas terras, quanto as que ficaram nas áreas remanescentes, passam por diferentes processos de desterritorialização, seguidos de sucessivos processos de reterritorialização efetivamente múltiplos.

No caso da comunidade Deus é Amor, é possível correlacionar a empiria com a teoria, chegando à conclusão de que na comunidade ocorreram três processos de des-reterritorialização, provocados pela ação de um único agente - a hidrelétrica de Belo Monte, explicitada aqui, enquanto “Processo 01”; “Processo 02” e “Processo 03”.

O que classificamos enquanto processo 01, é o vivenciado principalmente pelas famílias pioneiras, onde se constatou através da empiria, que com a instalação da UHE Belo Monte,

essas tiveram intensas dificuldades no rompimento com o lugar, ocasionando maior resistência a aceitação do empreendimento, tem uma avaliação mais negativa de todo o processo ao qual foram submetidas. Devido essas famílias terem construído aquele lugar de forma muito participativa e afetiva, passam a sofrer com as incertezas que se formam a partir do momento em que são obrigados de forma abrupta a deixar suas terras.

Percebeu-se o sentimento de incerteza vivenciado por estes, são muito comuns nas falas dos sujeitos pioneiros às colocações dos questionamentos que estes se fizeram como: Por que eu tenho que sair do meu lugar que já estou estabelecido? E agora para onde ir? Do que vou viver, se só sei plantar? Como recomeçar tudo de novo?

Em meio a tantas incertezas acarretadas pelo deslocamento forçado a que estas famílias foram submetidas, muitas optaram por migrar para as cidades, um processo novo que causou estranheza, e que até hoje tentam se adaptar. Para alguns, essa dinâmica nova encadeou o surgimento de depressão, os pioneiros que migram para cidade têm muitas dificuldades em estabelecer novos laços, alegando que sente falta de plantar, de produzir para subsistência, cuidar da terra para esses sujeitos era forma de existir. Tendo forte desejo em retornar para o antigo lugar, mesmo sabendo que já não é mais possível.

São esses elementos apresentados, que dificultam o processo de reterritorialização nos novos espaços, pois, são condições que não se reproduzem apenas pela vontade de territorialização do indivíduo exigindo condições mais profundas, por vezes imateriais. Os novos espaços são diferentes do anterior, sugerindo pensar que possivelmente só o tempo poderá oferecer condições de uma relação imaterial com os novos territórios de destino.

A reterritorialização nos novos espaços acontece marcada por transtornos de toda natureza, os sujeitos desse processo, em geral, ainda não conseguem se adaptar as diferentes formas de uso dos espaços materiais e imateriais para onde se deslocaram, não conseguem perceber o sentido de comunidade que existia anteriormente nos seus cotidianos, a dificuldade se amplia pela falta do rio, pois anteriormente a ligação com o rio e com a pesca para subsistência era muito forte, os sujeitos por vezes, não se sentem pertencentes aqueles espaços, agora não mais desempenham papel de destaque na consolidação e construção de elementos simbólicos que são importantes para territorialização, tendo em vista que ao chegar já estavam estabelecidos as relações, dispare das construídas no antigo território. Como retrato dessas dificuldades, apresenta-se o quadro abaixo, contendo narrativas de alguns sujeitos pioneiros.

### **Quadro 3- Dificuldade encontradas pelos pioneiros no processo de reterritorialização.**

---

Já estamos 6 anos que moramos aqui, eu não conheço quase ninguém. E assim ô, lá nos era todo mundo perto, a gente saía mais, porque todo mundo se conhecia, e aqui eu não conheço ninguém, eu não vou na casa de ninguém que eu não conheço. É ruim demais! (Entrevistado, José Felix, 2020).

---

Aqui não tem comunidade, tem uma igreja católica aí, mais não é organizada não, aqui é tudo muito desorganizado. Não existe uma organização pra lutar pelas coisas, as estradas aí pra dentro do travessão são péssimas (...) lá a gente tocava o terror dentro da prefeitura e só saía se a máquina fosse na frente, aqui o povo é desorganizado. (Entrevistado, Antônio Amorim, 2020).

---

Aqui não tem onde pescar, até as piabinhas que tem aqui é só verme. Eu ouvir dizer que na represa que eu tinha lá perto de casa juntou urubu de peixe morrendo. Lá tinha fartura, tudo que plantava a gente colhia (Entrevistado, José Felix, 2020).

---

Eu acho que nunca mais a gente vai ter uma comunidade como aquela, o bairro é uma comunidade, mais totalmente diferente daquela da zona rural, da nossa na verdade (Entrevistada, Ana Silva, 2020).

---

No Cnec nós tentava ajudar uns ao outros, e não acabar com a vida do outro, tinha uma união. Lá onde eu comprei terra o que eles puderem fazer pra acaba com o que tu tem eles vão fazer (...) fui assaltado dentro do meu lote, na minha casa, e agora tenho que fica na cidade porque nem coragem de voltar pra lá nós temos. Lá no Cnec tu podia era sair e deixar tudo aberto, que quando tu voltasse tuas coisinhas iam tá lá do mesmo jeitinho (Entrevistado, Antônio Dórico, 2020).

---

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

As diferentes naturezas do apego e da relação construída ao longo de décadas na comunidade não é apagada e jamais poderá ser esquecida mesmo com o passar dos anos, porém os sujeitos seguem tentando formar outras redes territoriais, pois como já mencionado por Haesbaert (2019) os fenômenos territoriais não podem ser tratados como uma situação estanque. Os sujeitos sentem-se desterritorializados culturalmente, mas estão em uma contínua busca de reterritorialização sobretudo na dimensão econômica.

O processo 02 é identificado a partir dos familiares e agregado desterritorializados. Neste caso, o percebido é que tais sujeitos tiveram menor resistência em deixar a comunidade, porém, não estamos afirmando de maneira alguma que estes sujeitos não sofreram e tiveram rompimento doloroso com o lugar, mas devido não terem construído de forma direta aquele lugar, o rompimento com o mesmo aparenta menos doloroso.

As famílias classificadas dentro do processo 02, já estavam em maioria, tentando buscar novos locais de morada, pois os lotes em que viviam já não comportavam a dinâmica das várias famílias, e assim como fizeram seus pais e familiares nas décadas de 70 e 80 ao virem para microrregião de Altamira, estes estavam à procura de novas frentes de aberturas para migrarem.

O aporte de Belo Monte apenas acelerou este processo. Com isso os sujeitos têm uma avaliação mais positiva ao empreendimento, pois este possibilitou com que eles alcançassem novos espaços para sua reprodução.

Os sujeitos do Processo 02 se enquadram em uma faixa etária mais jovem que os do processo 01, isso implicou na facilidade de migração para o espaço rural. Estas famílias não demonstraram interesse em retornar para morar no antigo lugar, pois agora tem a posse da terra, por mais que para isso tenham sido submetidos a situações adversas, como os mencionados anteriormente no tópico 4.2. Aqui cabe o destaque sobre o valor simbólico que a posse da terra representa para os sujeitos, que na perspectiva dos sujeitos do campo é envolto a um significado, corroborando para identidade territorial, um espaço de identificação e ou pertencimento, assim, território não é só abrigo ou recurso, tão pouco prisão (RAFFESTIN, 1993), território está ligado à sobrevivência, estratégia, reprodução, uso e vivência (SANTOS; SILVEIRA 2001). Nesse sentido, ressaltamos a importância da conquista da terra e a necessidade das estruturas para melhor reprodução, pois para estes sujeitos a terra também é vista como símbolo material e uma conquista social.

Nesse sentido, a reterritorialização para os sujeitos desse grupo acontece de forma mais contundente, menos em meios aos percalços, estes estão conseguindo construir laços em seus referidos territórios, por vezes, se espelham na forma organizacional que era desempenhada pelo coletivo da comunidade Deus é Amor e recriam e constroem histórias novas.

A seguir na figura 17 é apresentado um elemento importante dentro desse processo, diz respeito a um campo de futebol construído por e no lote de um dos entrevistados. O entrevistado relata que a construção do campo se deu para que pudessem ter momentos de lazer com os familiares e com a própria vizinhança, fazendo um resgate de um costume desempenhado na comunidade Deus é Amor, onde ele, os irmãos e amigos se reuniam aos fins de semana para usufruir daquele espaço como um momento de interação e lazer.

**Figura 17- Campo de futebol.**



Fonte: trabalho de campo, 2020.

Outro elemento que cabe destaque em relação ao processo de reterritorialização dos sujeitos apresenta-se na figura 18, onde é possível observar uma tentativa de reprodução de elementos semelhantes a realidade anterior, tendo em vista que na comunidade Deus é Amor os próprios sujeitos ajudavam a construir as estruturas que garantiam o acesso a direitos básicos como saúde, educação e vias de acesso. A figura mostrar os sujeitos construindo uma ponte para facilitar a circulação e o escoamento de suas produções. Representando a tentativa de reproduzir o nível de organização e comprometimento comunitário anterior.

**Figura 18- Construção de ponte pelos moradores no travessão Novo Transunião.**



Fonte: Acervo pessoal do entrevistado 5.

Para além do exposto, nas visitas de campo no município de Senador José Porfírio, onde os entrevistados são majoritariamente enquadrados dentro do Processo 02, foi constatado que os sujeitos estão a frente da criação de uma cooperativa de produtores de cacau (Cooperativa Novo Transunião Cacaueira), que no momento da pesquisa de campo encontrava-se em fase de finalização dos tramites legais. Os entrevistados relatam a importância da organização coletiva para fortalecimento dos indivíduos em suas terras, fazendo referência a organização que existia na comunidade Deus é Amor.

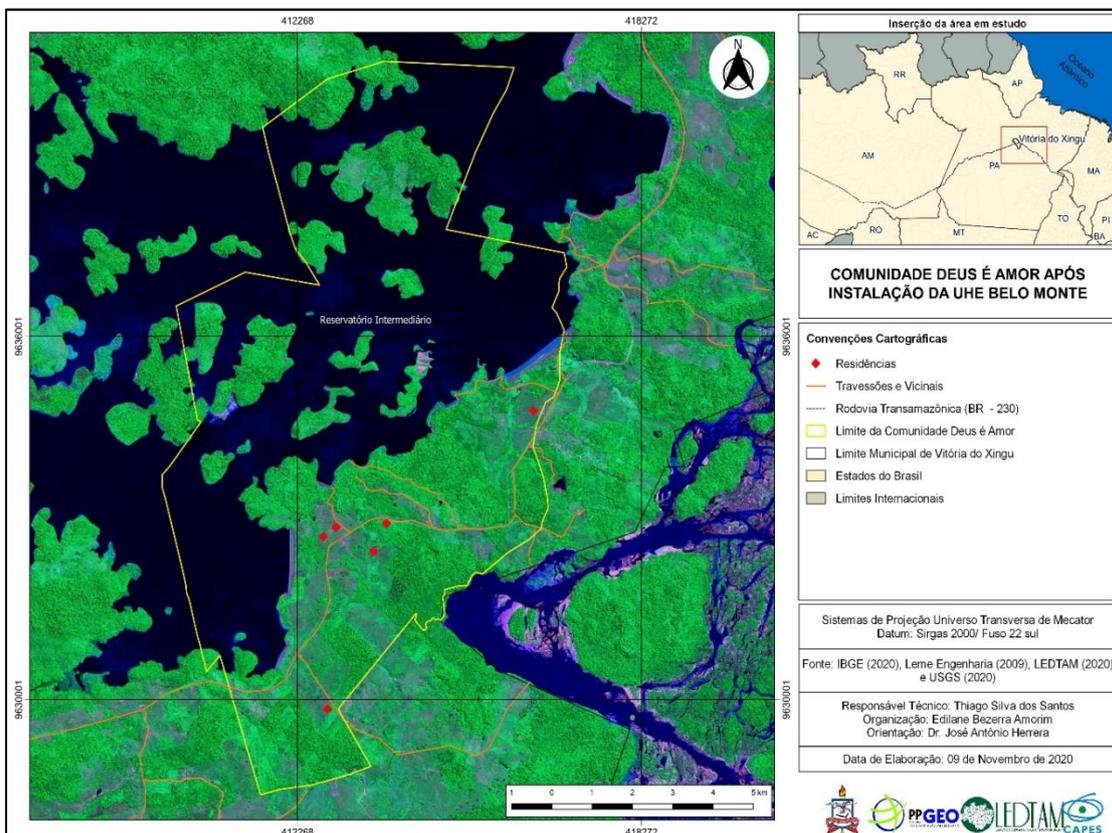
O Processo 03 é compreendido a partir da desterritorialização na imobilidade, nesse caso, a desterritorialização aconteceu em função das transformações no espaço de vida, com a degradação socioespacial. Os sujeitos deste processo apresentaram inicialmente dificuldades de adaptação devido às mudanças representadas tanto pela mobilidade social, quanto territorial a qual a comunidade foi inserida. Estes sujeitos relatam a saudades da convivência com a comunidade, dos espaços coletivos que foram esfacelados, como o futebol com os amigos aos fins de semana, as festas comunitárias e os espaços religiosos.

O diferencial nesse processo foram as condições de realização da desterritorialização, pois esses não se deslocaram efetivamente da comunidade, apenas houve uma mobilidade interna, preservando assim, algumas relações de vizinhança e parentesco e o contato com o rio. Estes sujeitos ainda tem por memória uma comunidade que não se esfacelou totalmente, a saudade que sentem é mais das relações perdidas que do próprio espaço. O mapa apresentado na figura 19 apresenta a localização atual das famílias que passaram pelo de des-re-territorialização na imobilidade.

A desterritorialização sofrida não aferiu mudanças no processo produtivo com a terra, as famílias remanescentes ainda tem a mesma dinâmica produtiva. Com as obras para implementação de Belo Monte houve uma melhoria nas vias de acesso, que passou a contar com asfalto, facilitando o processo de escoamento da produção familiar, além disso, agora as famílias têm acesso a ponto de internet e sinal telefônico o que é destacado pelos entrevistados como fatores positivos, que antes não existia.

O fato de os remanescentes continuarem tendo contato com o rio, com alguns vizinhos e familiares podem ter contribuído para um processo de reterritorialização mais contundente por esse grupo.

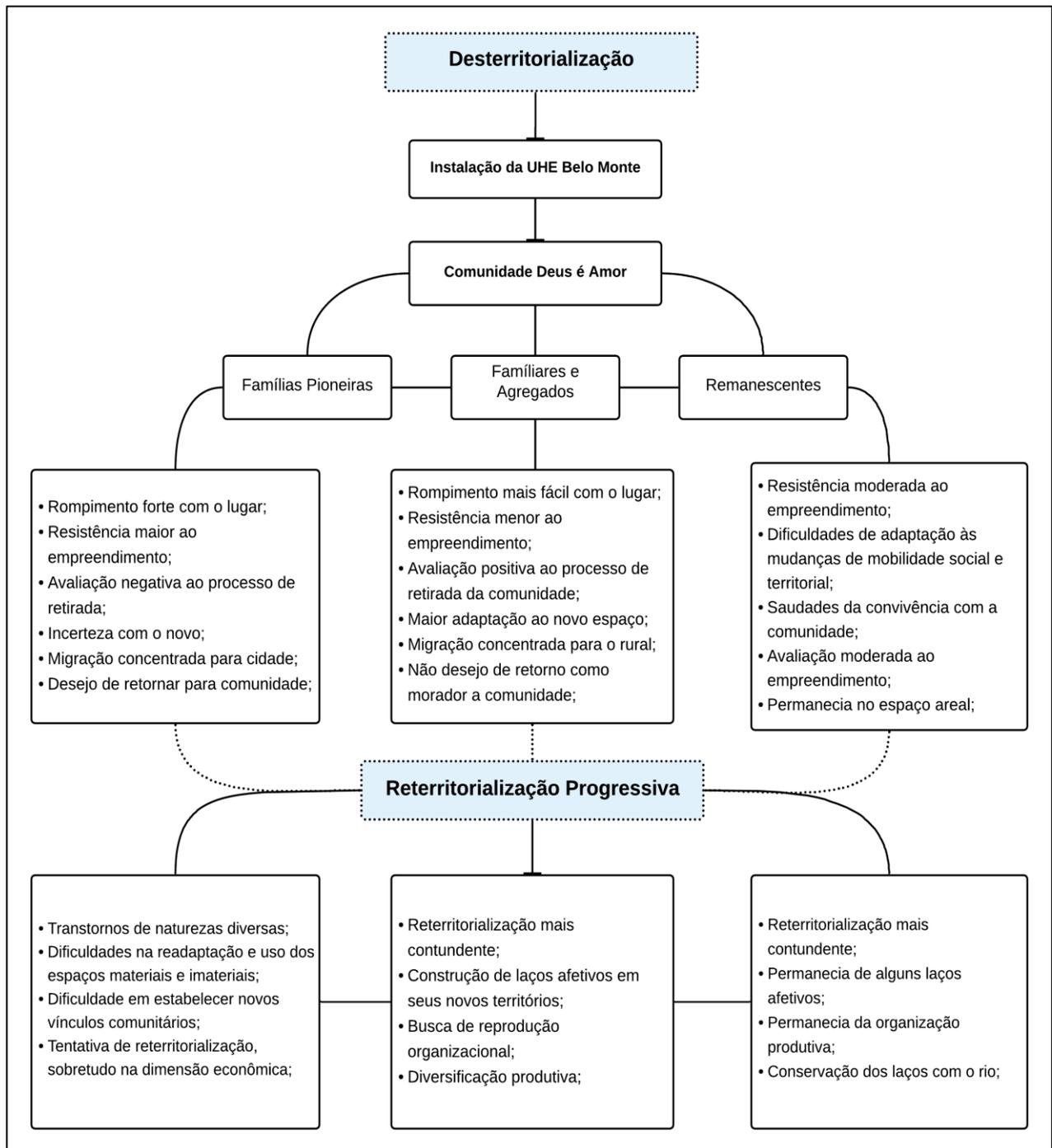
**Figura 19- Mapa com a configuração da comunidade Deus é Amor após a instalação da UHE Belo Monte.**



Através do mapa é possível notar quão desconfigurado fisicamente ficou o lugar dos sujeitos que pertenceram a comunidade Deus é Amor, nos revelando o quanto os projetos focados na dinâmica capitalista na Amazônia podem aferir mudanças na vida dos sujeitos e na paisagem ao aportar nas comunidades, como é o caso da de Deus é Amor, historicamente construída através de muita luta e resistência das famílias, mas facilmente esfacelada para atender interesse que não representam as demandas locais.

No esforço de sintetizar os diversos Processos expostos foi elaborado o esquema abaixo.

**Figura 20: Fluxograma síntese da Desterritorialização e reterritorialização na comunidade Deus é Amor.**



Organizado pela autora, 2021.

Os moradores entrevistados estão estabelecendo novos vínculos e identidades com e nos novos territórios, pois é um processo inerente, no entanto, é evidente a partir das falas o sentimento de pertencimento e de afetividade com o antigo território. Apesar das novas territorialidades estabelecidas, das novas práticas econômicas desenvolvidas, dos novos laços comunitários criados, a percepção que fica a partir das narrativas dos moradores é que existe,

por parte dos que eram proprietários das terras, o desejo de retornar ao antigo território, mesmo cientes de que não há mais essa possibilidade, e aqueles que eram familiares e agregados mesmo reconhecendo que alcançaram novas territorialidades de forma facilitada demonstram o saudosismo ao lugar e o desejo do não esfacelamento do mesmo, para que pudessem retornar e visitar aquele lugar que reflete suas trajetórias e histórias.

Evidencia-se, que o empreendedor não levou em consideração o sentimento de pertencimento com o território e as relações historicamente estabelecidas por aqueles sujeitos nos seus antigos territórios. Realizando a indenização apenas de forma econômica, não garantido possibilidade de forma igual a manutenção dos vínculos e afetos comunitários. Reforçando à assertiva de que tal projeto hidrelétrico levou os sujeitos a desterritorialização forçada e reterritorialização injusta.

É importante destacar, que apesar de referirmos o “Processo 01” a perda dos laços simbólicos com o território de forma mais abrupta, não queremos dizer que as famílias não irão ou estão se reterritorializando novamente, pois como já mencionado o processo desterritorializador dar-se indissociado da (re)criação de outros territórios.

No caso específico da área de estudo evidenciamos os processos T-D-R da seguinte maneira:

**Quadro 4- Síntese do Processo geográfico T-D-R comunidade Deus é Amor.**

<b>A) Territorialização</b>	<b>B) Desterritorialização</b>	<b>C) Reterritorialização</b>
<p>* A territorialização das famílias começa a surgir quando passam a se organizar no lugar, não só ocupando as terras, mais produzindo espaços, criando estratégias de controle/poder do grupo comunitário sobre o espaço. Tendo um processo de fortalecimento das forças econômicas, políticas e culturais.</p>	<p>* A desterritorialização inicia-se com a chegada da UHE Belo Monte com sua força hegemônica, esfacelando a lógica de organização estabelecida, provocando a desapropriação das famílias de suas terras, obrigando-as a migrarem e ocuparem outras áreas. Ou no caso das famílias remanescentes, obrigando estas a se reorganizarem em um espaço totalmente modificado e esfacelado.</p>	<p>* A reterritorialização das famílias ocorre de maneiras diferentes no tempo e no espaço. Tem-se 3 processos distintos evidenciados até o momento:            * Um vivenciado pelas famílias pioneiras – que em geral encontram maior dificuldades no estabelecimento de novas territorialidades;            * Tem-se o processo vivenciado pelos familiares e agregados- que apesar das dificuldades tendem a se reterritorializar de forma mais incisiva;            * Por fim, a reterritorialização dos desterritorializados na i-</p>

		mobilidade, que procuraram construir novas territorialidades em meio a precarização das condições anteriores e estão estabelecendo novos vínculos e relações de poder no território.
--	--	--

Organizado pela autora, 2021.

Destaca-se que os processos geográficos T-D-R não são estanques, configurando-se sempre processos dinâmicos inerentes à própria sociedade. Não apresentamos o quadro no sentido de dizer que os sujeitos tenham encerrado seus processos. A ideia é apenas trazer uma aproximação dos processos percebidos até o momento com o desenvolvimento da pesquisa empírica, não enquadrando o processo T-D-R como fórmulas matemáticas em que gera um resultado final fechado e definitivo, posto que estes envolvem tanto dimensões materiais quanto imateriais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou a análise de três pontos centrais sobre o objeto, o primeiro com o entendimento das ações que possibilitou a territorialidade dos sujeitos na Amazônia (1970-2012), o segundo com a saída dos sujeitos de seus lugares historicamente construído, a desterritorialização (2011-2016) e por fim o processo atual em que se encontram inseridos, com a experiência da reterritorialização progressiva.

Desse modo, através da discussão construída em todo o escopo da dissertação fica evidente o papel desempenhado pelo Estado, com ações que desencadeiam grandes projetos no território amazônico modificando as estruturas produtivas, as condições de vida das pessoas que são afetadas, e reorganiza o espaço, provocando rupturas e esfacelamentos da ordem existente no local. Por vezes, as ações executadas durante a materialização dos projetos de grande envergadura levam em consideração apenas a dinâmica capitalista, desconsiderando os interesses da população local.

Sendo assim, compreende-se que a Amazônia ao ser entendida como área de progresso econômico, onde são executados projetos que são desconexos da realidade local, traz para a sociedade impactos econômicos e sociais que não são passíveis de reparação. Há no estabelecimento do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte a quebra dos vínculos sociais e laços de parentesco, os sujeitos impactados dentro do processo perdem o vínculo com o rio, que é dotado de importância para o modo de vida dos moradores, servindo como forma de reprodução, produção e lazer.

Ademais, na área em estudo houve com esse empreendimento um processo de desestruturação e perdas, o qual constatou-se que os sujeitos sofreram mudanças sociais, sendo forçados a se inserirem em novos locais sem relações pré-estabelecidas. Além da perda de relações imateriais com o lugar houve intensa alteração na paisagem, nesse sentido, Queiroz (2000, p. 15), enfatiza que “o enchimento de reservatórios tem levado ao esvaziamento da vida de milhares de pessoas, a despeito das insuficientes e amiúdes equivocadas ações compensatórias a elas dirigidas pelo poder público”.

A análise da dimensão espacial do cotidiano e as práticas espaciais construídas pelos sujeitos na comunidade, quanto nos novos espaços para qual se direcionaram os atingidos, possibilitam a crítica às políticas que conduzem para a desterritorialização e reterritorialização das populações atingidas, os problemas apontados pelos entrevistados geraram possibilidades

para problematização que as condutas adotadas por vezes desrespeitam suas vontades e histórias.

Percebe-se, que no campo amazônico alguns fatores podem contribuir para a reterritorialização, mas, que nem sempre são levados em consideração pelo “outro” que chega e impõe sua lógica. Fatores como, qualidade da terra para garantia de reprodução continuada, posse da terra e construção de valores imateriais, que impõe-se com um dos maiores desafios.

Considera-se ainda, que os sujeitos desterritorizados de forma forçada que tem um forte vínculo construtivo com o lugar sentem de forma extremamente profunda os impactos negativos que esse processo ocasiona. Cabe apontar que a formação do lugar corrobora para que a reterritorialização aconteça de forma menos incisiva para determinados grupos, devido todo o processo de construção com o lugar, que vai desde os aspectos materiais aos imateriais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**A HISTÓRIA DE BELO MONTE – CRONOLOGIA.** Disponível em: <https://www.norteennergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/historico>. Acesso em: 24 de jan. 2020.

AMORIM, E. B.; HERRERA, J. A.; NEVES, I. C. **Território e conflito na Amazônia: Interpretações geográficas dos conflitos pela terra em Anapu, Pará.** Revista Campo-Território, v. 15, n. 37 Ago., p. 223-248, 20 out. 2020.

ALONSO, S; CASTRO, E. **Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira.** In: CARDOSO, A. C. D. O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. Belém, ADUFPA, 2006.

BARTOLY, F. S. **Debates e perspectivas do lugar na geografia.** GEOgraphia (UFF), v. 26, p. 66-91, 2011.

BECKER, B. K. Amazônia. São Paulo: 5º Ed. Ática, Princípios. 1997. 109 p.

BOTTOS JUNIOR. N. **Desterritorialização, memória e hibridismo cultural: a construção identitária do narrador Nael no romance dois irmãos de Milton Hatoum.** In: Congresso História Jatai. Anais, 2014.

CARLOS, A. F. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.

CALVI, M. F. (2019). **(Re)organização produtiva e mudanças na paisagem sob influência da Hidrelétrica de Belo Monte.** 53(9), 1689–1699.

CASTRO, I. E.de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições/** Iná Elias de Castro. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304 p.

CORNÉLIO. G. S; NEVES. I; AMARAL. M. D. B. **Usina de Belo Monte e o processo de des-re-territorialização dos atingidos urbanos em Altamira/PA.** InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade (Gruaú/MA), v.5, b. 18, p. 01-23, 2019.

Decreto-lei nº 1106, de 16 de junho de 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.htm). Acessado em 10 de maio de 2021.

**EIA – Estudo de Impacto Ambiental. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Diagnóstico da Área Diretamente Afetada/ADA.** Meio Socioeconômico e Cultural – ADA rural, dezembro 2008c. Volume 24, 529p. <Disponível em:[http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento\\_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/EIA/](http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/EIA/)>. Acesso em: 06 jan. 2020.

FAINGUELERNT, M. B. A. **A trajetória histórica do processo de Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.** Ambiente & sociedade, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 245- 264, jun. 2016.

FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia dos territórios**. In: SAQUET, M. A; SPÓSITO, E. S. Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

Fearnside, P.M. 2018. **A Barragem de Belo Monte: Lições de uma Luta por Recursos na Amazônia**. pp. 37-82. In: J.A. Herrera, M.M.A. Cavalcante (eds.) Hidrelétricas na Amazônia: Implicações territoriais nas áreas de influencias das usinas nos rios Xingu (Pará) e Madeira (Rondônia). GAPTA & Universidade Federal do Pará, Belém, PA & Clube de Autores Publicações, Joinville, SC. 273 pp.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: Fazenda, I. (Org.) Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 71-90.

GONÇALVES, C. W.P. **Amazônia, Amazônias**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

HAESBAERT, R. 1958- **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade** / Rogério Haesbaert. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 396 p.

\_\_\_\_\_. **Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 95-120. 2009.

\_\_\_\_\_. **Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. In: Heidrich, Álvaro et al. (Org.). A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço. 1ª ed. Porto Alegre (RS): Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.

\_\_\_\_\_. **Des-caminhos e perspectivas do Território**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: Diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

\_\_\_\_\_. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014 a.

\_\_\_\_\_. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

Hébette, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**/Jean Hébette. – Belém: EDUFPA, 2004.

HERRERA, J. A; GUERRA, G. A D. **Exploração agrícola familiar e o processo de ocupação da região Transamazônica**. Nº. 14. Textos do NEAF. UFPA. Belém. 2006. 13 p.

HERRERA, J. A; SANTANA, N.C. **Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu**. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 250-266, 2016.

HERRERA, J. A. **A estrangeirização de terras na Amazônia Legal Brasileira entre os anos 2003 e 2014**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária. Ed. Especial, p. 136-164, jun. 2016.

LEITE, A. F. **O Lugar: Duas Acepções Geográficas**. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, 21, p. 9-20,1998.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARQUES, Gilberto de Souza et al. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira**. 2007.

MATOS, AG. **A democracia e a organização social de base**. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. *Diálogos em psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 335-351. ISBN: 978-85-7982-060-1. Available from SciELO Books.

MATOS, K. S. L.; VIEIRA, S. L. **Pesquisa Educacional o prazer de conhecer**. Ed.Uece. Fortaleza, 2001.

MEDEIROS, R. M. V. Território, Espaço de Identidade. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (org). **TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: TEORIAS, PROCESSOS E CONFLITOS**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 217 – 227.

MEDEIROS, R. M.V. **Re-territorialização e identidade: o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS)**. In: IX Colóquio Internacional de Geografia. Porto Alegre: Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2007. P. 1-17.

MIRANDA NETO, J. Q. de. (2016). **Os nexos de Re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira PA e em sua região de influência**. 370 f.: il.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. **O lugar como uma construção social**. Revista Formação (Presidente Prudente), n. 14, v. 2, p. 48-60, 2008.

MOREIRA, P. R. **Desterritorialização do Baixão do Tufi: Da formação espacial aos novos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) em Altamira/PA**. Dissertação de mestrado. Belém, 2018.

MOREIRA, R. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo**. etc..., espaço, tempo e crítica, Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas. N° 1(3), VOL. 1, p. 55-70, junho, 2007.

NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. **Impactos socioambientais da Dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense**. In: ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013.

PBA, Plano Básico Ambiental – Plano de Atendimento a População Atingida. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

**RIMA – RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte.** 100 p, 2009. Disponível em:

[http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento\\_ambiental/UHE%20PCH/BeloMonte/RIMA](http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/BeloMonte/RIMA).  
Acesso em: 18 jan. 2020.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **A questão: o uso do território**. In: SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. cap. 1. p. 19-22.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar** – 1. ed., reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional** – 5. ed., reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O papel ativo da geografia um manifesto**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., 2000, Florianópolis, **Anais**. Florianópolis, 2000. p. 103-109.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções sobre território**. 4.ed.—São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 192.

\_\_\_\_\_. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. 1.Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. P. 280.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SILVA, C. A.; MOREIRA, R. P.; HERRERA, J. A. **USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: O processo de des-re-territorialização na (i)mobilidade em Altamira/PA**. Anais do VII CBG, Vitória/ES, 2014.

SILVA, C. D. **Uma interpretação geográfica dos impactos da Hidrelétrica Belo Monte: Estudo de caso da Vila Santo Antônio e da Comunidade Babaquara na Microrregião de Altamira-PA**. Dissertação de Mestrado. Belém, 2016.

SOUZA, M. J. L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. BERTRAND Brasil, 2013.

STANISKI, A.; KUNDLATSCH, C. A.; PIREHOWSKI, D. **O conceito de lugar e suas diferentes abordagens**. Revista Perspectiva Geográfica. V.9, N.11, 2014.

QUEIROZ, R. S. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema**. Apresentação. In: REBOUÇAS, Lidia Marcelino. São Paulo: Annablume, 2000.

TUAN, Y. -F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

\_\_\_\_\_. Place: na Experiential Perspective. **Geographical Review**, 65, LEITE, A. F. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências** – UFRJ, 21, p. 9-20,1998. pág. 151-165, 1975.

VENTURIERI, A. **A dinâmica da ocupação pioneira na rodovia transamazônica: uma abordagem de modelos de paisagem**. Tese de Doutorado, 2003. P 183.

WOORTMANN. E.F. **Herdeiros, parentes e compadres Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. Editora: Hucitec, São Paulo-Brasília, 1995.

**APÊNDICE 01 – Formulário de campo**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA PPGeo**



**LABORATÓRIO DE ESTUDOS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NA  
AMAZÔNIA**

**Formulário campo (Rural)**

Entrevistador:

Nº de formulário:

Localização: S

W

Data: / /

Município:

UF:

**Dados do Informante**

Nome:

Apelido:

Idade:

Naturalidade:

Cidade:

UF:

Tempo de Municipalidade:

Telefone:

E-mail:

Residia em que local:

Há quanto tempo reside neste local:

**Dados socioeconômicos atual**

1. Estado civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) União Estável ( ) Separado ( ) Viúvo(a)

2. Grau de escolaridade: ( ) Analfabeto ( ) Fundamental incompleto ( ) Fundamental ( ) Médio incompleto ( ) Médio ( ) Superior

---

3. Profissão:

Algun membro da família trabalhou em obras ligadas a Belo Monte? ( ) sim ( ) não. Se sim, onde?

---

4. Qual a renda familiar (soma):

( ) até 1 salário (R\$ R\$ 1.045) ( ) de 1 a 2 salários ( ) de 2 a 5 salários ( ) + 5 salários

---

5. Recebe benefício do governo: ( ) Sim ( ) Não Se sim, qual?

---

6. Quantos membros moram no domicilio: (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) ( ) Outros:

---

### **Em relação a propriedade atual**

---

7. Proprietário do lote: ( ) Sim ( ) Não

7.1 Outros: ( ) Arrendatário ( ) Meeiro ( ) Familiar ( ) Agregado

---

8. Qual área do lote: Qual a área produtiva:

---

9. A terra possui título ( ) Sim ( ) Não

---

10. Quantas pessoas trabalham no lote: (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) ( ) Não se aplica ( ) Outros:

---

11. Recebeu algum apoio/ incentivo do INCRA: ( ) Sim ( ) Não. Em caso de SIM Qual/is

---

---

12. Já recebeu algum financiamento na terra: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica. Se sim qual/is

---

---

13. Quais as culturas cultivadas na terra:

---

### **Em relação a antiga propriedade**

---

14. Proprietário do lote: ( ) Sim ( ) Não

Outros: ( ) Arrendatário ( ) Meeiro ( ) Familiar ( ) Agregado

---

15. Qual área do lote: Qual a área produtiva:

---

16. A terra possuía título ( ) Sim ( ) Não

---

17. Quantos membros moravam no domicilio: (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) ( ) Outros:\_\_\_\_\_

---

18. Quantos trabalhavam no lote: (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) ( ) Não se aplica ( ) Outros:

---

---

19. Qual era a renda familiar (soma): 1 – ( ) até 1 salário (R\$ R\$ 1.045) ( ) de 1 a 2 salários ( ) de 2 a 5 salários ( ) + 5 salários

---

20. Recebeu algum apoio/ incentivo do INCRA: ( ) Sim ( ) Não. Em caso de SIM Qual/is

---

21. Recebeu algum financiamento na terra: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica. Se sim qual/is

---

22. Quais as culturas cultivavam na terra:

---

### **Sobre a educação na nova propriedade**

---

23. A localidade possui escola próxima ( ) Sim ( ) Não

---

24. Qual grau de escolaridade disponível na localidade ( ) Creche ( ) fundamental menor ( ) fundamental maior ( ) Ensino médio ( ) Não se aplica

---

25. Algum membro da família estuda atualmente ( ) Sim ( ) Não

---

26. Qual meio de transporte utilizado para ir à escola ( ) A pé ( ) Transporte escolar ( ) moto ( ) carro ( ) Bicicleta ( ) Não se aplica ( ) outros \_\_\_\_\_

---

### **Sobre a educação na antiga propriedade**

---

27. A localidade possuía escola próxima ( ) Sim ( ) Não

---

28. Qual grau de escolaridade disponível na localidade ( ) Creche ( ) fundamental menor ( ) fundamental maior ( ) Ensino médio ( ) Não se aplica

---

29. Algum membro da família estudava na localidade ( ) Sim ( ) Não

---

30. Qual meio de transporte utilizado para ir à escola ( ) A pé ( ) Transporte escolar ( ) moto ( ) carro ( ) Bicicleta ( ) Não se aplica ( ) outros \_\_\_\_\_

---

## Sistema Produtivo

Propriedade Antiga (2010)				Propriedade Atual (2020)			
Produto	Quant. Total	Quant. Consumo	Quant. Venda	Produto	Quant. Total	Quant. Consumo	Quant. Venda
<b>Forma de escoamento da mercadoria</b>				<b>Forma de escoamento da mercadoria</b>			

## Entrevista

1. Falar da trajetória de onde veio?
2. O que motivou vim para a região da transamazônica?
3. Qual a expectativa ao vir para a região?
4. Foi como o esperado? (Justificar)
5. Onde se estabeleceu inicialmente?
6. Como chegou ao travessão do Cnec?
7. Em que ano chegou no travessão? \_\_\_\_\_
8. Quantos moradores já existiam quando você chegou? \_\_\_\_\_
9. Como era o travessão quando você chegou?

10. Como foi sua adaptação?

### **Sobre a comunidade Deus é Amor e associação APRUPAVIX**

11. Falar sobre a trajetória da comunidade?

12. O que havia na comunidade quando você chegou?

13. Você sabe como foi o processo de formação da comunidade?

14. Como estava organizada a comunidade?

15. Havia alguma associação na comunidade? ( ) Sim ( ) Não

16. Se sim, qual?

17. Quando a associação foi criada? \_\_\_\_\_

18. Você era associado? ( ) Sim ( ) Não?

19. Se a resposta anterior for SIM, quando se associou?

20. Se a resposta anterior for positiva, O que motivou sua associação?

21. Se era associado perguntar: Quais os ganhos para a comunidade através da associação?

22. O que a associação possuía enquanto estrutura?

23. Você considera comunidade algo importante? Justificar

### **Belo Monte**

24. Como foi o processo de chegada da UHE Belo Monte na sua comunidade?

25. A comunidade se antecipou e se organizou em relação a chegada do empreendimento? ( ) Sim ( ) Não.

26. Se a resposta anterior for positiva, como se deu essa organização?

27. Houve por parte do empreendedor (Norte Energia) visitas, pesquisas, reuniões com os moradores para consultar, apresentar e falar sobre o Projeto? Justificar:

28. Quais as propostas a empresa apresentou?

29. A comunidade foi consultada para a elaboração das propostas? ( ) Sim ( ) Não

30. Se a resposta anterior for Sim, de que forma se deu essa consulta?
31. Houve organização e mobilizações por parte dos moradores em relação ao projeto e as propostas do empreendedor? ( ) Sim ( ) Não
32. Se a resposta anterior for positiva de que forma ocorreu essa organização?
33. As propostas ao final foram condizentes com o desejo da comunidade? ( ) sim ( ) não
34. Você recebeu que tipo de compensação indenizatória? ( ) Carta de crédito ( ) Indenização em dinheiro ( ) Outros \_\_\_\_\_
35. Se a resposta anterior for Carta de crédito, perguntar se foi suficiente para comprar sua nova propriedade?
36. Quais as exigências para se obter a carta de crédito?

#### **Da saída da comunidade**

37. Houve resistência de algum morador em relação a sair de suas terras? ( ) sim ( ) não
38. Ao sair da sua comunidade já havia um local definido para onde ir ( ) Sim ( ) Não
39. Se a resposta anterior for Sim, é o mesmo local que permanece hoje?
40. Recebeu apoio por parte do empreendedor no processo de saída de sua área para seu novo local de morada? ( ) Sim ( ) Não.
41. Se a resposta anterior for Sim, de que forma?
42. Falar um pouco da sensação da saída.
43. Teve vantagens com a saída? ( ) sim ( ) não.
44. Se a resposta anterior for Sim, quais?
45. Houve prejuízos com a saída? ( ) sim ( ) não.
46. Se a resposta anterior for Sim, quais?
47. Sente saudades do antigo território? ( ) Sim ( ) Não.

48. Se a resposta anterior for Sim, do que mais sente saudade?
49. Tem vontade de retornar para o antigo território? ( ) Sim ( ) Não
50. Tem contato com as pessoas do antigo território? ( ) sim ( ) não

### **Do novo território**

51. Como se deu a escolha desse novo local?
52. Há diferença entre este e seu antigo território? ( ) sim ( ) não.
53. Se a resposta anterior for sim, quais?
54. Por que comprou terra aqui? (Se for morador da zona rural)
55. Por que não quis continuar na zona rural (Se for morador da cidade)
56. Como está o processo produtivo da terra?
57. A localidade possui associação? ( ) sim ( ) não
58. Participa de alguma organização social (associação, cooperativa) ( ) Sim ( ) Não?
59. De forma geral, como avalia todo esse processo da saída até a chegada nesse novo espaço decorrente da implantação de Belo Monte?

## APÊNDICE 02 – Termo de autorização de dados e uso da imagem.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FÁCULDADE DE GEOGRAFIA



### LABORATÓRIO DE ESTUDOS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

#### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COLETA DE DADOS E USO DE IMAGENS EM PESQUISA

Eu, José Antônio Herrera, CPF, 653.897.192.04, SIAPE 2455993, coordenador do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia – LEDTAM e do Centro de Informação e Formação do Xingu – CEFORM, projeto 330/2107 aprovado pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu - PDRSX solicito o seu consentimento para a participação voluntária em pesquisa da comunidade Deus é Amor, com objetivo de fazer um resgate da história da comunidade e analisar os impactos sociais ocorridos com o deslocamento compulsório das famílias que residiam na comunidade. Esse termo de consentimento autoriza coleta de dados (via questionários, entrevistas, e outros meios de observação) e uso de imagem. Em nenhuma hipótese sua imagem será enviada para a imprensa. Para voluntariar-se nesta pesquisa é importante que você tenha algumas informações gerais:

1. Sua assinatura implica na concordância em participar da pesquisa.
2. Esse documento está sendo lido para você por alguém de sua confiança e deve ser assinado por você, por mim (autor), pelo leitor de sua confiança e testemunhas.
3. A qualquer momento você pode interromper a sessão de testes. (Enfatizar para o participante).
4. Qualquer desconforto que você perceba durante o teste deve ser comunicado para preservar sua segurança.
5. A presente autorização de uso de dados e imagens é concedida a mim (autor) de forma gratuita, exclusivamente para fins de pesquisa, para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado. Contudo, você poderá revogar essa autorização a qualquer momento. Caso revogue, nós nos comprometemos a retirar seus dados da pesquisa de forma definitiva.
6. Você terá uma como cópia deste documento, assim como o autor manterá consigo uma cópia do mesmo pelo prazo de 5 anos.
7. O autor pode ser contactado no endereço: Rua Coronel José Porfírio, nº030, Altamira - Pará. Telefone 93 991721671;
8. Caso você deseje dar uma autorização parcial, por favor, descreva-a para o leitor de sua confiança, que deve registra-la no verso deste documento;

Pesquisador responsável

Nome: José Antônio Herrera, CPF: 653.897.192.04

Assinatura:

*Adilson de Castro Silva*



Rua Cel. José Porfírio – Esplanada do Xingu, 030,  
Fac. De Geografia Email: ceformbr@gmail.com / gedtam.ufpa@gmail.com  
Campus II Altamira/PA